



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

**ENERGISA S.A.**  
CNPJ Nº 00.864.214/0001-06

### RESULTADOS 2025

#### MENSAGEM DO PRESIDENTE

Definindo a rota para os próximos 120 anos, o Grupo Energisa reafirmou a sua capacidade de navegar em mares turbulentos, sempre aliando disciplina financeira, inovação e ousadia para abrir novas rotas de desenvolvimento. Nos utilizamos da multipotencialidade energética brasileira, combinando elétrons, moléculas e bytes, para atender a uma demanda cada vez mais intensiva e, ao mesmo tempo, maximizar os retornos dos investimentos. Mesmo em um ambiente econômico desafiador, com elevada taxa de juros, fechamos o ano com um crescimento de 9,5% do EBITDA Ajustado recorrente contra 2024, chegando a R\$ 8,2 bilhões. Racionalizamos o PMSO consolidado, que apresentou uma queda de mais de 6% apenas no 4T25 na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Mantivemos nossa sólida capacidade de investimento ao longo do período, com a aplicação de R\$ 6,6 bilhões, montante que reflete a preservação de um patamar de aportes em linha com o ano anterior. Na distribuição de energia elétrica, nosso core business de redes, chegamos à marca de 9 milhões de clientes, resultado de crescimento orgânico consistente da base, especialmente nas regiões de maior dinamismo econômico, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Esse avanço ocorreu sem deterioração dos indicadores operacionais ou de custos, apesar do momento de maior complexidade regulatória e climática. O EBITDA do negócio de distribuição de energia apresentou crescimento robusto, com alta de 23% no 4T25 na comparação com o mesmo período de 2024 e avanço de 12,7% no acumulado do ano, refletindo ganhos de eficiência, evolução de ESG, e melhor captura das receitas. Estamos em vias de assinar o aditivo do contrato de concessão de quatro distribuidoras do portfólio, (EMT, EMS, EPB e ESE), que, juntas, respondem por 64% do EBITDA do Grupo. A renovação amplia de forma significativa o horizonte de previsibilidade dos fluxos de caixa e cria as condições necessárias para sustentar um novo ciclo de investimentos em modernização, digitalização e resiliência das redes de distribuição.

No segmento de distribuição de gás natural, um dos vetores mais importantes do nosso processo de diversificação e crescimento, completamos um ano da aquisição de parcela majoritária da Norgás, holding que detém participações em quatro distribuidoras de gás no Nordeste (Cegás, Algás, Potigás e Copergás). Na ESGás, onde operamos desde julho de 2023, passamos pelo processo de revisão tarifária extraordinária no qual aprovamos o plano de investimentos que prevê aportes de R\$ 930 milhões até 2030 e recomposições a margem de distribuição, viabilizando a nova fase de crescimento da infraestrutura de gás no estado estabelecida em quatro pilares: descarbonização, segurança energética, competitividade e desenvolvimento. Ao longo de 2025, a rede de distribuição de gás foi ampliada em mais de 7%, alcançando 358 mil clientes em cinco estados, o que representa crescimento superior a 10% em relação a 2024. Mesmo com essa expansão consistente da infraestrutura e da base atendida, entendemos que o mercado ainda tem muito espaço para desenvolvimento, o que reforça nossa visão do gás natural como uma fronteira relevante de crescimento no longo prazo, especialmente quando integrado a soluções de menor intensidade de carbono.

Como forma de acelerar a nossa estratégia de reforço de presença no segmento de biometano, adquirimos o que se tornará, em 2028, a nossa segunda planta de tratamento de resíduos e produção do biogás e biofertilizante. Com investimento previsto de R\$ 100 milhões, a unidade localizada no Paraná terá capacidade para produzir cerca de 28 mil m<sup>3</sup> de biometano por dia. Ainda no primeiro trimestre de 2026, a unidade de produção de biometano da Agric entrará em produção comercial, nosso primeiro empreendimento e a maior usina de produção do combustível do estado de Santa Catarina. Através da produção de biofertilizantes nestes dois estados, reduzimos a dependência dos produtores locais de importações de fertilizantes de origem fóssil, afetadas pela extensão do conflito no Oriente Médio. Na transmissora, 2025 consolidou-se como um ano de normalização operacional, após o intenso ciclo de investimentos e energizações iniciado em 2017. Este novo momento reflete a maturidade do nosso portfólio, com crescimento da receita e da margem regulatória impulsionada pela entrada em operação de novos ativos e pelo reajuste tarifário (RAP ciclo 2025/2026). Complementando esse avanço, a redução de R\$ 12,7 milhões no PMSO, fruto da internalização estratégica de atividades de O&M, reafirma nosso compromisso contínuo com a disciplina de custos e a excelência na gestão.

A (re)energia registrou crescimento de mais de 29% na receita no ano na comparação com 2024, com destaque para a comercializadora, que respondeu por R\$ 616 milhões. Ao longo do ano na comercializadora, avançamos no reposicionamento do negócio reduzindo a ênfase no Trading Direcional com redução em 96% da exposição do nosso book de energia e reforço do foco em clientes com crescimento de 19% no volume a consumidores livres. No negócio de geração distribuída, a nova estratégia de canais e o modelo de excelência que implantamos ao longo do ano se refletiram em um recuo de 1,3 p.p no churn mensal, redução equivalente a 30%. Apesar do intenso ambiente competitivo, o desempenho superior de receitas com maior fidelização dos clientes. Já em Serviços de Valor Agregado, obtivemos o melhor resultado histórico, com destaque para a evolução e melhoria da performance operacional e comercial.

O Grupo fechou 2025 com um lucro líquido consolidado ajustado e recorrente de R\$ 2,065 bilhões, crescimento de 9,5% se comparado com 2024. Nos últimos dez anos, o lucro líquido cresceu na ordem de 23,6% ao ano e foram distribuídos dividendos de R\$ 17,3/unid.

Para traçar a rota dos próximos 120 anos, seguiremos orientando os nossos negócios combinando eficiência operacional e geração de valor mesmo nos cenários mais turbulentos. Nosso posicionamento estratégico combina a solidez dos negócios centrais com uma diversificação alinhada à visão e competências que nos acompanham desde a nossa criação, na Zona da Mata Mineira, e que nos levou até 97% do território nacional oferecendo os mais diversos tipos de soluções em energia para movimentar a economia da Brasil.

Ricardo Botelho  
Presidente do Grupo Energisa  
Cataguases, 12 de março de 2026.

**Cataguases, 12 de março de 2026** – A administração da Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”) apresenta os resultados do quarto trimestre (4T25) e do exercício de 2025. Os valores estão expressos em reais mil (R\$ mil) e as informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

#### Destques 2025

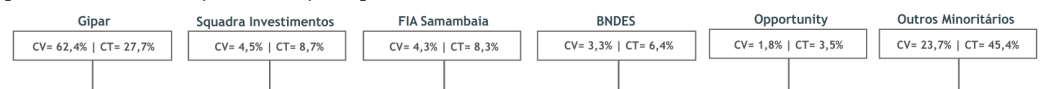


(1) Após decisão do STF em 06/10/2023 o estado de Mato Grosso passa a ter 142 municípios. O distrito de Sorriso, Boa Esperança, agora é denominado município de Boa Esperança do Norte

#### 1.1. Estrutura societária do Grupo Energisa

O controle acionário do Grupo Energisa é exercido pela Gipar S.A., cujo controlador é a família Botelho. A Companhia é listada no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 e as ações de maior liquidez são negociadas sob o código ENGI11 (Units - certificados compostos por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais). Além desses títulos, são negociadas ações sob os códigos ENGI3 (ações ordinárias) e ENGI4 (ações preferenciais).

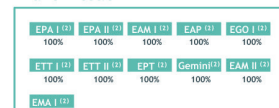
A seguir, a estrutura societária simplificada do Grupo Energisa:



#### Distribuição de energia elétrica



#### Transmissão



#### Holding e outros



#### (re)energia



#### Negócios de Gás e Bio Soluções



#### CV - Capital Votante | CT - Capital Total

As participações demonstradas no quadro são diretas (1) ou indiretas (2) da Energisa S.A. Squadra Investimentos, FIA Samambaia e Goldman Sachs – posição acionária direta e indireta através de veículos de investimentos.

Outros minoritários – posição acionária incluindo ações em tesouraria.

A Energisa Participações Minoritárias S.A possui participação direta de 42,1% na Rede.

A Energisa Participações Nordeste S.A possui participação direta de 100% na EPB.

A holding Gemini Energy S/A detém o controle acionário das transmissoras:

- 100% das Linhas de Itacaiunas de Transmissora de Energia Ltda;

- 100% das Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A;

- 85,0% das Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. e

- 83,3% das Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.

A empresa Norgás detém investimento minoritário nas seguintes distribuidoras de gás:

- 29,4% da Cegás;

- 29,4% da Algás;

- 41,5% da Copergás; e

- 83,0% da Potigás.

Dados de 27/02/2026

#### 1.1.1. Reorganização societária

Em dezembro de 2025, o Grupo Energisa aprovou uma reorganização societária com o objetivo de simplificar a estrutura societária e aumentar a eficiência operacional.

As principais movimentações incluem: (i) a incorporação da Rede Power pela Rede Energia. Aumento de capital social da Rede Energia mediante a contribuição, pela Energisa Participações Minoritárias, de ações da Energia Mato Grosso Distribuidora de Energia; (ii) a incorporação de ações da Denerge pela Nova Denerge, convertendo a Denerge em subsidiária integral; (iii) a incorporação da Energisa Distribuição de Gás Nordeste pela Energisa Distribuição de Gás e (iv) a Energisa S.A. adquiriu a totalidade das ações preferenciais de emissão da sua controlada Energisa Participações Minoritárias, de titularidade do acionista minoritário Itaú Unibanco S.A.



Para maiores detalhes, acessar o Fato Relevante

#### Mercado de capitais

A Energisa, em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de novembro de 2025, aprovou aumento de capital social mediante capitalização de reservas, com distribuição de bonificação na proporção de 1 nova Unit para cada 10 Units detidas, executada em 2 de dezembro de 2025.

Para maiores detalhes, acessar o Fato Relevante e Aviso aos Acionistas – clique no link

Negociada na B3, a ação de maior liquidez da Energisa, ENGI11 – Unit, composta por 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais, encerrou dezembro de 2025 cotada a R\$ 47,16 por Unit. Considerando o preço ajustado de fechamento proforma, a ENGI11 encerrou o período a R\$ 51,88 por Unit, o que corresponde a uma valorização de 42,2% na mesma base de comparação. No mesmo intervalo, o principal índice da bolsa, o Ibovespa, registrou valorização de 33,9%, enquanto o IIE apresentou alta de 58,9%. O volume financeiro médio diário das transações com ENGI11 nos últimos 12 meses recuou 9,9% em comparação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 124,0 milhões.

A seguir, os indicadores de mercado das ações da Energisa no final do trimestre:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
<b>Indicadores Financeiros – R\$ milhões</b>						
Receita operacional bruta	13.041,8	12.623,1	+ 3,3	48.701,6	46.250,9	+ 5,3
Receita líquida ajustada (1)	7.920,8	7.596,4	+ 4,3	29.384,6	27.357,5	+ 7,4
PMSO	987,0	1.050,9	- 6,1	3.706,7	3.770,6	- 1,7
EBITDA (2)	2.019,5	1.799,4	+ 11,9	8.779,3	7.977,4	+ 10,1
EBITDA ajustado recorrente (3)	2.326,2	1.911,5	+ 21,7	8.198,3	7.487,2	+ 9,5
EBITDA ajustado covenants (4)	2.121,8	1.902,4	+ 11,5	9.218,0	8.402,1	+ 9,7
Margem EBITDA (%)	21,7	18,8	+ 15,2	24,8	23,7	+ 4,7
Resultado financeiro	(957,6)	(1.189,9)	+ 404,2	(3.418,0)	(1.735,8)	+ 96,9
Lucro líquido consolidado (5)	975,2	2.119,1	- 54,0	3.140,1	4.636,3	- 32,3
Lucro líquido consolidado ajustado recorrente (6)	806,4	322,1	+ 150,4	2.065,0	1.886,6	+ 9,5
Lucro líquido da controladora	742,9	1.828,9	- 59,4	2.214,4	3.789,7	- 41,6
Investimentos	1.890,7	2.016,0	- 7,5	6.638,8	6.489,2	+ 2,3
Endividamento líquido (7)				32.829,0	24.986,4	+ 31,4
Dívida Líquida/EBITDA ajustado covenants 12 meses				3,6 x	3,0 x	+ 0,6 p.p.

(1) Considera receita líquida consolidada descontado do VNR e da receita de construção das distribuidoras, da receita societária da transmissão e com adição da receita regulatória da transmissão; (2) O EBITDA do 4T24 foi revisado para excluir o resultado de equivalência patrimonial indevidamente incluído; (3) EBITDA descontado do VNR da distribuição, do EBITDA societário da transmissão e dos efeitos não caixa e não recorrentes, e com adição do EBITDA regulatório da transmissão; (4) EBITDA com adição de receitas de acréscimos moratórios; (5) Lucro Líquido antes da participação dos não controladores; (6) Lucro líquido descontado do VNR da distribuição, do lucro líquido societário da transmissão e dos efeitos não caixa e não recorrentes e com adição do lucro líquido regulatório da transmissão; e (7) Inclui créditos setoriais (CDE, CCC, CVA).

As informações deste release e seu detalhamento estão disponíveis em Excel na Base Histórica de Informações do Grupo Energisa

Para acessá-la, clique aqui

Dúvidas podem ser direcionadas para ri@energisa.com.br

No 4T25, o resultado do Grupo Energisa está afetado pelos seguintes efeitos não recorrentes e/ou não-caixa:

➢ Itens que impactam EBITDA no trimestre:

• **Marcação a mercado ECOM: R\$ 4,4 milhões** de efeito negativo não-caixa referente a marcação da carteira da Energisa Comercializadora, com impacto no trimestre;

• **Provisão de efeitos da geração distribuída nas distribuidoras:** R\$ 430,2 milhões de efeito negativo no 4T24 referente à saldo líquido acumulado de energia não compensada e baixa de créditos referentes a geração distribuída contabilizadas na linha de energia elétrica comprada para revenda;

• **Provisão da RTE da ERO: R\$ 51,1 milhões** de efeito positivo referentes ao complemento da provisão realizada no 1T25 (R\$ 177,0 milhões), após a deliberação da ANEEL sobre a Revisão Tarifária Extraordinária de 2019 e o valor final homologado em dezembro de 2025 maior do que inicialmente previsto, **R\$ 228 milhões**, resultando no reconhecimento desse acréscimo no 4T25;

• **Rebaixa de Créditos Tributários e Reembolso CCC:** Foram reconhecidos efeitos negativos de R\$ 386,5 milhões referente à devolução de PIS/COFINS e CCC. O impacto decorre da revisão das projeções de compensação, resultando na baixa contábil de ativos tributários na EMT, EMS e EAC. Ressaltamos que trata-se de ajuste de estimativa, sem efeito caixa.

Itens que impactam Lucro:

• **Marcação a mercado Call EPM e EPNE: R\$ 2,9 milhão** de efeito positivo em função do cálculo da marcação a mercado da opção de compra de ações da subsidiária EPM e EPNE;

• **Constituição do ativo diferido da ERO: R\$ 1.095,6 milhões no 4T24** de efeito positivo no lucro em função do enquadramento da Energisa Rondônia nas regras estabelecidas na legislação para utilização dos créditos tributários referente a prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias de exercícios anteriores. O montante de **R\$ 327,5 milhões** decorre de uma revisão dos fluxos de caixa futuros, elevando a expectativa de lucratividade da companhia e, consequentemente, aumentando o ativo fiscal diferido reconhecido no 4T25;

• **Créditos referente a juros Selic sobre indêbitos tributários: R\$ 458,2 milhões** de efeito positivo (sendo R\$ 352,2 milhões de créditos e R\$ 106,0 milhões de atualização monetária) referente a aplicação da Selic sobre os indêbitos tributários em função da retirada do PIS/COFINS da base de cálculo do ICMS;

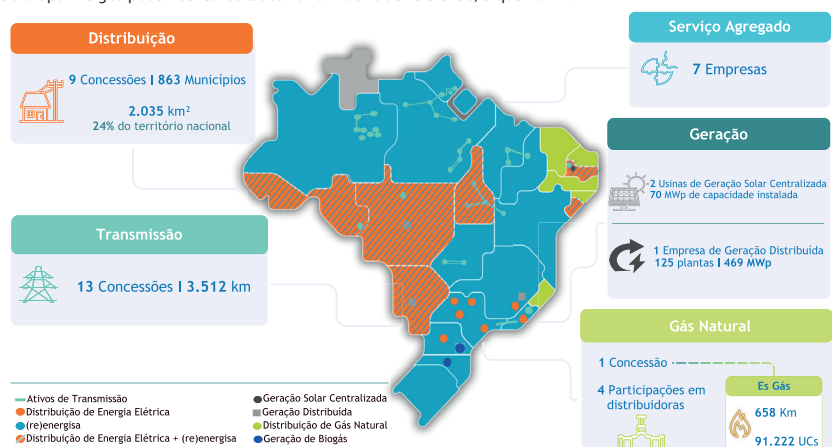
• **Provisão da RTE da ERO: R\$ 82,1 milhões** de efeito positivo referente ao complemento da provisão realizada no 1T25 (R\$ 184,8 milhões), após a deliberação da ANEEL sobre a Revisão Tarifária Extraordinária de 2019 e o valor final homologado em dezembro de 2025 maior do que inicialmente previsto, **R\$ 267,1 milhões**. Adicionalmente, registrou-se complemento de provisão no valor de **R\$ 45,7 milhões** de receita financeira.

#### 1. PERFIL E ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O Grupo Energisa completou 121 anos em 26 de fevereiro de 2026 e conta com mais de 18 mil colaboradores próprios para atender a 9,4 milhões de clientes de eletricidade e gás natural. Oferecemos ao mercado um completo ecossistema de soluções energéticas inovadoras para atender às necessidades de todos os perfis de clientes ao redor do Brasil.

O Grupo Energisa atua nos seguintes segmentos: distribuição de energia elétrica, (re) energia, transmissão de energia elétrica, geração centralizada, distribuição de gás natural e biossoluções.

Mais detalhes sobre o Grupo Energisa podem ser consultados no Formulário de Referência, clique no link.





&gt;&gt;&gt;

Abaixo apresentamos o PMSO, que compõe os custos controláveis, detalhado por linha de negócio:

PMSO por linha de negócio Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
> Distribuição de energia elétrica <sup>(1)</sup>	863,9	877,9	- 1,6	3.324,6	3.236,2	+ 2,7
> Transmissão de energia elétrica	40,6	73,1	- 44,5	135,3	240,0	- 43,6
> (re) energia	102,3	127,6	- 19,9	360,3	473,8	- 23,9
• Geração distribuída	36,2	41,7	- 13,2	123,4	142,0	- 13,1
• Comercialização de energia elétrica <sup>(2)</sup>	6,2	14,8	- 58,2	38,6	56,6	- 31,7
• Serviços de valor agregado	59,8	71,1	- 15,8	198,3	275,2	- 28,0
> Distribuição de gás natural	22,3	19,8	+ 12,2	77,8	73,8	+ 5,4
> Holdings e outros	148,4	133,2	+ 11,4	513,7	470,3	+ 9,2
(=) Total	1.177,3	1.231,6	(4,4)	4.411,8	4.494,0	- 1,8
Eliminações intercompany	(190,3)	(180,7)	+ 5,3	(705,0)	(723,4)	- 2,5
(=) Energisa consolidada	987,0	1.050,9	- 6,1	3.706,7	3.770,6	- 1,7

<sup>(1)</sup> Acesso essa e outras tabelas em Excel que estão disponíveis nesse link

<sup>(2)</sup> Considera o resultado da Clarke na Comercializadora a partir do 2T25, antes contabilizado em "Holding/Outros". Para facilitar a comparação, esse ajuste também foi aplicado aos resultados de 2024 não impactando o resultado consolidado da Energisa, pois se trata apenas de uma reclassificação entre linhas na demonstração de resultados.

No trimestre, o PMSO consolidado apresentou redução de 6,1%. Destaque para as reduções no resultado da transmissão societária (-44,5%) e (re)energia (-19,9%). No segmento de Transmissão, redução de 26,2% no PMSO Regulatório em função de internalização de atividades de O&M. Para maiores informações, vide item 4 deste documento.

PMSO Regulatório Transmissão Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
> Transmissão de energia elétrica - Regulatório	35,8	48,5	- 26,2	128,2	175,6	- 27,0

PMSO Consolidado (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

PMSO Consolidado	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Pessoal e benefício pós-emprego	501,5	538,2	- 6,8	2.082,0	2.007,0	+ 3,7
Material	94,9	94,1	+ 0,9	330,8	343,2	- 3,6
Serviços de terceiros <sup>(1)</sup>	334,7	340,1	- 1,6	1.127,7	1.165,2	- 3,2
Outras	55,9	78,5	- 28,9	166,2	255,1	- 34,8
• Penalidades contratuais e regulatórias	0,5	0,3	+ 51,7	1,4	2,6	- 46,0
• Outros	55,4	78,2	- 29,2	164,8	252,5	- 34,7
Total PMSO consolidado	987,0	1.050,9	- 6,1	3.706,7	3.770,6	- 1,7

As principais variações nas despesas de PMSO estão detalhadas a seguir:

✓ **Pessoal e Benefício Pós Emprego**

As despesas de pessoal apresentaram queda de 6,8% (-R\$ 36,7 milhões), impulsionada principalmente pelas reduções de 8,0% no segmento de Distribuição, 17,5% em Transmissão e 19,0% na (re)Energisa, decorrentes de menores desembolsos com participação nos lucros, salários e encargos, além de reversões de despesas com ticket-alimentação relacionadas a exercícios anteriores. Essa queda foi parcialmente compensada por maiores despesas médicas, influenciadas por ajustes de saldos de períodos anteriores.

✓ **Serviços de terceiros**

No 4T25, as despesas com serviços de terceiros diminuíram 1,6% em relação ao 4T24, impulsionada principalmente pelas quedas nos segmentos de Transmissão (-58,6%) e (re)energia (-26,1%), decorrentes da internalização de atividades de O&M e menores gastos com consultorias. A redução, porém, foi parcialmente compensada pelo aumento das despesas na Distribuição de Energia (+6,9%) e na Distribuição de Gás (+12,7%).

✓ **Outros**

No 4T25, a linha de Outros reduziu de 28,9% (-R\$ 22,6 milhões) com destaque para o reembolso da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), contrapartida aos projetos Vila Restauração e Mais Luz para Amazônia totalizando redução de despesa de R\$ 14,8 milhões no 4T25, além da redução dos patrocínios, seguros e telecom (+R\$ 11,3 milhões).

Demais despesas operacionais

Demais despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Provisões/Reversões	109,0	237,2	- 54,0	578,6	623,5	- 7,2
Contingências	20,1	113,5	- 82,3	138,2	146,3	- 5,5
Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	88,9	123,6	- 28,1	440,4	477,2	- 7,7
Demais receitas/despesas	767,3	547,8	+ 40,1	2.584,1	2.267,9	+ 13,9
Amortização e depreciação	549,7	488,7	+ 12,5	2.121,8	1.858,0	+ 14,2
Outras receitas/despesas	217,6	59,2	+ 267,8	462,3	409,8	+ 12,8
Total combinado	876,3	785,0	+ 11,6	3.162,7	2.891,4	+ 9,4

Provisões/Reversões

No 4T25 a rubrica de provisões/reversões registrou um impacto de R\$ 20,1 milhões, frente R\$ 113,5 milhões no 4T24, que representa uma redução de R\$ 93,4 milhões, vinculada especialmente à realização de acordos em processos relevantes cíveis e trabalhistas das empresas EMT (R\$ 24,1 milhões) e ETO (R\$ 32,5 milhões) no 4T24.

Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PECLD")

No 4T25, a PECLD foi de R\$ 88,9 milhões, representando redução de 28,1% (-R\$ 34,7 milhões), quando comparado com o 4T24, reflexo da redução do PECLD das dívidas (-20,1%) no 4T25. Para maiores informações, recorrer ao item 3.1.3.2 deste relatório.

Outras receitas/despesas

No trimestre, as outras despesas líquidas somaram R\$ 217,6 milhões, refletindo aumento de R\$ 158,4 milhões devido, principalmente, à provisão de R\$ 88,2 milhões para perdas do ICMS-GD que são impostos incidentes sobre os encargos de conexão e uso da rede (TUSD) que a Companhia buscava recuperar junto aos consumidores. Após análise anual indicar que esses saldos não atendiam aos critérios de recuperabilidade, foi constituída a provisão nas distribuidoras EMT, EMR, EPB, ESE, ERO e EAC, com reconhecimento na linha de "Outros Resultados", conforme prática contábil aplicável.

2.3 EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 2.013,5 milhões no 4T25, aumento de 11,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

O EBITDA ajustado covenants, utilizado nos indicadores de dívidas, registrou o valor de R\$ 2.121,8 milhões no 4T25, 11,5% acima do registrado no mesmo período do ano anterior. No acumulado dos últimos 12 meses, o EBITDA ajustado para fins de covenants somou R\$ 9.218,0 milhões.

O EBITDA ajustado recorrente alcançou R\$ 2.326,2 milhões, um resultado 21,7% superior ao 4T24 devido à redução R\$ 63,9 milhões no PMSO, de R\$ 93,4 milhões na linha de contingências e de R\$ 34,7 milhões na linha de PDD. No acumulado dos últimos 12 meses, o EBITDA ajustado recorrente somou R\$ 8.198,3 milhões.

EBITDA por linha de negócio Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Ø Distribuição de energia elétrica	1.767,3	1.437,2	+ 23,0	7.575,0	6.719,2	+ 12,7
Ø Transmissão de energia elétrica	93,2	250,4	- 62,8	800,6	880,7	- 9,1
Ø (re) energia	60,7	55,6	+ 9,2	109,6	34,5	+ 217,6
• Geração distribuída	59,1	62,8	- 5,9	178,3	187,9	- 5,1
• Comercialização de energia elétrica <sup>(1)</sup>	(12,4)	(3,0)	+ 315,5	(100,3)	(171,3)	- 41,5
• Serviços de valor agregado	14,0	(4,3)	-	31,6	18,0	+ 75,8
Ø Distribuição de gás natural	82,7	34,1	+ 142,6	218,3	187,1	+ 16,7
Ø Holdings e outros	(0,2)	35,5	-	52,4	1,2	+ 4.432,2
Eliminações intercompany e combinação de negócios	9,8	(13,3)	-	23,4	154,7	- 84,8
(=) EBITDA <sup>(2)</sup>	2.013,5	1.799,4	+ 11,9	8.779,3	7.977,4	+ 10,1
(+) Receitas de acréscimos moratórios	108,3	103,0	+ 5,1	438,7	424,7	+ 3,3
(=) EBITDA ajustado covenants <sup>(3)</sup>	2.121,8	1.902,4	+ 11,5	9.218,0	8.402,1	+ 9,7

<sup>(1)</sup> Considera o resultado da Clarke na Comercializadora a partir do 2T25, antes contabilizado em "Holding/Outros". Para facilitar a comparação, esse ajuste também foi aplicado aos resultados de 2024 não impactando o resultado consolidado da Energisa, pois se trata apenas de uma reclassificação entre linhas na demonstração de resultados.

<sup>(2)</sup> O EBITDA do 4T24 foi revisado para excluir o resultado de equivalência patrimonial indevidamente incluído.

<sup>(3)</sup> EBITDA com adição de receitas de resultados moratórios.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
(=) EBITDA	2.013,5	1.799,4	+ 11,9	8.779,3	7.977,4	+ 10,1
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR - Distribuição)	(84,9)	(189,6)	- 55,2	(630,3)	(616,7)	+ 2,2
(-) EBITDA societário transmissoras	(93,2)	(250,4)	- 62,8	(800,6)	(880,7)	- 9,1
(-) EBITDA regulatório transmissoras	151,0	127,3	+ 18,6	629,2	537,4	+ 17,1
(=) EBITDA ajustado	1.986,4	1.486,8	+ 33,6	7.977,6	7.017,4	+ 13,7
(+/-) Efeitos não recorrentes e extraordinários	339,8	424,7	- 20,0	220,7	469,8	- 53,0
• Marcação a Mercado ECOM	4,4	(5,5)	-	62,2	181,0	- 65,7
• Reversão Contingência ERO	-	-	-	-	(141,4)	-
• Provisão RTE da ERO <sup>(1)</sup>	(51,1)	-	-	(228,0)	-	-
• Provisão de efeitos de geração distribuída	-	-	-	-	430,2	-
• Baixa contábil de créditos tributários	386,5	-	-	386,5	-	-
(=) EBITDA ajustado recorrente	2.326,2	1.911,5	+ 21,7	8.198,3	7.487,3	+ 9,5

<sup>(1)</sup> Reversão Contingências ERO registrada no Purchase Proce Allocation (PPA) da ERO não impacta a distribuidora, somente a controladora Energisa S.A.

2.4 Resultado financeiro

R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receitas financeiras	665,5	508,4	+ 30,9	2.326,1	1.855,2	+ 25,4
Receita de aplicações financeiras	348,6	208,1	+ 67,5	1.176,0	992,3	+ 18,5
Outras receitas financeiras	316,9	300,3	+ 5,5	1.150,1	862,9	+ 33,3
Despesas financeiras	(1.623,2)	(698,3)	+ 132,4	(5.744,1)	(3.590,9)	+ 60,0
Encargos de dívidas - Juros	(1.033,4)	(713,9)	+ 44,8	(3.716,8)	(2.836,3)	+ 31,0
Encargos de dívidas - Variação monetária/cambial	(371,8)	(1.105,2)	- 66,4	103,6	(2.329,2)	-
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	(146,7)	821,7	-	(1.789,5)	1.334,4	-
Marcação a mercado derivativos	217,8	(427,1)	-	723,1	(610,8)	-
✓ Marcação de Swap	211,5	(904,1)	-	663,6	(1.381,7)	-
✓ MTM Opção de compra (EPM)	2,8	377,3	- 99,3	(29,0)	671,2	-
✓ MTM Opção de compra (EPNE)	3,5	99,7	- 96,5	88,5	99,7	- 11,2)
Marcação a mercado da dívida	(194,9)	854,1	-	(620,6)	1.306,3	-
Outras despesas financeiras	(94,2)	(128,0)	- 26,4	(443,9)	(455,3)	- 2,5
Resultado financeiro	(957,6)	(189,9)	+ 404,2	(3.418,0)	(1.735,8)	+ 96,9

No 4T25, a Companhia registrou despesa financeira líquida de R\$ 957,6 milhões, representando um aumento de 404,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo da evolução da dívida líquida que apresentou crescimento de 36,1% frente ao registrado em dezembro de 2024, enquanto o custo médio da dívida líquida de dezembro de 2025 atingiu 14,5% a.a., o que representa um acréscimo de 327 pps em comparação ao verificado em dezembro de 2024 (11,2% a.a.).

Além disso, a atualização das CVAs contribuiu positivamente para o resultado financeiro, com receita de R\$ 268,2 milhões, desempenho R\$ 240,5 milhões superior ao registrado no exercício de 2024. Desse total, R\$ 149,2 milhões refere-se à correção monetária da RTE ERO, efeito não recorrente que impactou o trimestre.

2.5 Lucro líquido do período

No trimestre, o lucro líquido do período, antes da participação dos minoritários, foi de R\$ 975,2 milhões, queda de R\$ 1.143,9 milhões ou -54,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. O lucro líquido da Controladora no trimestre foi de R\$ 742,9 milhões, 59,4% menor ao registrado no 4T24. A participação dos minoritários foi de R\$ 232,3 milhões no 4T25, redução de 20,0% no comparativo com o respectivo período de 2024.

Lucro líquido do período por linha de negócio Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
> Distribuição de energia elétrica	1.199,4	1.847,4	- 35,1	3.634,4	4.268,7	- 14,9
> Transmissão de energia elétrica	(3,4)	55,7	-	347,7	338,8	+ 2,6
> (re) energia	(19,2)	(12,2)	+ 58,1	(136,4)	(134,7)	+ 1,3
• Geração distribuída	(19,3)	(4,6)	+ 318,7	(83,1)	(17,5)	+ 375,7
• Comercialização de energia elétrica <sup>(1)</sup>	(7,7)	(3,2)	+ 140,0	(68,0)	(119,6)	- 43,1
• Serviços de valor agregado	7,8	(4,3)	-	14,7	2,3	+ 529,7
> Distribuição de gás natural	28,1	(1,5)	-	33,2	37,6	- 11,5
> Holdings e outros	(214,1)	301,1	-	(529,7)	196,0	-
Combinação de negócios	(15,6)	(71,4)	- 78,2	(209,2)	(70,1)	+ 198,3
(=) Lucro líquido consolidado do período	975,2	2.119,1	- 54,0	3.140,1	4.636,3	- 32,3
Margem lucro líquido (%)	10,5	22,2	- 11,7 p.p.	8,9	13,8	- 4,9 p.p.
Lucro líquido da Controladora	742,9	1.828,9	- 59,4	2.214,4	3.789,7	- 41,6

<sup>(1)</sup> Considera o resultado da Clarke na Comercializadora a partir do 2T25, antes contabilizado em "Holding/Outros". Para facilitar a comparação, esse ajuste também foi aplicado aos resultados de 2024 não impactando o resultado consolidado da Energisa, pois se trata apenas de uma reclassificação entre linhas na demonstração de resultados.

A seguir, a composição dos efeitos não recorrentes e não caixa no trimestre, líquidos de impostos da Companhia:

Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
(=) Lucro líquido consolidado do período	975,2	2.119,1	- 54,0	3.140,1	4.636,3	- 32,3
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR - Distribuição)	(68,1)	(146,8)	- 53,6	(500,8)	(488,4)	+ 2,5
(-) Lucro/Prejuízo líquido societário - Transmissoras	3,4	(55,7)	-	(347,7)	(338,8)	+ 2,6
(-) Lucro/Prejuízo líquido regulatório - Transmissoras	(1,4)	(65,3)	- 97,9	63,6	(81,0)	-
(=) Lucro líquido do período ajustado	909,2	1.851,4	- 50,9	2.355,2	3.728,0	- 36,8
Efeitos não recorrentes	(102,7)	(1.529,4)	- 93,3	(290,2)	(1.841,5)	- 84,2
• Marcação a Mercado ECOM	2,9	(3,6)	-	41,0	119,5	- 65,7
• Marcação a Mercado Call EPM	(2,1)	(217,6)	- 99,0	2,1	(511,5)	-
• Marcação a Mercado Call EPNE	(2,6)	(75,9)	- 96,5	(67,5)	(75,9)	- 11,2
• Provisão RTE ERO	(82,1)	-	-	(267,1)	-	-
• Reversão de Contingências ERO	-	-	-	-	(141,4)	-
• Constituição do ativo diferido da ERO	(327,5)	(1.095,6)	- 70,1	(327,5)	(1.095,6)	- 70,1
• Provisões de efeitos da geração distribuída	-	321,6	-	-	321,6	-
• Juros Selic sobre débitos tributários	-	(458,2)				

&gt;&gt;&gt;



ENERGISA S.A.

CNPJ nº 00.864.214/0001-06

Entre as concessões do Grupo, 6 apresentaram crescimento no consumo, sobretudo a EMT (6,2%), EPB (5,0%) e ETO (+3,8%), com o residencial ditando a alta, embora o comercial também tenha avançado, assim como a indústria na ETO e na EMT. A Companhia encerrou o ano com 9.007.384 unidades consumidoras, crescimento de 2,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O número de consumidores cativos aumentou 2,4%, enquanto os consumidores livres tiveram uma expansão de 47,8%. Na sequência há o detalhamento do consumo por classe.

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Residencial	4.778,7	4.625,0	+3,3	17.804,2	17.313,8	+2,8
Comercial	1.172,3	1.289,7	-9,1	4.580,9	5.185,5	-11,7
Industrial	226,1	308,4	-26,7	966,9	1.322,4	-26,9
Rural	896,3	901,7	-0,6	3.295,1	3.450,3	-4,5
Outros	1.079,0	1.161,7	-7,1	4.177,5	4.455,2	-6,2
<b>1 Mercado Cativo</b>	<b>8.152,5</b>	<b>8.286,5</b>	<b>-1,6</b>	<b>30.824,5</b>	<b>31.727,1</b>	<b>-2,8</b>
Residencial	-	-	-	-	-	-
Comercial	739,1	614,7	+20,2	2.796,4	2.219,3	+26,0
Industrial	2.046,9	1.895,9	+8,0	8.112,4	7.540,7	+7,6
Rural	165,5	125,6	+31,8	502,7	348,4	+44,3
Outros	229,5	165,8	+38,5	798,8	613,2	+30,3
<b>2 Mercado (TUSD)</b>	<b>3.181,1</b>	<b>2.802,0</b>	<b>+13,5</b>	<b>12.210,3</b>	<b>10.721,6</b>	<b>+13,9</b>
Residencial	4.778,7	4.625,0	+3,3	17.804,2	17.313,8	+2,8
Comercial	1.911,5	1.904,3	+0,4	7.377,3	7.404,8	-0,4
Industrial	2.273,0	2.204,4	+3,1	9.079,3	8.863,1	+2,4
Rural	1.061,9	1.027,3	+3,4	3.797,8	3.798,7	-0,0
Outros	1.308,5	1.327,5	-1,4	4.976,3	5.068,4	-1,8
<b>3 Mercado (1+2)</b>	<b>11.333,5</b>	<b>11.088,5</b>	<b>+2,2</b>	<b>43.034,8</b>	<b>42.448,8</b>	<b>+1,4</b>
3.1 Compensada GD II/III	850,1	434,0	+95,9	2.584,1	1.125,9	+129,5
3.2 Mercado - Compensada GD II/III (3-3.1)	10.483,4	10.654,5	-1,6	40.450,7	41.322,9	-2,1
4 Fornecimento Não Faturado	55,6	107,2	-48,1	(69,0)	(2,1)	+3.201,4
<b>5 Mercado + Fornecimento Não Faturado (3+4)</b>	<b>11.389,1</b>	<b>11.195,7</b>	<b>+1,7</b>	<b>42.965,8</b>	<b>42.446,7</b>	<b>+1,2</b>
5.1 Mercado - Compensada GD II/III + fornecimento não faturado (3.2+4)	10.539,0	10.761,7	-2,1	40.381,6	41.320,8	-2,3

Os dados da tabela acima são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE. Informações adicionais estão disponíveis no Boletim de Mercado (clique aqui) ou no site de Relações com Investidores: <https://ri.energisa.com.br/>

### 3.1.2 Perdas de energia elétrica

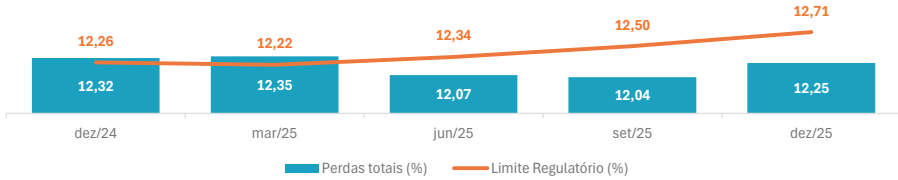
O Grupo Energisa encerrou o ano de 2025 com 12,25% de perdas totais, uma redução de 0,07 p.p. em relação ao ano anterior, o resultado corresponde ao menor patamar histórico registrado nos fechamentos anuais do Grupo. O desempenho reforça a consistência da estratégia de combate às perdas, com execução disciplinada e foco em alocação eficiente de capital.

No âmbito regulatório, em 2025, a ANEEL passou a aplicar a perda não técnica sobre o mercado medido, tornando os referenciais mais aderentes à realidade do setor. Com a conclusão dos processos tarifários de todas as distribuidoras durante o ano, os novos limites regulatórios passaram a incorporar essa metodologia, e irão produzir efeito integral após 12 meses do reajuste de cada uma. O limite regulatório consolidado do Grupo evoluiu de 12,26% no 4T24 para 12,71% no 4T25. À luz desses referenciais, sete das nove distribuidoras operaram abaixo do limite, com destaque para EMR, ESE, EMS, ETO e EAC.

Com essa evolução, o consolidado do Grupo permanece dentro dos limites regulatórios pelo terceiro trimestre consecutivo refletindo o avanço das frentes estruturadas de combate às perdas. Mantemos o foco na captura de eficiências operacionais e regulatórias, com governança e monitoramentos contínuos. A tabela a seguir, ilustra o indicador por empresa e o spread regulatório em 2025.

O gráfico a seguir ilustra a diferença entre perdas reais e regulatórias ao longo dos últimos trimestres.

### Perdas totais de energia



Distribuidoras	Perdas de Energia (% últimos 12 meses)									ANEEL
	Perdas técnicas (%)			Perdas não-técnicas (%)			Perdas totais (%)			
% Energia injetada (12 meses)	dez/24	set/25	dez/25	dez/24	set/25	dez/25	dez/24	set/25	dez/25	
EMR	8,44	8,19	8,44	-0,15	-0,85	-0,85	8,29	7,34	7,59	10,35
ESE <sup>(1)</sup>	7,69	7,72	7,69	2,46	2,02	2,09	10,15	9,74	9,78	11,71
EPB	8,37	8,41	8,39	3,83	3,64	3,59	12,20	12,05	11,98	12,97
EMT <sup>(1)</sup>	8,81	8,81	8,79	5,03	4,82	4,94	13,84	13,63	13,73	12,41
EMS <sup>(1)</sup>	8,01	7,48	7,51	3,15	3,98	4,58	11,16	11,45	12,09	13,14
ETO	9,84	8,44	8,10	0,37	1,17	1,54	10,21	9,61	9,64	13,21
ESS	6,13	6,10	6,08	-0,15	-0,09	0,58	5,98	6,02	6,66	7,01
ERO	8,94	8,49	8,40	12,22	11,59	11,78	21,16	20,08	20,18	19,11
EAC	9,36	9,19	9,28	5,18	5,10	5,17	14,54	14,29	14,45	16,44
<b>Energisa Consolidada %</b>	<b>8,34</b>	<b>8,11</b>	<b>8,08</b>	<b>3,99</b>	<b>3,93</b>	<b>4,17</b>	<b>12,32</b>	<b>12,04</b>	<b>12,25</b>	<b>12,71</b>

Nota: (1) O resultado dos trimestres anteriores está passível de ajustes após resultado divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia CCEE.

Nota: As perdas regulatórias passaram a ter seus limites regulatórios de perdas apurados com base na nova metodologia, que considera o mercado medido como referência, a partir dos processos de reajuste tarifário realizados em 2025 das distribuidoras. Dessa forma, ao longo de 2025 ocorreu a transição metodológica no setor e, ao final de 2026, todas as distribuidoras terão seus limites e resultados regulatórios integralmente refletindo os efeitos completos da nova metodologia.

Acesse aqui e outras tabelas em Excel que estão disponíveis nesse link.

### 3.1.3 Gestão da inadimplência

#### 3.1.3.1 Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação consolidada em 12 meses do Grupo Energisa alcançou 97,25%, atingindo o melhor resultado da série histórica, mesmo com cenário econômico desafiador caracterizado pelo aumento da inadimplência no cenário nacional. Segundo dados do Boletim Econômico da Serasa de dez/25, metade da população adulta (49,2%) encontra-se inadimplente.

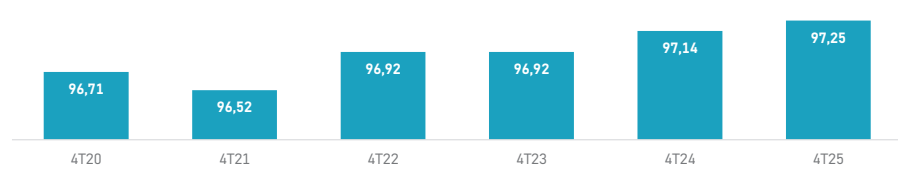
O desempenho deste trimestre é consequência da diligência do Grupo Energisa em realizar cobranças de forma ágil e eficaz, apoiada pela robustez e uso de inteligência analítica nas ações implementadas pelo grupo.

Taxa de arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	dez/25	dez/24	Varição em p.p.
EMR	98,76	98,76	-
ESE	98,66	98,40	+0,26
EPB	98,17	98,14	+0,03
EMT	96,48	96,19	+0,30
EMS	97,68	97,61	+0,07
ETO	98,09	98,03	+0,06
ESS	99,05	99,02	+0,03
ERO	94,64	94,37	+0,29
EAC	96,38	96,13	+0,26
<b>Energisa Consolidada</b>	<b>97,25</b>	<b>97,14</b>	<b>0,11</b>

As empresas do Grupo registraram melhora de performance, com destaque para EMT, ERO, EAC e ESE, devido a redução da inadimplência dos clientes de baixa tensão. Esse avanço foi fortalecido pela MP nº 1.300/2025, que concedeu isenção da tarifa de energia elétrica às famílias de baixa renda com consumo de até 80 kWh/mês a partir de julho de 2025.

Conforme evidenciado no gráfico abaixo, o desempenho consolidado no 4T25 alcançou o maior patamar da série histórica, superando pela primeira vez a marca de 97%. O resultado reforça a tendência estrutural de melhoria e demonstra a consistência do desempenho ao longo do tempo.

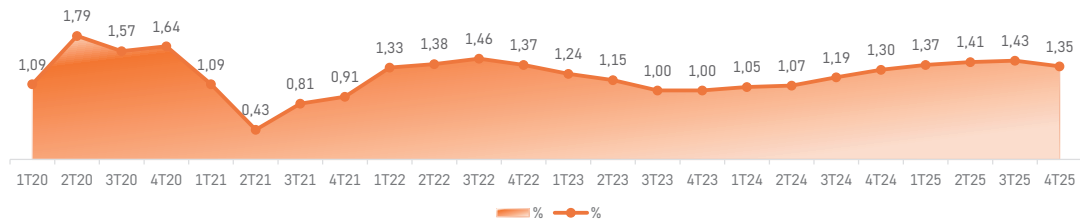
### Taxa de arrecadação - Baixa tensão



### 3.1.3.2 Taxa de inadimplência

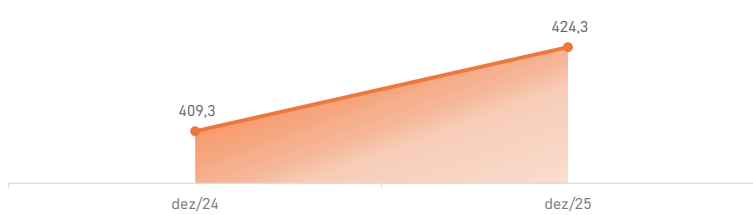
No 4T25, a taxa de inadimplência consolidada do Grupo Energisa, dos últimos 12 meses, atingiu 1,35%, registrando variação de +5 bps em relação ao mesmo período do ano anterior. Na comparação sequencial com o 4T25, o indicador apresentou uma melhora de 7 bps, reflexo do desempenho superior na arrecadação. Esse resultado foi impulsionado pela implementação de programas de regularização para pessoas físicas com débitos antigos e por reversões em grandes clientes. Cabe destacar que o indicador registra três trimestres consecutivos de queda, consolidando uma trajetória de recuperação.

### Base histórica - Indicador PPECLD em %



Quando analisado em valores absolutos, o saldo de PPECLD apresentou um aumento de R\$ 14,95 milhões no 4T25 em comparação ao 4T24. É importante destacar que, na apuração do 4T24, houve uma reversão relevante de R\$ 37,4 milhões decorrente do bom desempenho da Energisa no programa federal "Desenrola Brasil", com negociações realizadas entre janeiro e março de 2024, efeito que não se repetiu em 2025.

### PPECLD em R\$ milhões (12 meses)



Com o objetivo de recuperar débitos antigos e buscar uma performance semelhante à obtida no programa "Desenrola Brasil", foi implementado um programa de regularização de dívidas para clientes Pessoa Física, que resultou na redução da inadimplência em seis empresas do Grupo. Destacam-se a EAC e a ESE, em suas unidades a adotarem o programa como piloto, que registraram as maiores quedas, de -1,12 p.p. e -0,34 p.p., respectivamente, conforme apresentado no quadro a seguir. Nas demais empresas, a expansão do programa ocorreu a partir do 4T25.

Nas distribuidoras ERO, EMS e EMT, o programa não foi suficiente para reproduzir o mesmo nível de resultados observado com o "Desenrola Brasil". Essas três empresas negociaram R\$ 27,12 milhões no 4T24 — equivalente a 73% do total negociado pelo Grupo — e, consequentemente, apresentaram as maiores elevações no número: 1,04 p.p. na ERO, 0,31 p.p. na EMS e 0,04 p.p. na EMT.

No caso específico da EMS, soma-se ainda o impacto da alteração no programa estadual Conta de Luz Zero para clientes de baixa renda, que reduziu em 80% o número de beneficiários. Como consequência, muitos consumidores passaram a receber faturas de energia que anteriormente eram quitadas pelo Estado. Embora os efeitos da MP nº 1.300/2025 tenham atenuado esse movimento, eles não foram suficientes para conter o aumento da inadimplência nesse segmento.

PPECLD (% do fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	dez/25	dez/24	Varição em p.p.
EMR	0,29	0,37	-0,08
ESE	0,39	0,73	-0,34
EPB	0,68	0,74	-0,06
EMT	1,92	1,88	+0,04
EMS	1,46	1,14	+0,31
ETO	0,38	0,55	-0,16
ESS	0,20	0,31	-0,11
ERO	3,21	2,17	+1,04
EAC	1,95	3,07	-1,12
<b>Total</b>	<b>1,35</b>	<b>1,30</b>	<b>+0,05</b>

A Energisa tem atuado para auxiliar com campanhas de orientação e incentivo ao recadastramento junto ao governo estadual, intensificação das ações de cobrança administrativa e suspensão de fornecimento.

O Grupo segue aprimorando a gestão da inadimplência por meio da automação dos processos de cobrança e de uma estratégia flexível, ajustada ao comportamento dos clientes. As iniciativas estratégicas incluem a solução de crédito com foco no perfil dos consumidores, ampliação do uso de ferramentas de digitais e cadastro para os beneficiários do programa baixa renda, priorização das ações de cobrança de maneira a maximizar a arrecadação, acompanhamento e atuação junto ao jurídico das dívidas de grandes clientes.

### 3.1.3.3 Indicadores de qualidade dos serviços nos serviços de distribuição - DEC e FEC

No 4T25, as distribuidoras do Grupo permaneceram com resultados consistentes, apresentando desempenho melhor que os limites regulatórios para o DEC Global e o FEC Global em todas as concessões.

O resultado reflete a disciplina na gestão dos projetos de melhoria e planos de manutenção, bem como na alocação de capital, sempre buscando adotar as melhores práticas para reduzir as interrupções à despeito da intensificação dos eventos climáticos severos, reforçando o compromisso de entregar energia de qualidade a todos os clientes.

A tabela a seguir apresenta os resultados do período:

Distribuidoras	DEC Global (horas)			FEC Global (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	dez/25	dez/24	Var. (%)	dez/25	dez/24	Var. (%)		
EMR	7,96	7,91	+0,6	4,01	4,08	-1,7	9,97	6,67
ESE	9,06	9,28	-2,4	4,03	4,50	-10,4	10,53	6,42
EPB	9,40	9,72	-3,3	3,61	3,76	-4,0	12,63	6,91
EMT	14,45	15,12	-4,4	6,43	6,48	-0,8	17,19	11,63
EMS	9,12	9,07	+0,6	4,32	4,26	+1,4	9,92	6,43
ETO	14,54	15,50	-6,2	5,32	6,35	-16,2	16,85	10,29
ESS	5,34	5,15	+3,7	3,20	2,88	+11,1	6,74	5,41
ERO	20,57	20,83	-1,2	7,42	7,80	-4,9	25,02	16,10
EAC	23,58	23,35	+1,0	8,47	8,35	+1,4	41,09	29,71

Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador. As distribuidoras ESE, EMT e ETO registraram os melhores índices de suas séries históricas, com reduções de 10,7% (FEC), 4,1% (DEC) e 7,7% (DEC), respectivamente, como reflexo da alocação eficiente de capital e da eficácia das medidas de operação e manutenção.

Em 03 de novembro de 2022, através do ofício 44/2022, estabeleceu o alcance do percentual mínimo de 80% dos conjuntos dentro dos limites regulatórios do DEC e do FEC no horizonte de 2023 a 2026.

Para o atingimento da meta de 80% referida acima até o ano de 2026, estabeleceu-se metas anuais para cada concessionária, considerando um aumento gradativo do percentual mínimo de conjuntos dentro dos limites regulatórios. De acordo com os dados reportados pela ANEEL, as distribuidoras do Grupo Energisa já atingiram a meta estabelecida para o DEC e FEC em 2025.

### 3.1.4 Conta de compensação dos valores da Parcela A (CVA)

A Conta de Compensação da Parcela A (CVA) é um mecanismo regulatório instituído pela Portaria Interministerial nº 25/2020, com a finalidade de registrar as variações nos custos relacionados à compra e transporte de energia elétrica, bem como aos encargos setoriais, ocorridas entre os eventos tarifários da distribuidora. Esse mecanismo visa neutralizar os efeitos desses custos, denominados de "Parcela A" e de repasse tarifário integral assegurado, sobre o resultado da distribuidora.

No 4º trimestre de 2025, foi registrada a constituição de ativo no valor de R\$ 113,0 milhões, representando um aumento de R\$ 572,7 milhões em relação ao 4T24. Esse resultado reflete um cenário em que os custos efetivos da Parcela A superaram os valores homologados nas tarifas vigentes. Os principais impactos decorreram da alteração das cotas da CDE para 2025, do aumento do custo de compra de energia, influenciado por fatores climáticos e sazonais, além da RTE da ERO e de baixas contábeis de créditos antecipados pela EMT e EMS. Na amortização, foram registrados R\$ 308,5 milhões (redução de R\$ 130,4 milhões na comparação com o 4T24), refletindo o reconhecimento dos financeiros regulatórios nos processos tarifários.

### 3.1.5 Revisões e reajustes tarifários

Os efeitos para os consumidores decorrentes dos últimos processos de reajuste e revisão tarifária de cada distribuidora do Grupo Energisa foram os seguintes:

Distribuidoras	Efeito para o Consumidor (%)			Início da Vigência	Atualização Monetária eventos de reajustes	Processo Revisional
	Baixa Tensão	Alta e Média Tensão	Médio			
EMR	+4,12	+1,61	+3,61	22/06/2025	IPCA	Reajuste Anual
ESE	+6,69	+8,10	+7,0	22/04/2025	IGP-M	Reajuste Anual
EPB	+13,94	+12,11	+13			

&gt;&gt;&gt;



ENERGISA S.A.

CNPJ nº 00.864.214/0001-06

As principais variações nas despesas de PMSO estão detalhadas a seguir:

#### Personal e Benefício Pós Emprego

No trimestre, a rubrica de pessoal e benefício pós-emprego atingiu R\$ 347,1 milhões registrando uma redução de 8,0% (+R\$ 30,3 milhões), explicado principalmente pela redução do custo médio por colaborador (-3,6%), mesmo diante de um crescimento moderado da força de trabalho (+0,8%) decorrentes de menores desdobramentos com participação nos lucros, salários e encargos, além de reversões de despesas com ticket-alimentação relacionadas a exercícios anteriores.

#### Material

As despesas com materiais atingiram R\$ 74,0 milhões no 4T25, aumento de 7,4% (+R\$ 5,1 milhões) na comparação com o 4T24, explicado principalmente por maiores despesas de manutenção de rede e equipamentos (+R\$7,5 milhões; +46%), refletindo maior intensidade de intervenções e um ajuste pontual na EAC (indeferimento de obras reconhecido como despesa no trimestre).

#### Serviços

As despesas com serviços de terceiros totalizaram R\$ 409,7 milhões no 4T25, crescimento de 6,9% (+R\$ 26,3 milhões) em relação ao 4T24, impulsionado pela maior demanda por serviços intercompany, que avançaram 7,8% no trimestre, refletindo intensificação das atividades de suporte corporativo (CSE e TI). As despesas com manutenção corretiva e preventiva registraram expansão, somando R\$ 117,3 milhões e apresentando alta de 19,2%, influenciadas pelo maior volume de serviços em campo nas frentes de manutenção de redes, equipamentos e poda de árvores, em linha com o reforço das ações de confiabilidade do sistema elétrico.

#### Outras despesas

No trimestre, as outras despesas atingiram R\$ 32,9 milhões, redução de 31,3% (-R\$ 15,0 milhões) comparado ao mesmo período do ano passado, na maior parte, em função principalmente ao reembolso de Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) no total de R\$ 14,8 milhões no período.

Acesso e/ou outras tabelas em Excel que estão disponíveis nesse link.

#### 3.2.2 Demais despesas operacionais

O grupo das demais despesas operacionais atingiu R\$ 736,5 milhões no trimestre, contra R\$ 667,1 milhões no mesmo período do ano anterior, aumento de 10,4%.

Demais despesas - combinado Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
<b>Provisões/Reversões</b>	<b>111,3</b>	<b>205,2</b>	<b>-45,8</b>	<b>574,0</b>	<b>684,4</b>	<b>-16,1</b>
Contingências	36,6	111,8	-67,3	149,8	275,1	-45,6
Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	74,7	93,4	-20,1	424,3	409,3	+3,7
<b>Demais receitas/despesas</b>	<b>625,2</b>	<b>461,8</b>	<b>+35,4</b>	<b>1.965,3</b>	<b>1.612,8</b>	<b>+21,9</b>
Amortização e depreciação	395,3	341,0	+15,9	1.511,2	1.290,6	+17,1
Outras receitas/despesas	230,0	120,8	+90,3	454,2	322,1	+41,0
<b>Total combinado</b>	<b>736,5</b>	<b>667,1</b>	<b>+10,4</b>	<b>2.539,4</b>	<b>2.297,2</b>	<b>+10,5</b>

#### Contingências

A rubrica de provisões/reversões apresentou melhoria de R\$ 75,2 milhões e registrou no 4T25 despesa de R\$ 36,6 milhões, reflexo, em grande parte, de projeto de realização de acordos em processos relevantes trabalhistas e cíveis, que impactaram esta rubrica no 4T24, sendo R\$ 24,1 milhões na EMT e R\$ 32,5 milhões na ETO. No exercício, a melhoria nas despesas de Contingências foi de R\$ 125,3 milhões.

#### Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD")

A PPECLD foi de R\$ 74,7 milhões no 4T25, representando uma redução de 20,1% (+ R\$ 18,7 milhões), quando comparado a R\$ 93,4 milhões no 4T24. Informações adicionais, recorrer ao item 3.1.3.1 deste relatório.

#### Demais receitas/despesas

No trimestre, as outras despesas líquidas alcançaram R\$ 230,0 milhões, aumento de 90,3% (R\$ 109,2 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pela provisão de R\$ 88,2 milhões para perdas do ICMS-GD que são impostos incidentes sobre os encargos de conexão e uso da rede (TUSD) que a Companhia busca recuperar junto aos consumidores, mas impedido de cobrança por medida judicial. Após análise anual indicar que esses saldos não atendiam aos critérios de recuperabilidade, foi constituída a provisão nas distribuidoras EMT, EMR, EPB, ESE, ERO e EAC, com reconhecimento na linha de "Outros Resultados", conforme prática contábil aplicável.

#### 3.3 EBITDA

O EBITDA ajustado recorrente combinado das distribuidoras R\$ 2.017,8 milhões no trimestre, cresceu 20,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
<b>(=) EBITDA Combinado das Distribuidoras</b>	<b>1.767,3</b>	<b>1.437,2</b>	<b>+23,0</b>	<b>7.575,0</b>	<b>6.719,2</b>	<b>+12,7</b>
(-) VNR - Distribuição	(84,9)	(189,6)	-55,2	(630,3)	(616,7)	+2,2
<b>(=) EBITDA ajustado combinado</b>	<b>1.682,4</b>	<b>1.247,7</b>	<b>+34,8</b>	<b>6.944,7</b>	<b>6.102,5</b>	<b>+13,8</b>
Provisão de efeitos da geração distribuída	-	430,2	-	-	430,2	-
Provisão RTE da ERO	(51,1)	-	-	(228,0)	-	-
Baixa Créditos Tributários	386,5	-	-	386,5	-	-
<b>(=) EBITDA ajustado recorrente</b>	<b>2.017,8</b>	<b>1.677,9</b>	<b>+20,3</b>	<b>7.103,3</b>	<b>6.532,7</b>	<b>+8,7</b>

Informações detalhadas sobre as variações dos indicadores por empresa estão disponíveis no release de cada distribuidora.

Os valores de EBITDA por empresa estão no AnexoA3.

#### 3.4 Lucro líquido do período

O lucro líquido recorrente combinado das distribuidoras totalizou R\$ 1.030,5 milhões no trimestre, aumento de 120,0% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, conforme abaixo:

Valores em R\$ milhões Lucro líquido	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	4T25
<b>(=) Lucro líquido</b>	<b>1.199,4</b>	<b>1.847,4</b>	<b>-35,1</b>	<b>3.634,4</b>	<b>4.268,7</b>	<b>-14,9</b>
(-) VNR - Distribuição	(68,1)	(146,9)	-53,6	(500,8)	(480,9)	+4,1
<b>(=) Lucro líquido do período ajustado combinado</b>	<b>1.131,3</b>	<b>1.700,5</b>	<b>-33,5</b>	<b>3.133,6</b>	<b>3.787,8</b>	<b>-17,3</b>
Provisão de efeitos da geração distribuída	-	321,6	-	-	321,6	-
Provisão RTE da ERO	(82,1)	-	-	(267,1)	-	-
Juros Selic sobre débitos tributários	-	(458,2)	-	-	(458,2)	-
Substituição do ativo diferido da ERO	(327,5)	(1.095,6)	-70,1	(327,5)	(1.095,6)	-70,1
Baixa Créditos Tributários	308,7	-	-	308,7	-	-
<b>(=) Lucro líquido do período ajustado recorrente combinado</b>	<b>1.030,5</b>	<b>468,3</b>	<b>+120,0</b>	<b>2.847,7</b>	<b>2.555,6</b>	<b>+11,4</b>

Os valores de lucro líquido por empresa estão no AnexoA3.

#### 4. TRANSMISSÃO

##### 4.1 Resultados econômico-financeiros consolidado - Societário x Regulatório

##### Principais impactos no resultado societário

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro societário consolidado da ETE:

Desempenho Econômico-Financeiro IFRS Resultados - R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita de construção de infraestrutura	68,2	71,7	-4,9	262,6	415,8	-36,8
Gainho na eficiência na implementação da infraestrutura	8,9	17,9	-50,1	28,6	23,0	+24,5
Receita das margens da obra de performance da construção	4,6	22,7	-80,0	52,0	123,0	-57,8
Receita de operação e manutenção	18,8	17,1	+10,1	72,8	67,7	+7,6
Remuneração dos ativos de concessão	97,9	277,8	-64,7	795,3	931,3	-14,6
Outras receitas operacionais	19,8	100,1	-80,2	87,8	156,8	-44,0
<b>Total da receita bruta</b>	<b>218,3</b>	<b>507,3</b>	<b>-57,0</b>	<b>1.299,2</b>	<b>1.717,7</b>	<b>-24,4</b>
Deduções da receita	(20,9)	(37,5)	-44,4	(111,9)	(128,2)	-12,6
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>197,4</b>	<b>469,8</b>	<b>-58,0</b>	<b>1.187,3</b>	<b>1.589,5</b>	<b>-25,3</b>
Custo de construção	(59,8)	(147,0)	-59,3	(244,8)	(477,7)	-48,8
<b>Margem bruta</b>	<b>137,6</b>	<b>322,8</b>	<b>-185,2</b>	<b>942,5</b>	<b>1.111,9</b>	<b>-169,4</b>
PMSO	(40,6)	(73,1)	-44,5	(135,3)	(240,0)	-43,6
Demais despesas operacionais <sup>(1)</sup>	(3,9)	0,6	-	(6,6)	8,8	-
Depreciação/Amortização	(0,4)	(1,3)	-68,9	(1,7)	(2,6)	-36,3
Resultado financeiro	(67,6)	(105,8)	-36,1	(344,9)	(355,8)	-3,1
Contribuição social e imposto de renda	(28,6)	(87,7)	-67,4	(106,4)	(183,5)	-42,0
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>(3,5)</b>	<b>55,7</b>	<b>-</b>	<b>347,7</b>	<b>338,8</b>	<b>+2,6</b>
EBITDA	93,2	250,4	-62,8	800,6	880,7	-9,1
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>47,2</b>	<b>53,3</b>	<b>-6,1 p.p.</b>	<b>67,4</b>	<b>55,4</b>	<b>+12,0 p.p.</b>

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhistas, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

> A Receita operacional líquida do 4T25 foi de R\$ 197,4 milhões, redução de R\$ 272,4 milhões em relação ao 4T24 devido: (i) à menor remuneração dos ativos nas concessões LMTE, LXTE e LTE, devido à variação do IPCA e amortizações, (ii) à redução na receita de construção por investimentos menores nas concessões EAM, EAM II e nos projetos Reforço de Oxidimín (LMTE) e EAP e (iii) ao ajuste contábil negativo nas indenizações das concessões ETTII, EAM, EAM II, EAP e EMA.

> O PMSO do 4T25 totalizou R\$ 40,6 milhões, redução de 44,5% na comparação com o 4T24, ocasionado em função da menor realização de melhorias de pequeno porte nas concessões do grupo Gemini (LXTE e LMTE), das menores aquisições de materiais sobressalentes e ferramenta, além da internalização das atividades de O&M.

> O EBITDA societário foi de R\$ 93,2 milhões no 4T25, redução de 62,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior em função principalmente ao término de construção de alguns projetos e assim a consequente redução da receita.

##### Principais impactos do resultado regulatório

Aviso: Nesta seção são apresentados os resultados regulatórios do segmento de transmissão da Companhia. Os resultados regulatórios têm a finalidade de apresentar uma análise do desempenho regulatório/gerecinal das transmissoras, seguindo as práticas do mercado de transmissão. Portanto, não deve ser considerado como relatório econômico-financeiro oficial da Companhia para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que segue as normas contábeis internacionais do IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) aqui apresentadas são auditadas anualmente até 30 de abril de cada exercício na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Assim, os assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente em conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro regulatório consolidado da ETE:

Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório Resultados - R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
<b>Receita anual permitida</b>	<b>216,3</b>	<b>198,1</b>	<b>+9,2</b>	<b>857,5</b>	<b>792,5</b>	<b>+8,2</b>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>216,3</b>	<b>198,1</b>	<b>+9,2</b>	<b>857,5</b>	<b>792,5</b>	<b>+8,2</b>
Deduções da receita	(22,0)	(21,1)	+4,6	(89,8)	(84,3)	+6,5
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>194,3</b>	<b>177,1</b>	<b>+9,7</b>	<b>767,7</b>	<b>708,2</b>	<b>+8,4</b>
PMSO	(35,8)	(48,5)	-26,2	(128,2)	(175,6)	-27,0
Demais despesas operacionais <sup>(1)</sup>	(7,5)	(1,3)	+479,0	(10,2)	4,8	-
Amortização/Depreciação	(54,5)	(48,0)	+13,5	(197,9)	(190,0)	+4,1
Resultado financeiro	(67,6)	(105,8)	-36,1	(344,9)	(355,7)	-3,0
Contribuição social e imposto de renda	(30,2)	(38,8)	-22,1	(22,9)	(72,7)	-68,5
<b>Lucro (Prejuízo) líquido regulatório</b>	<b>(1,4)</b>	<b>(65,3)</b>	<b>-97,9</b>	<b>63,6</b>	<b>(81,0)</b>	<b>-</b>
EBITDA regulatório	151,0	127,3	+18,6	629,2	537,4	+17,1
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>77,7</b>	<b>71,9</b>	<b>+5,8 p.p.</b>	<b>82,0</b>	<b>75,9</b>	<b>+6,1 p.p.</b>

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhistas, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

> A Energia Transmissão de Energia (ETE) apresentou um EBITDA regulatório de R\$ 151,0 milhões, um aumento de R\$ 23,7 milhões na comparação com o 4T24 impulsionado principalmente pelo crescimento da receita anual permitida, reflexo tanto do reajuste tarifário da RAP do ciclo 2025/2026 quanto da entrada em operação de novos ativos. Além disso, a empresa permanece demonstrando eficiência na gestão de custos, com uma redução de R\$ 12,7 milhões na linha de PMSO, beneficiada pela internalização de atividades de operação e manutenção.

#### 5. (RE)ENERGISA

##### 5.1 Geração distribuída

O segmento de geração distribuída finalizou o ano de 2025 revertendo tendência de redução da base de clientes observada no ano anterior, assegurando de forma sustentável desde fevereiro de 2025, que os volumes em MWp atribuídos aos novos participantes dos consórcios de geração compartilhada fosse maior que das desconexões. Em termos de capacidade instalada de geração, o ano foi encerrado com 125 usinas solares fotovoltaicas (UFV), totalizando 469 MWp de potência, conforme por região a seguir:

Distribuidora	Usinas	MWp
Minas Gerais	66	206
Mato Grosso	19	94
Rio de Janeiro	5	14
São Paulo	9	43
Mato Grosso do Sul	17	83
Ceará	4	13
Maranhão	1	5
Pernambuco	3	7
Piauí	1	6
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>469</b>

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro do segmento:

Geração Distribuída Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
<b>(=) Receita líquida</b>	<b>114,4</b>	<b>116,3</b>	<b>-1,6</b>	<b>370,1</b>	<b>380,4</b>	<b>-2,7</b>
(-) CUSD	(16,6)	(12,7)	+31,0	(60,4)	(44,7)	+35,2
(-) PMSO	(36,2)	(41,7)	-13,2	(123,4)	(141,9)	-13,1
(+) Outros custos e despesas	(2,4)	0,9	-	(8,0)	(5,9)	-
<b>(=) EBITDA</b>	<b>59,1</b>	<b>62,8</b>	<b>-5,9</b>	<b>178,3</b>	<b>187,9</b>	<b>-5,1</b>
(+) Amortização e depreciação	(25,6)	(26,8)	-4,4	(93,7)	(88,4)	+6,0
(+/-) Resultado financeiro	(64,2)	(44,0)	+45,9	(213,8)	(129,2)	+65,4
(+/-) IRC/CSLL	11,3	3,4	+234,4	46,1	12,3	+274,5
<b>(=) Lucro (prejuízo) do período</b>	<b>(19,3)</b>	<b>(4,6)</b>	<b>+319,0</b>	<b>(83,1)</b>	<b>(17,5)</b>	<b>+375,7</b>

A unidade de negócio de geração distribuída da (re)energisa apresentou uma receita líquida de R\$ 114,4 milhões no 4T25, redução de 1,6% na comparação anual, impactada pela conclusão de projetos de P&D em 2024, no montante de R\$ 11,1 milhões, não recorrente em 2025. Na comparação sequencial, o negócio apresentou um crescimento de receita líquida de 30,6% frente ao 3T25, desempenho que reflete o plano de expansão de aquisição de clientes utilizando-se de canais diretos, indiretos e digital e a eficácia da política comercial, que priorizou a preservação de margens em contratos de longo prazo, mesmo diante do aumento na oferta de GD no mercado.

Os indicadores comerciais consolidaram trajetória de evolução no 4T25, com o churn mensal estável quando comparado ao mesmo período do ano anterior e uma redução de 0,2 p.p. em relação ao trimestre imediatamente anterior. A inadimplência recuou de 3,79% no 4T24 para 2,84% no 4T25, valor inferior também ao resultado do trimestre imediatamente anterior. No comparativo anual, o churn mensal recuou 1,3 p.p. e a inadimplência 0,95 p.p., redução equivalente a 30% e 25% respectivamente, próximos aos níveis de 2023. Quanto aos indicadores de aquisição de clientes, consolidaram o crescimento nas vendas no 4T25 de 128% quando comparado com 4T24, e a base de clientes gerando receita foi a maior da história da (re)energisa, com um aumento de 15,7% em dezembro de 2025 quando comparado com dezembro de 2024.

O PMSO apresentou redução de 13,2%, refletindo melhor efetividade em OPEX. A CUSD cresceu 31,0% em relação ao 4T24, movimento alinhado à maior capacidade instalada e ao avanço da base operacional.

O EBITDA alcançou R\$ 59,1 milhões no 4T25, redução de 5,9% com relação ao 4T24, impactado em parte pela receita extraordinária de R\$ 11,1 milhões de projetos em P&D. Na comparação com o 3T25, o EBITDA cresceu 36,8% demonstrando recuperação sequencial frente aos trimestres anteriores de 2025, desempenho que comprova a estratégia comercial e de expansão com foco em rentabilidade.

##### 5.2 Comercialização de energia elétrica

Nota: A partir do 2T25, o resultado da Clarke passou a ser incorporado aos resultados da Comercializadora para alinhar com a natureza do negócio. Anteriormente, era classificado em "Holding/Outros". Para facilitar a comparação, esse ajuste também foi aplicado aos resultados de 2024. É importante notar que essa mudança não impacta o resultado consolidado da Energisa, pois se trata apenas de uma reclassificação entre linhas da demonstração de resultados.

No 4T25, o cenário hidrológico apresentou desempenho inferior ao observado no mesmo período de 2024, com as Energias Naturais Afuentes (ENAs) permanecendo entre as mais baixas da série histórica. Como consequência, os níveis de armazenamento dos reservatórios foram impactados, encerrando o 4T25 em 45,5%, o que representa uma redução de 7,4 pontos percentuais em relação à mesma data do ano anterior. Nesse contexto, o PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) apresentou elevação no período, para R\$ 256/MWh, acima do valor observado no quarto trimestre de 2024.

No 4T25, o faturamento com energia cresceu 35,3% no total, justificado pelo esforço na prospeção de novos clientes e pelas movimentações estratégicas de trading. No que se refere às migrações varejistas, a companhia realizou 366 migrações em 2025, o que representa um crescimento de 4,3% em relação ao ano anterior, reforçando a expansão contínua de sua base de clientes. No 4T25, o volume de migrações refletiu o cenário de preços vigente no período, que levou parte dos consumidores a postergar suas decisões, sem impacto relevante sobre a estratégia comercial da companhia.

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025		

## 8. ACOMPANHAMENTO DAS PROJEÇÕES DA COMPANHIA

### Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais Individuais e Consolidadas

Em atenção ao disposto no art. 21, 54°, da Resolução CVM nº 80/22, apresenta-se abaixo as comparações das projeções divulgadas pela Companhia com os dados evolutivos efetivamente realizados até o 4T25:

(i) Projeções dos compromissos relacionados à sustentabilidade dos negócios, abordando aspectos ambientais, sociais e de governança ("ESG") da Companhia divulgadas ao mercado em 29 de junho de 2022, já tendo superado 2 dos 3 compromissos:

Objeto	Unidade	Previsão até o período findo em 31 de dezembro de 2026	Acumulado até 31 de dezembro de 2025
Energia elétrica, limpa e acessível a áreas remotas da concessão	nº de unidades consumidoras	55.000	57.335
Descomissionamento e desativação de UTEs	MW	171,7	195 <sup>(i)</sup>
Instalação de potência em energia renovável	GW	0,6	0,543

(a) Em 2024, concluímos o desligamento de todas as usinas termelétricas previstas na Amazônia Legal, antecipando em dois anos o compromisso originalmente estabelecido para 2026.

(ii) Aumento da participação de demais linhas de negócios no EBITDA Consolidado, divulgado ao mercado em 21 de novembro de 2022:

Objeto	Unidade	Previsão até o período findo em 31 de dezembro de 2026	Posição em 31 de dezembro de 2025 <sup>(i)</sup>
Participação de demais linhas de negócios da Companhia, além da distribuição de energia elétrica, no EBITDA Consolidado	% do EBITD Consolidado	Até 25	17,8

(b) Considera EBITDA Ajustado Covenants 12 meses

(iii) Estimativa de investimentos divulgado ao mercado em 19 de dezembro de 2022:

Objeto	Unidade	Previsão até o período findo em 31 de dezembro de 2026	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Estimativa de Investimentos	R\$ bilhões	24,0	25,9

## 9. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E ESG

### 9.1 Governança Corporativa

Com mais de um século de atuação no setor de energia, a Energisa construiu sua trajetória com base em práticas de governança corporativa orientadas à perenidade dos negócios, à responsabilidade com os stakeholders e à geração consistente de valor ao longo do tempo. Alinhada ao Nível 2 de Governança Corporativa da B3, a Companhia adota princípios que asseguram disciplina, previsibilidade e equilíbrio no processo decisório, em linha com as melhores práticas de governança do mercado de capitais.

A governança do Grupo é estruturada para garantir a adequada separação entre direcionamento estratégico e gestão executiva, tendo o Conselho de Administração como instância central de definição de diretrizes, supervisão da gestão e acompanhamento do desempenho. O Conselho de Administração é composto por sete membros, dos quais cinco são considerados independentes, conforme os critérios do Anexo K da Resolução CVM nº 80. A presença majoritária de conselheiros independentes contribui para a diversidade de perspectivas, para a mitigação de potenciais conflitos de interesse e para a qualidade e a imparcialidade das decisões estratégicas.

No exercício de suas atribuições, o Conselho é apoiado por seis comitês: Auditoria e Riscos, Pessoas, Soas e Sustentabilidade, Divulgação, Ética, Gestão de Riscos do Mercado Financeiro e Estratégia e Alocação de Capital. Esses fóruns aprofundam a análise de temas relevantes, apoiando a gestão de riscos e contribuem para o acompanhamento da execução estratégica e da alocação de capital.

A atuação da Companhia é orientada por um conjunto estruturado de políticas e códigos corporativos, aprovados pelo Conselho de Administração, que estabelecem diretrizes para a condução ética dos negócios, o gerenciamento de riscos e o relacionamento com os stakeholders, em conformidade com os padrões regulatórios e com as práticas reconhecidas de governança corporativa.

Para mais informações, acesse o site de Relações com Investidores: ri.energisa.com.br.

#### Gestão de riscos

A Energisa e suas controladas mantêm um sistema estruturado de gestão de riscos, suportado por políticas corporativas específicas, manual próprio da área e diretrizes voltadas à gestão de riscos associados ao mercado financeiro. Esse arcabouço estabelece os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

A governança de riscos adota o modelo das três linhas de defesa, conforme as diretrizes do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*.

As auditorias internas são conduzidas em conformidade com a norma ISO 31000, por meio da metodologia de Auditoria Baseada em Riscos (ABR), abrangendo os processos considerados críticos para a Companhia.

Os riscos identificados são consolidados em matriz de riscos, que avalia o grau de exposição dos processos internos, considerando os valores em risco e os potenciais impactos operacionais, regulatórios, financeiros, ambientais, reputacionais e de segurança. No período analisado, destacaram-se riscos relacionados a faturamento (receita não faturada), cibersegurança, gestão contratual, comercialização de energia, meio ambiente, negociação de débitos, indicadores de qualidade, processos construtivos, partes relacionadas, relacionamento e experiência do cliente, pesquisa e desenvolvimento (P&D), entre outros.

A efetividade dos controles e dos processos é avaliada mensalmente, sendo que a área de riscos propõe planos de ação e recomendações para redução das exposições identificadas. Os resultados dessas avaliações e as principais evoluções são reportados trimestralmente ao Comitê de Auditoria.

#### Ética e integridade

A atuação ética e íntegra nos negócios e no relacionamento com seus diversos públicos constitui um princípio basililar da Energisa. Com o objetivo de disseminar seus valores e orientar as partes interessadas, o Conselho de Administração aprovou, em 2021, o Programa de Integridade da Energisa, reforçando o alinhamento às melhores práticas nacionais e internacionais em ética e integridade, bem como às iniciativas de prevenção e combate à corrupção, em conformidade com a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). Nesse contexto, o Código de Ética e de Conduta passou por revisão abrangente, de modo a alinhá-lo às práticas de mercado, à Política Anticorrupção e ao Programa de Integridade da Companhia.

Para o recebimento e tratamento de manifestações internas e externas relacionadas aos temas previstos no Código de Ética e de Conduta e no âmbito do Programa de Integridade, a Companhia mantém um canal de denúncias externo e independente, denominado Canal da Ética, operado por empresa terceirizada, com acesso disponível a colaboradores e ao público externo por meio de telefone gratuito, plataforma digital e aplicativo.

No exercício de 2025, o Canal da Ética registrou 590 denúncias relacionadas a alegados desvios éticos envolvendo colaboradores próprios ou terceiros. No mesmo período, o Comitê de Ética deliberou pela aplicação de 135 medidas disciplinares decorrentes das apurações realizadas, além de recomendar a adoção de medidas administrativas adicionais voltadas ao aprimoramento dos processos e dos controles internos.

#### 9.2 Inovação e P&D

O Grupo Energisa tem ampliado seus investimentos em temas estratégicos como transição energética, automação do grid e projetos com inteligência artificial para aprimorar a tomada de decisão. Essas iniciativas reforçam o compromisso da empresa com a inovação e a busca por soluções que impulsionem a modernização do setor elétrico.

A inovação é um pilar estratégico da Energisa, orientando suas operações e decisões de alto nível. Comprometida com a melhoria contínua e o desenvolvimento de soluções inovadoras, a empresa se destaca na liderança da transformação energética no Brasil, mantendo-se na vanguarda do setor elétrico. Esse compromisso é reforçado por seus valores, incluindo o valor organizacional "coragem para ousar e inovar", que impulsiona decisões estratégicas e o desenvolvimento de soluções que se refletem em conquistas expressivas. Dentre elas, destacam-se o 1º lugar no setor elétrico e a 5ª posição global no Prêmio Vulvo Inovação 2025, o 1º lugar em inovação na categoria Energia do Prêmio Epcor 360°.

O Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D) tem como objetivo não apenas impulsionar inovações em produtos, melhorias operacionais e de processos, mas também gerar impacto positivo para a sociedade. Nos últimos três anos, por exemplo, foram investidos cerca de R\$108,0 milhões em iniciativas de P&D. Como reflexo desta estratégia, diversas iniciativas vêm sendo desenvolvidas, com destaque para aquelas voltadas ao enfrentamento dos desafios decorrentes da crescente complexidade do sistema elétrico brasileiro.

Esse cenário, caracterizado pela crescente diversidade de fontes de geração e pela descentralização da produção de energia, tem ampliado a relevância da flexibilidade da rede e da capacidade de resposta dinâmica às variações de oferta e demanda. Diante desse contexto, o Grupo Energisa lançou o Energisa FlexLab, uma plataforma de inovação aberta dedicada ao desenvolvimento, teste e validação de soluções de flexibilidade em ambiente real, contribuindo para a evolução do sistema elétrico e para a integração de novas tecnologias.

O FlexLab conecta empresas, startups e instituições de pesquisa para a cocriação e experimentação de soluções inovadoras para usinas virtuais de energia (Virtual Power Plants - VPP), resposta da demanda, gestão inteligente de cargas, aplicação de inteligência artificial e tecnologias de controle e armazenamento de energia. O objetivo da iniciativa é promover um sistema elétrico mais flexível, capaz de integrar recursos energéticos distribuídos, aumentando a eficiência, a confiabilidade e a resiliência da rede.

A iniciativa opera por meio de chamadas públicas temáticas e a definição prévia das soluções a serem desenvolvidas, possibilitando a adoção de diferentes abordagens técnicas e modelos de aplicação. Os projetos selecionados serão testados na infraestrutura da Companhia e podem resultar no desenvolvimento de novos produtos, serviços ou modelos operacionais, com financiamento composto por recursos próprios e por Programas de Pesquisa e Desenvolvimento da ANEEL.

No âmbito da vertical de flexibilidade, destaca-se a Usina Virtual de Energia (VPP), projeto implementado nas cidades de Palmas, Miracema e Paraíba, no estado do Tocantins, com recursos do Programa de P&D da ANEEL. A iniciativa integra recursos energéticos distribuídos com o objetivo de otimizar a operação da rede elétrica. Utilizando algoritmos avançados de controle e previsão para coordenar baterias, sistemas fotovoltaicos e cargas flexíveis, oferecendo serviços de flexibilidade ao sistema elétrico. A solução permite o armazenamento da energia gerada em períodos de maior incidência solar e menor consumo, viabilizando novas conexões de geração distribuída, aumentando a resiliência da rede, postergando investimentos em infraestrutura e subsidiando futuras evoluções regulatórias.

Vale destacar que a flexibilidade energética ganhou relevância diante do crescimento expressivo do número de "prosumidores" e do aumento do risco de *curtailment*, situação em que a produção de energia limpa é desperdiçada, comprometendo a operabilidade do sistema de distribuição e gerando impactos negativos tanto para geradores quanto para consumidores. Dessa forma, o FlexLab desempenha um papel estratégico na identificação de alternativas para garantir a segurança energética, viabilizar a conexão de novos sistemas de geração distribuída às redes de distribuição e impulsionar a flexibilidade energética do Brasil.

Na linha de inovação regulatória, o Sandbox Tarifário e o Sandbox Tarifa Fixa, que abordam a criação de ambientes de experimentação, em três Unidades de Negócio do Grupo Energisa, e que permitirão testar modalidades tarifárias inovadoras, incluindo tarifas *Time of Use (ToU)*, tarifas dinâmicas e a modalidade de pré-pagamento. As iniciativas avaliarão a eficiência tarifária no alinhamento com custos e preços de curto prazo, o comportamento dos consumidores, considerando características regionais, o impacto de estratégias de comunicação ativa sobre a resposta a incentivos tarifários e o uso do pré-pagamento como ferramenta para reduzir perdas não técnicas e inadimplência. Tal aplicação transforma os mecanismos de distribuição de energia de forma a se adequar à necessidade de cada cliente.

#### 9.3 Gestão de Pessoas, Saúde e Segurança

O Grupo Energisa conta com mais de 23 mil colaboradores (entre próprios e prestadores de serviço) para atender mais de 20 milhões de pessoas, avançando de forma consistente no fortalecimento de sua estratégia de gestão de pessoas, consolidando iniciativas voltadas ao desenvolvimento profissional, à atração e retenção de talentos, à diversidade e inclusão e à promoção de ambientes de trabalho seguros e saudáveis.

Essas ações refletem o compromisso da Companhia com a valorização do capital humano como elemento central para a sustentabilidade do negócio e para a geração de valor de longo prazo.

A governança do tema é conduzida pelo Comitê de Pessoas e Sustentabilidade, ligado ao Conselho de Administração, responsável por acompanhar diretrizes e iniciativas voltadas ao desenvolvimento dos colaboradores e à evolução das práticas de gestão de pessoas no Grupo.

#### Desenvolvimento de talentos e liderança

A Energisa mantém programas estruturados de capacitação e desenvolvimento, com trilhas de aprendizagem voltadas ao fortalecimento de competências técnicas, comportamentais e de liderança.

Essas iniciativas abrangem diferentes momentos da jornada profissional, desde a formação de novos profissionais até programas voltados à preparação de lideranças e ao desenvolvimento de competências estratégicas para o negócio.

- fortalecimento da Academia de Líderes, voltada à preparação do pipeline de liderança;
- ampliação das práticas de gestão de talentos e planejamento sucessório;
- evolução das iniciativas de capacitação e desenvolvimento profissional.

Em 2025, o mapeamento sucessório alcançou 60% das posições críticas com cobertura sucessória, sendo 52% dessas posições consideradas prontas para sucessão até em dois anos. No mesmo período, o aproveitamento de especialistas internos aumentou de 22% para 32%, evidenciando o fortalecimento da preparação de talentos internos para posições estratégicas.

#### Atração e formação de novos talentos

A Energisa mantém uma estratégia ativa de atração e formação de talentos, com forte articulação com instituições de ensino e programas estruturados de entrada para jovens profissionais.

- 805 jovens profissionais foram contratados, selecionados entre mais de 37 mil inscritos em processos seletivos;
  - os programas de trainee, estágio e jovem aprendiz seguem como importantes portas de entrada para novos talentos no Grupo.
- Além da formação interna, a Companhia também investe no fortalecimento da empregabilidade nas regiões onde atua. Um exemplo é o programa de formação de eletricitas nas comunidades, que contribui para a qualificação de mão de obra local e para o fortalecimento do setor elétrico.

#### Diversidade e inclusão

A diversidade e a inclusão são prioridades estratégicas para a Energisa. As iniciativas buscam ampliar a representatividade e fortalecer ambientes de trabalho cada vez mais inclusivos.

Entre as principais frentes estão:

- programas voltados ao aumento da participação feminina em funções operacionais;
- iniciativas de desenvolvimento e preparação de talentos diversos para posições de liderança;
- fortalecimento de práticas de recrutamento e desenvolvimento inclusivas.

Um dos destaques é o programa de formação de eletricitas mulheres, que busca ampliar a presença feminina em funções tradicionalmente ocupadas por homens no setor elétrico.

Em 2025:

- foram abertas novas turmas exclusivas de formação, com mais de 2 mil inscrições;
- 81 mulheres concluíram a formação para eletricitas, sendo 59 contratadas pelo Grupo;
- mais de 670 mulheres foram admitidas em diferentes áreas da organização;
- 189 profissionais passaram a integrar pipelines de sucesso e programas de desenvolvimento de liderança.

Essas iniciativas contribuíram para ampliar a representatividade ao longo da jornada profissional e reforçam o compromisso da Energisa com ambientes de trabalho mais diversos e inclusivos.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade e proporção de mulheres entre nossos colaboradores.

Colaboradores	2024				2025			
	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres
Liderança	295	939	1.234	23,9%	333	977	1.310	25,4%
Não Liderança	3.090	13.127	16.217	19,1%	3.178	13.246	16.424	19,4%
<b>Total <sup>1</sup></b>	<b>3.385</b>	<b>14.066</b>	<b>17.451</b>	<b>19,4%</b>	<b>3.511</b>	<b>14.223</b>	<b>17.734</b>	<b>19,8%</b>

<sup>1</sup> Total de colaboradores considerando a Energisa Consolidada, de acordo com a seção 10.1 D do formulário de referência disponível no website de RI da Companhia. A tabela a seguir compara a quantidade de executivos na Companhia entre os anos de 2024 e 2025, segregada por gênero:

Nº membros	2024				2025			
	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres
Diretoria Estatutária	1	4	5	20,0%	1	4	5	20,0%
Conselho de Administração	1	6	7	14,3%	1	6	7	14,3%
<b>Total <sup>2</sup></b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>16,7%</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>16,7%</b>

<sup>2</sup> Total de colaboradores considerando a Energisa S/A (Controladora), de acordo com a seção 7.1 D do formulário de referência disponível no website de RI da Companhia.

A tabela a seguir, apresenta a média salarial dos colaboradores da Companhia, segmentada por gênero:

Remuneração Anual (Média RS) <sup>1</sup>	2024		2025	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Liderança	320.734,3	474.566,9	357.442,5	500.540,1
Não Liderança	76.784,8	111.642,4	82.769,1	118.068,8

<sup>1</sup> Remuneração média anual (RS) fixa e variável

Em 2025, a Energisa permaneceu na carteira do IDIVERSA B3, o primeiro índice da América Latina a considerar critérios de gênero e raça na composição de suas empresas. O índice tem como objetivo medir o desempenho médio das ações de companhias listadas que se destacam pela diversidade, com base no Score de Diversidade desenvolvido pela B3. A permanência da Energisa no IDIVERSA B3 reforça seu compromisso com a igualdade de gênero e étnico-racial no ambiente de trabalho, além de reconhecer a diversidade como um fator estratégico para o sucesso corporativo e o desenvolvimento sustentável.

A segurança é um valor inegociável para o Grupo Energisa e orienta a condução das operações e a gestão de pessoas. A Companhia adota uma abordagem preventiva estruturada, baseada em normas e sistemas integrados de gestão alinhados às melhores práticas nacionais e internacionais.

Entre as iniciativas estruturantes está o programa Operar Seguro, voltado à:

- identificação e mitigação de riscos operacionais;
- disseminação de boas práticas de segurança;
- fortalecimento da cultura preventiva entre colaboradores próprios e terceirizados.

A Companhia também avançou no uso de tecnologias aplicadas à segurança, incluindo o uso de realidade virtual em treinamentos, permitindo que colaboradores vivenciem simulações de situações de risco em ambientes controlados.

Complementando essas iniciativas, a Energisa mantém uma abordagem estruturada de saúde e bem-estar, com programas voltados à prevenção de doenças e à promoção da qualidade de vida.

Entre eles está o Programa Viva Energia, que oferece suporte multidisciplinar aos colaboradores e seus dependentes, com atendimentos nas frentes: psicológica,

nutricional, social e orientação financeira e jurídica.

#### Compromisso com o futuro

Os avanços registrados em 2025 refletem o compromisso da Energisa com a construção de um ambiente de trabalho cada vez mais seguro, inclusivo e orientado ao desenvolvimento contínuo das pessoas.

Ao fortalecer suas práticas de gestão de talentos, diversidade, saúde e segurança, a Companhia reforça sua estratégia de sustentabilidade e seu compromisso com a geração de valor para colaboradores, comunidades, investidores e para a sociedade.

#### 9.4 Responsabilidade Social e Gestão Cultural

O Grupo Energisa sempre manteve um firme compromisso com o desenvolvimento sustentável, reconhecendo sua crescente importância no contexto empresarial atual. Nesse sentido, reitera seu comprometimento com a sociedade por meio da adoção da agenda ASG.

Desenhada em 2022, a estratégia de Sustentabilidade da Energisa reflete uma trajetória centenária construída organicamente e estruturada em três causas, que orientam iniciativas de respeito à natureza e às pessoas. — Ação pelo clima, transformação energética e mobilidade social — e desdobra em cinco objetivos e nove compromissos públicos, por meio dos quais também contribuímos ativamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas.

No âmbito sociocultural, o Grupo Energisa se empenha em ações alinhadas à agenda ASG, destacando o apoio às manifestações culturais autênticas e a valorização da diversidade cultural nas regiões onde atua. Busca não apenas incentivar a produção cultural e a preservação da memória, mas também impulsionar a economia criativa e mobilizar projetos e parcerias que contribuam para o desenvolvimento sustentável dos biomas mais frágeis.

Para concretizar esses objetivos, conta com o apoio de suas organizações sociais: a Fundação Ormeo Junqueira Botelho, que há 37 anos, promove a diversidade e a preservação do patrimônio material e imaterial da Zona da Mata Mineira, e o Instituto Energisa, criado com o propósito de avançar as potencialidades dos territórios onde atua por meio de iniciativas educacionais, culturais, sociais e esportivas.

No campo da cultura, o Instituto Energisa atua com o intuito de estimular e desenvolver as potencialidades artísticas das comunidades, promovendo uma programação multilinguagem e inclusiva que valorize a diversidade cultural e fomente a economia criativa. Em 2025 o Instituto Energisa investiu R\$ 2,6 milhões em 445 atividades culturais, contando com 2.752 participantes das visitas guiadas e impactando um total de 59.216 pessoas.

Em linha com o nosso compromisso com a empregabilidade, a geração de renda e o desenvolvimento socioeconômico, contamos com o Rio Pomba Valley (RPV), programa que nasceu em 2022 com a missão de transformar a Zona da Mata Mineira em um hub de tecnologia, criatividade, empreendedorismo e inovação. Com foco no desenvolvimento tecnológico e audiovisual, o projeto envolve a capacitação de profissionais para a economia 4.0, incluindo curso técnico de desenvolvimento de sistemas reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e formações em infraestrutura, cibersegurança, inteligência artificial, empreendedorismo e outras áreas estratégicas.

Em 2025, o projeto ganhou seu primeiro patrocínio financeiro: o Sicredi destinou R\$ 170 mil para viabilizar a quarta turma do curso técnico em Desenvolvimento de Sistemas. O aporte será destinado à formação de 40 alunos e contribuirá para a ampliação das atividades do programa, incluindo hackathons e cursos complementares. Ainda em 2025 tivemos 958 alunos formados e 79% de empregabilidade acompanhamento dos cursos. Dev ciclo 2 + Infra Populos 1.

Por meio do Programa Energisa Cultural, criado em 2022, a empresa apoia projetos e iniciativas culturais em diversos estados do Brasil. Através de um formulário contínuo de inscrição no site do Grupo (Programa Energisa Cultural | Energisa [grupoenergisa.com.br]), o Programa apresenta um portfólio de projetos multilinguagem, através de incentivo fiscal, integrado aos compromissos de forma sistêmica. Em 2025, foram investidos R\$ 30 milhões, por meio de seis mecanismos de fomento em 33 projetos executados em 11 estados onde atuamos, com impacto direto para 600 mil pessoas e indireto para 1,8 mil.

#### Eficiência Energética

O Grupo Energisa reforça, ano após ano, sua dedicação à eficiência energética. Em 2025, o investimento de R\$ 73,6 milhões reflete o contínuo empenho na otimização do consumo de energia e na promoção da sustentabilidade.

O projeto Nossa Energia amplifica esse compromisso ao promover educação, economia e eficiência energética em comunidades de todo o Brasil. Em 2025, as unidades móveis alcançaram 425 escolas, 1.592 professores e mais de 74 mil pessoas, entre alunos, pais, responsáveis, terceiros e comunidade. E mais de 151 mil pessoas foram impactadas com eventos culturais, por meio de sessões de teatro, cinema e outras atividades recreativas.

No âmbito de ações para mitigar desperdícios no consumo de energia, realizamos a substituição de lâmpadas, de refrigeradores e de ventiladores de famílias de baixa renda por modelos mais eficientes, com um menor consumo de energia. Em 2025, foram substituídas 419 mil lâmpadas, 6,1 mil refrigeradores e 18,6 mil ventiladores por versões mais eficientes, contemplando aproximadamente de 85 mil pessoas.

Outros projetos foram implementados, abrangendo a substituição de equipamentos obsoletos, a implantação de sistemas fotovoltaicos e outras ações de eficiência energética em diversos setores. Com um investimento mais de R\$ 10 milhões, as iniciativas beneficiaram diversos clientes, incluindo hospitais, instituições de ensino e assistência social, prédios públicos, indústrias, consumidores residenciais e 28 municípios, que foram contemplados com a modernização da iluminação pública.

Essas ações geraram redução de custos para os clientes, impulsionaram o uso de energia renováveis e ajudaram na diminuição das emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para a diversificação da matriz energética e a promoção da sustentabilidade.

#### Universalização do acesso à energia

A universalização do acesso à energia elétrica integra nossos compromissos públicos de sustentabilidade e está alinhado a nossa estratégia de democratização, descentralização e descarbonização. Até 2026, a Companhia estabeleceu como meta ampliar a oferta de energia elétrica, limpa e acessível, a aproximadamente 55 mil unidades consumidoras localizadas em áreas remotas de concessão do Grupo, em parceria com o Ministério de Minas e Energia e a ANEEL. Em 2025 antecipamos o prazo da meta e alcançamos 57.335 mil unidades com acesso à energia limpa e confiável.

Somente em 2025, a Energisa ligou 10.013 novos clientes à rede elétrica, nos estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, além de contribuir para a universalização do acesso à energia, a empresa promove iniciativas como a adoção da tarifa social e projetos de eficiência energética, em linha com seu compromisso com a democratização do setor.

#### Gestão de emissões

Para contribuímos de forma consistente com o enfrentamento dos desafios relacionados ao clima e em linha com a nossa meta de alcançar a neutralização de nossas emissões até 2050, construímos um Plano de Descarbonização orientado por bases técnicas, setoriais e metodológicas. O plano é resultado de projeto de pesquisa e desenvolvimento (P&D) realizado em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a WayCarbon, que combinou análise do contexto setorial, diagnóstico de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e processos de engajamento interno.

Anteriormente ao Plano de Descarbonização, já endereçávamos uma série de iniciativas para mitigar impactos sob a agenda climática. Como exemplo, está a conclusão do maior programa de desligamento de usinas térmicas da Amazônia Legal. Finalizado em 2024, dois anos antes do previsto, o processo envolveu a desativação de 20 usinas movidas a óleo diesel e combustível, que juntas somavam 195 MW de potência instalada.

A medida representa uma redução anual de 539 mil toneladas de CO<sub>2</sub>e e trouxe benefícios diretos a aproximadamente 460 mil pessoas, que passaram a receber energia mais limpa e confiável com a interligação ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Outra iniciativa foi na logística reversa de materiais provenientes da desmobilização dos ativos da rede. Em 2025, destacaram-se como principais materiais reciclados aço, cobre, alumínio e componentes eletromecânicos, contribuindo para a redução do consumo de matérias-primas virgens. O processamento de produtos vendidos resultou na emissão de 18.189,73 tCO<sub>2</sub>e ao ano, reforçando a relevância do fortalecimento contínuo das estratégias de gestão de materiais e eficiência operacional.

Na frente de reforma de transformadores possibilita a emissão evitada associada a fabricação de novos transformadores e a regeneração de óleos isolantes, evitando impactos ambientais. Em 2025, foram recolhidas 27.156 peças recolhidas, das quais 10.169 foram reformadas e 10.400 estão em processo de triagem/reforma. A reforma dessas 10.169 transformadores evita a emissão de 7.495 tCO<sub>2</sub>e, ao reduzir a necessidade de fabricação de novos equipamentos e os impactos associados aos processos industriais.

Pelo terceiro ano consecutivo, a Energisa reportou seus dados de emissões ao *Carbon Disclosure Project (CDP)*, em 2025 manteve o conceito B do *CDP Climate* na avaliação de sua governança climática. Essa manutenção significa que o Grupo Energisa vem investindo continuamente na adoção das melhores práticas identificadas no mercado, sendo reconhecida como uma empresa com bom padrão de qualidade no tema gestão de mudanças climáticas.

#### Sustentabilidade na cadeia de fornecedores

Em 2025, a Energisa direcionou suas iniciativas de sustentabilidade, principalmente, para a gestão de fornecedores, reforçando seu compromisso com as questões ambientais, sociais e de governança (ASG) e reconhecendo a crescente responsabilidade das empresas quanto às práticas sustentáveis de seus parceiros.

Dentre as iniciativas, destaca-se a continuidade do Programa Sinergia, dedicado ao desenvolvimento dos fornecedores do grupo Energisa. O programa promove avaliações de gestão e a aplicação de práticas, regras e conceitos reconhecidos mundialmente, buscando aprimorar a gestão dos fornecedores de materiais e serviços. Além de mitigar riscos na cadeia de suprimentos, essa iniciativa fomenta uma cultura organizacional voltada para a melhoria contínua dos processos desses parceiros.

Ainda em 2025, iniciamos a revisão dos temas do Sinergia com o apoio de uma consultoria especializada, com o objetivo de atualizar os processos e temas abordados, além de tornar as ações mais objetivas e claras. Paralelamente, foi iniciado o início de um novo processo de avaliação e desenvolvimento com foco em indicadores, a automatização das atividades de avaliação, buscando tornar o processo mais simples e ágil, e a atualização da ferramenta de apoio, de forma a torná-la mais eficiente e focada nos pontos mais importantes dos temas abordados pelo programa.

Paralelamente, as áreas técnicas das unidades de negócio passaram a ter acesso a informações de fornecedores, com *business intelligence* para indicadores de performance dos prestadores de serviços. As informações servem de subsídio para melhorias na qualidade e no prazo de entrega dos serviços contratados.

Como parte do nosso compromisso com a transparência climática e alinhamento às melhores práticas internacionais de reporte, a Energisa respondeu ao CDP e participou do programa *CDP Supply Chain*

&gt;&gt;&gt;



ENERGISA S.A.

CNPJ nº 00.864.214/0001-06

## BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO ANUAL - 2025

(Em milhares de reais)

1 - Base de cálculo	2025			2024		
	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Receita líquida (RL)	35.441.353			33.715.476		
Resultado operacional (RO)	3.334.908			4.375.159		
Folha de pagamento bruta (FPB)	1.913.150			1.745.049		
<b>2 - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>
Alimentação	286.027	14,95%	0,81%	286.675	16,37%	0,85%
Encargos sociais compulsórios	259.095	13,54%	0,73%	252.171	14,40%	0,75%
Previdência privada	23.751	1,24%	0,07%	52.840	3,02%	0,16%
Saúde	186.294	9,74%	0,53%	67.071	3,83%	0,20%
Segurança e saúde no trabalho	82.361	4,30%	0,23%	81.999	4,68%	0,24%
Educação	-	0,00%	0,00%	1.610	0,09%	0,00%
Cultura	3	0,00%	0,00%	1.217	0,07%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	18.340	0,96%	0,05%	7.929	0,45%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	6.292	0,33%	0,02%	5.052	0,29%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	258.452	13,51%	0,73%	263.082	15,02%	0,78%
Outros	51.955	2,72%	0,15%	55.076	3,14%	0,16%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>1.172.570</b>	<b>61,29%</b>	<b>3,32%</b>	<b>1.074.722</b>	<b>61,36%</b>	<b>3,17%</b>
<b>3 - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Educação	153.389	4,60%	0,43%	9.763	0,22%	0,03%
Cultura	10.344	0,31%	0,03%	15.286	0,35%	0,05%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	3.484	0,10%	0,01%	995	0,02%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	17.351	0,52%	0,05%	10.546	0,24%	0,03%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>184.568</b>	<b>5,53%</b>	<b>0,52%</b>	<b>36.590</b>	<b>0,83%</b>	<b>0,11%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	12.078.572	36,21%	34,08%	7.953.756	18,17%	23,59%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>12.263.140</b>	<b>36,72%</b>	<b>34,60%</b>	<b>7.990.346</b>	<b>18,26%</b>	<b>23,70%</b>
<b>4 - Indicadores Ambientais</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	833.933	25,01%	2,35%	679.230	15,52%	2,01%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	288.347	8,65%	0,81%	20.593	0,47%	0,06%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>1.122.280</b>	<b>33,66%</b>	<b>3,16%</b>	<b>699.823</b>	<b>15,99%</b>	<b>2,07%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		
<b>5 - Indicadores do Corpo Funcional</b>	<b>2025</b>		<b>2024</b>			
Nº de empregados(as) ao final do período	18.355		17.473			
Nº de admissões durante o período	3.655		4.715			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	18.009		16.162			
Nº de estagiários(as)	313		295			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	2.612		1.843			
Nº de mulheres que trabalham na empresa	3.585		3.377			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	26,05%		30,89%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	10.703		10.178			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	34,64%		29,10%			
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	824		719			

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2025			Metas 2026		
	Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	22,06		22,06		
Número total de acidentes de trabalho	47		27			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(x) direção	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) direção	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e saúde no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 3.266.490	no Procon 11.337	na Justiça 10.270	na empresa 3.266.490	no Procon 10.436	na Justiça 8.100
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 93%	na Justiça 37%	na empresa 70%	no Procon 95%	na Justiça 35%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	<b>Em 2025: 23.219.365</b>			<b>Em 2024: 21.518.512</b>		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	54% governo 7% colaboradores(as) 5% acionistas 25% terceiros 8% retido			53% governo 8% colaboradores(as) 6% acionistas 17% terceiros 15% retido		
<b>7 - Outras Informações</b>	<b>2025</b>		<b>2024</b>			
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	267.950		298.284			
7.1.2 - Investimento do Estado	-		-			
7.1.3 - Investimento do Município	-		-			
7.1.4 - Investimento da Concessionária	29.772		33.179			
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	<b>297.722</b>		<b>331.463</b>			
7.2 - Programa de eficiência Energética	29.748		70.804			
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	24.896		24.896			
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	<b>352.366</b>		<b>427.163</b>			

## BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalente de caixa	6.1	352.524	134.301	1.386.005	899.139
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	3.443.285	1.249.724	9.087.240	7.662.110
Clientes, consumidores, concessionárias e outros	7	77.246	79.213	4.771.318	4.450.773
Títulos de créditos a receber		25	25	4.180	4.524
Estoques		234	240	155.560	137.932
Tributos a recuperar	8	128.972	84.829	1.856.382	1.747.604
Dividendos a receber		127.429	23.911	23.911	23.932
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	34	-	37.173	117.256	565.220
Ativos financeiros setoriais	10	-	-	823.745	209.676
Concessão do serviço público- ativo de contrato	14.2	-	-	835.515	778.670
Outros créditos	11	48.660	15.596	1.870.791	1.536.437
<b>Total do circulante</b>		<b>4.178.375</b>	<b>1.757.425</b>	<b>20.931.903</b>	<b>18.016.017</b>
<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	5.500.834	5.931.290	474.846	411.155
Clientes, consumidores e concessionárias	7	-	-	423.422	495.941
Títulos de créditos a receber		-	-	6.504	7.682
Ativos financeiros setoriais	10	-	-	892.356	224.604
Créditos com partes relacionadas	12	382.033	370.497	-	-
Tributos a recuperar	8	225.463	276.882	2.282.406	2.672.683
Créditos tributários	13	-	-	2.835.091	2.604.624
Depósitos judiciais	24	8.680	5.374	1.887.119	1.630.185
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	34	188.183	1.351.032	791.114	2.596.230
Ativo financeiro indenizável da concessão	14.1	-	-	17.715.205	14.530.813
Concessão do serviço público- ativo de contrato	14.2	-	-	8.533.182	8.156.200
Outros créditos	11	200.949	200.708	472.731	587.428
<b>Total do não circulante</b>		<b>6.506.142</b>	<b>8.135.783</b>	<b>36.313.976</b>	<b>33.917.545</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>33.042.568</b>	<b>30.074.954</b>	<b>83.471.647</b>	<b>77.181.653</b>

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	19	51.013	38.121	2.892.486	2.622.158
Encargos de dívidas	20	176.207	124.572	333.662	400.180
Empréstimos e financiamentos	20	248.141	473.470	3.743.886	4.601.133
Debêntures	21	1.217.136	410.513	2.449.765	1.720.229
Impostos e contribuições sociais	22	25.120	18.846	778.849	854.600
Parcelamento de impostos		-	-	378	710
Encargos setoriais	23	-	-	394.691	307.700
Incorporação de redes	25	-	-	248.222	260.471
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	34	16.821	2.248	571.379	530.338
Benefícios pós-emprego	35	1.645	1.547	19.635	27.514
Dividendos a pagar		4.843	808.483	26.048	873.865
Obrigações estimadas		28.144	25.264	189.013	174.827
Passivos financeiros setoriais	10	-	-	753.235	989.925
Contribuição de iluminação pública		-	-	148.851	134.537
Arrendamentos operacionais		945	677	27.244	25.158
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	26	-	-	275.505	404.823
Outros passivos	26	53.523	54.659	595.977	725.223
<b>Total do circulante</b>		<b>1.823.538</b>	<b>1.958.400</b>	<b>13.448.826</b>	<b>14.653.391</b>
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores	19	6.881	6.131	165.764	173.966
Empréstimos e financiamentos	20	199.939	-	12.291.082	11.721.414
Debêntures	21	11.067.197	9.677.727	26.077.984	17.074.785
Passivos financeiros setoriais	10	-	-	546.999	435.086
Impostos e contribuições sociais diferidos	13	324.193	663.368	5.141.593	5.895.378
Arrendamentos operacionais		2.777	1.621	120.869	104.514
Impostos e contribuições sociais	22	6.930	5.273	956.449	854.720
Parcelamento de impostos		-	-	-	183
Encargos setoriais	23	-	-	127.401	153.969
Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatória e ambiental	24	567	547	1.626.031	1.579.003
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	34	390.787	463.928	660.128	762.351
Benefícios pós-emprego	35	12.255	10.576	157.326	202.774
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	26	-	-	404.105	923.879
Outros passivos	26	9.085	7.885	562.546	503.022
<b>Total do não circulante</b>		<b>12.020.611</b>	<b>10.837.056</b>	<b>48.838.277</b>	<b>40.385.040</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>					
Capital social	27.1	10.876.550	7.540.743	10.876.550	7.540.743
Custo com emissão de ações	27.2	(109.447)	(109.447)	(109.447)	(109.447)
Reserva de capital	27.2	2.582.718	1.134.104	2.582.718	1.134.104
Reserva de lucros	27.3 a 27.7	5.891.267	8.717.744	5.891.267	8.717.744
Dividendos adicionais propostos	27.8	-	63.639	-	63.639
Outros resultados abrangentes	27.10	(42.669)	(67.285)	(42.669)	(67.285)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>19.198.419</b>	<b>17.279.498</b>	<b>19.198.419</b>	<b>17.279.498</b>
Participação de acionistas não controladores	27.11	-	-	1.986.125	4.863.724
<b>Total do patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital</b>		<b>19.198.419</b>	<b>17.279.498</b>	<b>21.184.544</b>	<b>22.143.222</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>33.042.568</b>	<b>30.074.954</b>	<b>83.471.647</b>	<b>77.181.653</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Outros resultados aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total consolidado
		Capital social	Outras reservas de capital	Reserva legal	Reserva de capital	Reserva de lucros	Retenção de lucro acumulado originado de mudança de prática contábil						
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>		<b>5.047.375</b>	<b>(65.723)</b>	<b>776.729</b>	<b>645.451</b>	<b>4.432.622</b>	<b>1.107.501</b>	<b>62.539</b>	-	-	<b>11.897.510</b>	<b>3.818.186</b>	<b>15.715.696</b>
Aumento de capital conforme RCA 29/01/2024	27.1	2.493.368	-	-	-	-	-	-	-	-	2.493.368	-	2.493.368
Aumento de capital	27.8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.007.522	1.007.522	1.007.522
Pagamento de dividendos adicionais reflexos	27.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(409.581)	(409.581)	(409.581)
Custo captação de capital	27.2	-	(43.724)	-	-	-	-	-	-	-	(43.724)	-	(43.724)
Transações com investimentos	27.2	-	-	374.344	-	-	-	-	-	-	374.344	(32.786)	341.558
Programa de remuneração variável (ILP)	27.2	-	-	1.362	-	-	-	-	-	-	1.362	692	2.054
Investimento PUT	-	-	-	(18.331)	-	-	-	-	-	-	(18.331)	-	(18.331)
Dividendos prescritos	27.8	-	-	-	-	-	-	-	5.724	5.724	692	6.416	6.416
Reclassificação ORA - ganhos e perdas atuariais	27.8	-	-	-	-	-	-	-	(93)	93	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	3.789.678	-	3.789.678	846.604	4.636.282
Proposta de destinação do lucro líquido:													
Reserva Legal	27.3	-	-	-	189.484	-	-	-	-	-	(189.484)	-	-
Dividendos	27.8	-	-	-	-	-	-	-	(1.262.039)	-	(1.262.039)	(375.763)	(1.637.802)
Reserva de orçamento de capital	27.7	-	-	-	-	-	2.280.147	-	(2.280.147)	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	27.8	-	-	-	-	-	-	63.639	(63.639)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	27.10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41.606	41.606	49.764
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>7.540.743</b>	<b>(109.447)</b>	<b>1.134.104</b>	<b>834.935</b>	<b>4.432.622</b>	<b>3.387.648</b>	<b>62.539</b>	<b>63.639</b>	<b>(67.285)</b>	<b>17.279.498</b>	<b>4.863.724</b>	<b>22.143.222</b>
Aumento de capital com reserva conf. AGOE de 25/04/2025	27.1	588.497	-	-	(588.497)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital com reservas de lucros RCA 19/11/2025	27.1	2.747.310	-	-	-	(2.747.310)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/(Redução) de capital e (Alienação) de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.297.427)	(1.297.427)
Pagamento de dividendos	27.8	-	-	-	-	-	-	-	(63.639)	-	(63.639)	(461.763)	(525.402)
Transações entre sócios	27.2	-	-	1.436.912	-	(931.448)	-	-	-	-	505.464	(1.469.964)	(964.500)
Programa de remuneração variável (ILP)	27.2	-	-	11.702	-	-	-	-	-	-	11.702	1.459	13.161
Dividendos prescritos	27.8	-	-	-	-	-	-	-	3.989	-	3.989	22	4.011
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.214.439	-	2.214.439	925.633	3.140.072
Proposta de destinação do lucro líquido:													
Reserva Legal	27.3	-	-	-	110.722	-	-	-	(110.722)	-	-	-	-
Dividendos	27.8	-	-	-	-	-	-	-	(777.650)	-	(777.650)	(576.883)	(1.354.533)
Reserva de orçamento de capital	27.7	-	-	-	-	-	1.330.056	-	(1.330.056)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	27.10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.616	24.616	1.324
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>10.876.550</b>	<b>(109.447)</b>	<b>2.582.718</b>	<b>945.657</b>	<b>165.367</b>	<b>4.717.704</b>	<b>62.539</b>	<b>-</b>	<b>(42.669)</b>	<b>19.198.419</b>	<b>1.986.125</b>	<b>21.184.544</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Geração do valor adicionado:</b>					
<b>Receitas</b>					
Receitas de vendas de energia e serviços	28	454.472	418.440	43.317.937	40.812.877
Outras receitas	31	3.727	822	73.765	179.341
Receitas relativas à construção de ativos próprios	28	-	-	5.694.234	5.554.714
Provisão perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa e recuperação incobráveis	29	-	-	(440.400)	(477.177)
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Custo da energia elétrica vendida	-	-	-	18.030.645	16.765.196
Materiais e serviços de terceiros	-	96.125	80.433	1.499.587	1.549.458
Outros custos operacionais	-	12.409	10.601	6.355.947	6.354.645
<b>Valor adicionado bruto</b>					
Depreciação, amortização e realização de ágio	29	349.665	328.228	23.759.357	21.400.456
<b>Valor adicionado líquido</b>					
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Equivalência patrimonial	16	2.863.723	3.605.681	95.478	(8.467)
Receitas financeiras	32	1.094.820	935.880	2.486.361	1.983.750
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>4.271.761</b>	<b>4.836.587</b>	<b>23.219.365</b>	<b>21.518.512</b>
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>					
Pessoal	-	189.267	181.440	1.098.964	1.076.740
Remuneração direta	-	37.713	31.664	507.597	476.211
Benefícios	-	12.384	10.981	118.427	110.615
FGTS	-	-	-	-	-
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>					
Federais	-	124.440	310.051	6.615.548	5.489.983
Tributos	-	124.440	310.051	2.685.966	2.151.270
Obrigações intraspetoriais	-	-	-	3.929.582	3.338.713
Estaduais	-	172	160	5.839.950	5.962.211
Municipais	-	11.834	10.626	45.703	39.524
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>					
Juros	32	1.679.904	499.596	5.835.780	3.707.642
Aluguéis	-	1.608	2.391	17.524	19.304
<b>Remuneração de capitais próprios</b>					
Dividendos	27.8	773.661	1.319.954	1.350.522	1.695.025
Lucros Retidos	-	1.440.778	2.469.724	1.440.778	2.469.724
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	-	-	-	348.772	471.533
Participação dos acionistas não controladores nos lucros	-	-	-	-	-
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>4.271.761</b>	<b>4.836.587</b>	<b>23.219.365</b>	<b>21.518.512</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energisa S/A ("Energisa" ou "Companhia"), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto e está registrada na Bolsa de Valores, B3 SA Brasil Bolsa Balcão. O objeto social principal da Companhia é a participação no capital de outras empresas, a prestação de serviços administrativos às suas controladas distribuidoras de energia, transmissoras, geradoras e comercializadora de energia elétrica, como também para as demais controladas diretas e indiretas. **Atividades:** A Energisa através de suas controladas diretas e indiretas possuem o direito de explorar concessões e/ou autorização de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica e a concessão de distribuição de gás canalizado. **Distribuição de energia elétrica:**

Controladas	Localidades	Data da concessão	Data de vencimento
<b>Controladas diretas:</b>			
Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A ("EMR")	Cataguases (MG)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A ("ESE")	Araçaju (SE)	23/12/1997	23/12/2027
Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S/A ("ERO")	Porto Velho (RO)	30/10/2018	29/10/2048
Energisa Acre – Distribuidora de Energia S/A ("EAC")	Rio Branco (AC)	07/12/2018	06/12/2048
<b>Controladas indiretas:</b>			
Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia ("EMT")	Cuiabá (MT)	11/12/1997	10/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A ("EMS")	Campo Grande (MS)	04/12/1997	04/12/2027
Energisa Sul Sudeste – Distribuidora de Energia S/A ("ESS")	Presidente Prudente (SP)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A ("ETO")	Palmas (TO)	01/01/2020	31/12/2049
Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A ("EPB")	João Pessoa (PB)	21/03/2001	21/03/2031

As distribuidoras controladas diretas e indiretas são companhias de capital aberto e fechado, que tem como objetivo principal operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço distribuição de energia elétrica através do uso de redes e linhas de distribuição, em suas áreas de atuação. **Transmissão de energia elétrica:** As controladas indiretas, transmissoras de energia elétrica, têm como objetivo principal a implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica.

Controladas	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento	Início de Operação
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A ("EGO I")	Linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte – Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte. A obra foi concluída em 31 meses após a data de outorga e a operação antecipada em 17 meses frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.	Goiás	11/08/2017	11/08/2047	14/03/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A ("EPA I")	Linha de transmissão de 230 kV Xinguara II – Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia. A obra foi concluída em 38 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 16 meses, frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.	Pará	11/08/2017	11/08/2047	02/11/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A ("EPA II")	Linha de Transmissão 500 kV, Serra Pelada com 66,5 quilômetros de extensão em circuito duplo; Linha de Transmissão 230 kV Integradora Sossego – Xinguara II, com 72,3 quilômetros e as subestações Serra Pelada e Integradora Sossego. A obra foi concluída em 39 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 12 meses, frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.	Pará	21/09/2018	21/09/2048	21/12/2021
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A ("ETT")	Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II – Barreiras II com 255 quilômetros de extensão; Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis III – Gurupi com 256 quilômetros de extensão e Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis III – Palmas com 261 quilômetros de extensão.	Bahia e Tocantins	22/03/2019	22/03/2049	Função I e II 22/12/2022 e Função III 26/01/2023
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ("LMTE")	LT 500 kV Jurupari – Oriximiná; LT 230 kV Jurupari – Laranjal; LT 230 kV Laranjal – Macapá; SE 500/138 kV Oriximiná 200 MVA; SE 230/69 kV Laranjal 200 MVA; SE 230/69 kV Macapá 600 MVA.	Pará/Amapá	16/10/2008	16/10/2038	12/06/2013
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ("LXTE")	LT 500 kV Tucuruí – Xingu; LT 500 kV Xingu – Jurupari; SE 500 kV Xingu; SE 500 kV Tucuruí; SE 500/230 kV Jurupari 1.500 MVA.	Pará	16/10/2008	16/10/2038	12/06/2013
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A ("LTTE")	LT 500 kV Taubaté – Nova Iguaçu; SE 500 kV Taubaté; SE 500 kV Nova Iguaçu 4.200 MVA.	São Paulo/Rio de Janeiro	09/12/2011	09/12/2041	01/06/2018
Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A ("EPTe")	SE Paranaíta, em 500/138 kV, 3 x 500 MVA	Mato Grosso	27/06/2016	27/06/2046	27/06/2019
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A ("EAM")	- Incorporação dos ativos em serviço designado à AmGT pela Portaria do MME nº 706, de 15 de dezembro de 2016; - Revitalização das subestações em 230 kV Manaus, Cristiano Rocha e Lechuga (setor designado à AmGT); - Substituição da SE Balbina 230kV em arranjo disjuntor e meio por outra SE nova 230kV em arranjo barra dupla com 4 chaves; - Substituição do pátio de 69kV em arranjo anel da SE Manaus por outro pátio novo de 69kV em arranjo BD4.	Amazonas	31/03/2021	31/03/2051	Em construção
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A ("ETT II")	Ampliação da SE 230/138kV Gurupi - 200MVA	Tocantins	30/09/2021	30/09/2051	08/05/2024
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A ("EAP")	LT 230kV Macapá – Macapá III C1 SE 230/69kV Macapá III SE Macapá 3: Implementação de 2 circuitos simples em 69 kV, com extensão aproximada de 2 km cada, entre os pontos de seccionamento da Linha de Distribuição 69 kV Santana – Macapá C1 e a subestação Macapá III, no setor de 69 kV. SE Macapá: Novo trecho de Linha em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 500 metros para permitir a conexão da linha 230kV Ferreira Gomes – Macapá C1.	Amapá	31/03/2022	31/03/2052	23/12/2024
Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A ("EAM II")	LT 500 kV Mauá 3 – Manaus, C1, com 12,9 km (trechos aéreos e subterrâneos). O prazo estimado para construção é de 48 meses.	Amazonas	30/09/2022	30/09/2052	Em construção
Energisa Maranhão Transmissora de Energia S/A ("EMA")	LT 500 kV Teresina IV – Graça Aranha C1, CS LT 500 kV Boa Esperança – Graça Aranha C1, CS SE 500 kV Teresina; SE 500 kV Boa Esperança.	Maranhão	28/06/2024	28/06/2054	Em construção

Controladas	Descrição	Atividade	Localidade
<b>Geração Hidráulica:</b>			
<b>Energisa Geração Usina Maurício S/A</b>	A CGH possui 298 KW de potência instalada e 0,264 MW médios de garantia física.	Geração hidráulica	Nova Friburgo (RJ)
CGH Usina Hans	A PCH possui 2.560 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Vilhena (RO)
PCH Rio Vermelho Usina Maurício	A Usina possui 1.280 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Leopoldina (MG)
<b>Geração Distribuída:</b>			
<b>Alsol Energias Renováveis S/A ("Alsol")</b>	A controlada possui sistemas fotovoltaicos em operação conectados à rede e projetos em fase de implementação, bem como participação em sociedades com a mesma finalidade.	Geração distribuída	Uberlândia (MG)
<b>Parque Solar:</b>			
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I EGCS-RP I	As controladas têm como objeto social o desenvolvimento e exploração de parque solar, bem como a comercialização de energia proveniente do Empreendimento.	Parque Solar	Paraliba (PB)
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II EGCS-RP II		Parque Solar	Paraliba (PB)
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A EGCS-CO		Parque Solar	Cataguases (MG)
<b>Projeto Geração Eólica:</b>			
<b>Complexo Parque Eólico Sobradinho</b>			
EOL Alécirim	Controladas não-operacional com finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL			





**ENERGISA S.A.**

CNPJ nº 00.864.214/0001-06

**3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board: (I) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025**

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais, portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) / IAS 21 incorporam as alterações trazidas pela <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarboxinação (CBI0)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e). Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarboxinação (CBI0) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

**(II) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes**

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: (i) aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras, (ii) exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração, e (iii) introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações terão impactos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ela não é elegível para pela aplicação do IFRS 19. As aplicações em suas subsidiárias serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

**4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Energisa e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando a Energisa estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação às investidas. Especificamente, o Grupo Energisa controla uma investida se, e apenas se, tiver: - Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); - Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. - A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo Energisa tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: - O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; - Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; - Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (Instituidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo Energisa, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. A seguir são apresentadas as controladas diretas e indiretas da Companhia.

Empresas	Sigla	Controladora	Ramão de atividade	% de participação	
				2025	2024
<b>Controladas diretas</b>					
Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S/A <sup>(1)</sup>	ESE	ESA	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Rô – Distribuidora de Energia S/A <sup>(1)</sup>	EMR	ESA	Distribuição de energia	100	100
Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S/A	ERO	ESA	Distribuição de energia	99,51	99,41
Energisa Acre – Distribuidora de Energia S/A	EAC	ESA	Distribuição de energia	99,77	99,73
Energisa Soluções S/A	ESOL	ESA	Serviços	100	100
Voltz Capital S/A	Voltz	ESA	Serviços	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Dinâmica	ESA	Securitização de créditos	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A	ESEA	ESA	Inspeção termográfica aérea	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	EPLAN	ESA	Corretagem de seguros	58,26	58,26
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	ECOM	ESA	Comercialização de energia	100	100
Energisa Geração Central Solar Maurício S/A	EGUM	ESA	Geração de energia elétrica	100	100
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	EGCS-CO	ESA	Geração solar de energia	100	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda.	SOBR	ESA	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Boa Esperança S/A	EGCE-BE	ESA	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Mandacaru S/A	EGCE-MA	ESA	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Central Eólica Alecrim S/A	EGCE-AL	ESA	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro – Muquim S/A	EGCE-UM	ESA	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	EGCS-RP1	ESA	Geração solar de energia	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	EGCS-RP2	ESA	Geração solar de energia	100	100
Alsol Energias Renováveis S/A	ALSOL	ESA	Holding e Geração de energia distribuída	89,70	89,70
Energisa Participações Minoritárias S/A <sup>(6)</sup>	EPM	ESA	Holding	100	45
Energisa Participações Nordeste S/A <sup>(6)</sup>	EPNE	ESA	Holding	55	55
Nova Denerge S/A	NOVA DENERGE	ESA	Holding	99,99	-
Denerge Desenvolvimento Energético S/A <sup>(6)</sup>	DENERGE	ESA	Holding	-	99,98
Energisa Transmissão de Energia S/A <sup>(1)</sup>	ETE	ESA	Holding	100	100
Energisa Distribuição de Gás S/A <sup>(6)</sup>	EDG	ESA	Holding	100	77,3
Energisa Biogás S/A	EBG	ESA	Holding	100	100
Fundo de Investimento em Cotas <sup>(5)</sup>	FDIC	ESA	Fundo de investimento	100	100
FIM Zona da Mata	FIM	ESA	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	CX FIELSA	ESA	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Clarke Desenvolvimento de Software S/A	CLARKE	ESA	Serviços	70,04	70,04
<b>Controladas indiretas</b>					
Rede Energia Participações S/A <sup>(1) e (6)</sup>	REDE	DENERGE	Holding	99,80	86,43
Rede Power Holding de Energia S/A <sup>(1) e (6)</sup>	Rede Power	REDE	Holding	-	86,43
Denerge Desenvolvimento Energético S/A <sup>(6)</sup>	DENERGE	NOVA DENERGE	Holding	100	100
OMRA Participações S/A	OMRA	REDE	Holding	99,80	86,43
Multi Energisa Serviços S/A	Multi	REDE	Serviços	99,80	86,45
Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	CTICE	REDE	Comercialização de energia	99,80	86,45
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A <sup>(1)</sup>	EMT	REDE	Distribuição de energia	97,31	76,48
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A <sup>(1) e (6)</sup>	EMS	REDE	Distribuição de energia	99,73	86,38
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	EOT	REDE	Distribuição de energia	76,52	66,27
Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S/A <sup>(1)</sup>	ESS	REDE	Distribuição de energia	99,06	85,79
Energisa Soluções Construções e Serviços em linhas e Redes S/A	ESOLC	ESOL	Serviços	100	100
Energisa Para Transmissora de Energia I S/A	EPA I	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Para Transmissora de Energia II S/A	EPA II	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	EGO I	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	ETT	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A II	ETT II	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A	EAM	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A	EAM II	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A	EAP	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A	EPT	ETE	Transmissão de energia	100	100
Gemini Energia S/A	Gemini	ETE	Transmissão de energia	100	100
Nova Gemini Transmissão de Energia S/A <sup>(6)</sup>	Nova Gemini	ETE	Holding	-	100
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	LMTE	Gemini	Transmissão de energia	85,04	85,04
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A	LXTE	Gemini	Transmissão de energia	83,34	83,34
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A	LTTE	Gemini	Transmissão de energia	100	100
Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia	LITE	Gemini	Transmissão de energia	100	100
Plena Op. e Manut. de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Gemini	Transmissão de energia	100	100
Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda.	Laralsol	ALSOL	Geração de energia distribuída	99,9	99,9
URB – Energia Limpa Ltda.	URB	ALSOL	Geração de energia distribuída	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica I Ltda.	Reenergisa I	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A	Reenergisa II	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A	Reenergisa III	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A	Reenergisa IV	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica V S/A	Reenergisa V	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A	Reenergisa VI	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica VII S/A	Reenergisa VII	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica VIII S/A	Reenergisa VIII	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Renesolar Engenharia Elétrica Ltda.	Renesolar	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda.	Flowsolar	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	Carbonsolar	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais Ltda.	AGRIC	EBG	Usina de compostagem	100	100
Companhia de Gás do Espírito Santo	ES GÁS	EDG	Distribuição de gás canalizado	100	100
Ângulo 45 Participações S/A	Ângulo 45 Part	ALSOL	Holding	100	100
Ângulo 45 Empreendimentos S/A	Empreendimen tos	Ângulo 45	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Energisa Distribuição de Gás Nordeste S/A <sup>(6)</sup>	EDGNE	EDG	Holding	-	100
Norgás S/A	Norgás	EDGNE	Holding	51	51
Energisa Parabiá – Distribuidora de Energia S/A <sup>(1) e (2)</sup>	EPB	EPNE	Distribuição de energia	100	100

<sup>(1)</sup> Companhias abertas. <sup>(2)</sup> Em 2024, a controlada teve seu controle transferido para a controlada EPNE, vide nota explicativa nº 16. <sup>(3)</sup> A Rede Power Holding de Energia S/A é controlada pela Rede Energia Participações S/A, e possui 35,92% de participação na EMS. <sup>(4)</sup> Participação % conforme acordo de acionista, vide nota explicativa nº 34. <sup>(5)</sup> Fundo de Investimento e Cotas (FIC – FIDC) - Em fevereiro de 2025, a Companhia e o BTG Pactual adotaram o acordo de cotistas para: (i) alterar a data limite para o exercício das opções de compra e venda, que passarão de 4 (quatro) anos para 7 (sete) anos, contados da assinatura do acordo de cotistas e (ii) alterar a cláusula que dispõe a respeito do preço de exercício da opção, mediante ajuste na taxa spread que passou de 2,35% ao ano para 1,95% ao ano. Em 2025 o montante era de R\$375.637 (R\$322.192 em 2024), vide nota explicativa nº 20. <sup>(6)</sup> Em 2025, a controlada a seguir tiveram suas participações alteradas devido a reorganização societária do Grupo: (i) controlada Denerge teve seu controle transferido para a controlada Nova Denerge (antiga Nova Gemini); (ii) controlada Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM) teve suas ações preferenciais alienadas pelo acionista Itai à Companhia; (iii) a controlada EDG teve as ações de titularidade do acionista EPM transferidas para Companhia via redução de capital na EPM; (iv) aumento de participação na controlada indireta Rede Energia devido ao aumento de capital realizado pela EPM; (v) e a incorporação da Rede Power na Rede Energia S/A e Energia Distribuição de Gás Nordeste S/A na Energia Distribuição de Gás S/A, maiores detalhes na movimentação da nota explicativa nº 16.

**Descrição dos principais procedimentos de consolidação:** (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; (b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

**5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO – CONSOLIDADO**

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revisados frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual demonstrações financeiras individualizadas estão disponíveis. Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos. Resumem-se a seguir as operações por segmento: **a) Informações sobre segmentos**

	2025					Operações inter-segmentos / combinação de negócios	Total	
	Distribuição de energia elétrica	Transmissão de energia elétrica	Geração Hidráulica, solar e distribuída	Comercialização	Distribuição de Gás Canalizado			
Receitas operacional líquida	31.365.577	1.109.144	672.723	1.771.590	595.590	750.370	(1.023.641)	35.441.353
Custos e despesas operacionais	(23.790.563)	(384.464)	(472.581)	(1.874.841)	(777.326)	(687.773)	1.125.495	(26.662.053)
Depreciações e amortizações	(1.511.156)	(1.518)	(105.660)	(1.005)	(69.005)	(89.578)	(343.907)	(2.121.831)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>6.063.858</b>	<b>723.162</b>	<b>94.480</b>	<b>(104.256)</b>	<b>149.259</b>	<b>(26.981)</b>	<b>(242.053)</b>	<b>6.657.469</b>
Receitas Financeiras	1.678.880	63.447	44.948	(31,647)	34.267	1.412.560	(921.716)	2.326.073
Despesas Financeiras	(3.930.028)	(290.450)	(266.665)	(31,049)	(124.761)	(2.030.926)	929.767	(5.244.112)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(2.251.148)</b>	<b>(227.003)</b>	<b>(221.717)</b>	<b>(17.362)</b>	<b>(90.494)</b>	<b>(618.366)</b>	<b>8.051</b>	<b>(3.418.039)</b>
Resultado de participações societárias	-	-	22.138	-	-	7.163.089	(7.089.749)	95.478
Imposto de renda e contribuição societárias	(178.284)	(105.582)	46.773	30.251	(20.884)	(47,776)	80.666	(194.836)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>3.634.426</b>	<b>390.577</b>	<b>(58.326)</b>	<b>(91.367)</b>	<b>37.881</b>	<b>4.679.966</b>	<b>(7.243.085)</b>	<b>3.140.872</b>

	2024					Operações inter-segmentos / combinação de negócios	Total	
	Distribuição de energia elétrica	Transmissão de energia elétrica	Geração Hidráulica, solar e distribuída	Comercialização	Distribuição de Gás Canalizado			
Receitas operacional líquida	29.006.004	1.511.699	414.070	1.155.900	1.627.587	770.873	(770.657)	33.715.476
Custos e despesas operacionais	(21.960.229)	(715.011)	(202.838)	(1.326.993)	(1.440.532)	(772.595)	680.147	(25.738.051)
Depreciações e amortizações	(1.617.159)	(2.464)	(102.839)	(895)	(63.922)	(56.066)	(14.691)	(1.858.036)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>5.428.616</b>	<b>794.224</b>	<b>108.393</b>	<b>(171.988)</b>	<b>123.133</b>	<b>(57.788)</b>	<b>(105.201)</b>	<b>6.119.389</b>
Receitas Financeiras	1.282.004	67.086	28.690	9.304	36.080	1.263.170	(831.150)	1.855.184
Despesas Financeiras	(3.003.737)	(288.609)	(168.892)	(31,789)	(101.074)	(838.813)	841.967	(3.590.947)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(1.721.733)</b>	<b>(221.523)</b>	<b>(140.202)</b>	<b>(22.485)</b>	<b>(64.994)</b>	<b>424.357</b>	<b>10.817</b>	<b>(1.735.763)</b>
Resultado de participações societárias	-	-	14.723	-	-	8.209.353	(8.232.543)	(8.467)
Imposto de renda e contribuição societárias	561.860	(126.921)	21.084	57.633	(20.574)	(302.514)	70.555	261.123
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>4.268.743</b>	<b>445.780</b>	<b>3.998</b>	<b>(136.840)</b>	<b>37.565</b>	<b>8.273.408</b>	<b>(8.256.372)</b>	<b>4.636.282</b>

	2025					2024
	Distribuição de energia elétrica	Transmissão de energia elétrica	Geração Hidráulica, solar e distribuída	Comercialização	Distribuição de Gás Canalizado	
<b>Ativos dos segmentos</b>	<b>60.087.913</b>	<b>10.173.476</b>	<b>3.987.258</b>	<b>490.073</b>	<b>1.954.040</b>	<b>14.093.368</b>
Ativo circulante	14.242.014	1.319.754	566.472			



tendo em vista a natureza, complexidade e volume das negociações. <sup>(4)</sup> **Ajuste a Valor Presente (AVP)** - calculado para os contratos renegotiados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa de mercado. <sup>(5)</sup> **Suprimento de energia:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que se apresenta como segue:

Composição dos créditos e débitos junto a CCEE	Consolidado	
	2025	2024
Créditos a vencer	170.129	126.345
Créditos vinculados a liminares <sup>(1)</sup>	32.027	32.027
<b>Subtotal créditos CCEE <sup>(2)</sup></b>	<b>202.156</b>	<b>158.372</b>
(1) Aquisição de energia na CCEE <sup>(3)</sup>	(420.168)	(116.388)
(2) Encargos de Serviços do Sistema - ESS <sup>(4)</sup>	(6.887)	(34.290)
<b>Total débitos (créditos) CCEE</b>	<b>(224.899)</b>	<b>7.694</b>

<sup>(1)</sup> Créditos vinculados a liminares - os valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a alterações dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Administração acompanha os pleitos realizados e é de seu entendimento que os valores serão integralmente recebidos quando seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE. <sup>(2)</sup> O subtotal de R\$202.156 (R\$158.372 em 2024) não inclui a provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$880 (R\$354 em 2024). <sup>(3)</sup> Vide nota explicativa nº 19. <sup>(4)</sup> A PPELUD foi constituída sobre os saldos a receber de encargos reciosos de agentes do SIN emitidos pela ONS a favor das controladas transmissoras de energia elétrica, ocorrido de forma excepcional durante o exercício, onde as controladas avaliam que sua recuperabilidade é de difícil recomposição e, portanto, efetuaram o reconhecimento da provisão para perdas; <sup>(5)</sup> **Outros:** inclui serviços taxados e outros valores a receber e/ou a pagar de consumidores, tais como: **ICMS Demanda** - processo referente ao ICMS Demanda movido pelo Estado de Mato Grosso contra a controlada EMT decorrentes de autuações sob o argumento de que a controlada cumpriu de forma equivocada as decisões que eximiu alguns clientes de recolher o ICMS sobre a demanda. A controlada EMT firmou em 23 de setembro de 2021 o Termo de Acordojudicial-TAE com o Estado, resultando no pagamento, a vista, em 30 de setembro de 2021, do débito integral com a adesão ao Programa REFS-MT. A controlada ingressou com medidas administrativas e/ou judiciais para a recuperação dos valores pagos, com o regresso contra os consumidores que efetivamente se beneficiaram das decisões judiciais pelo não recolhimento do ICMS. A Administração tem constituído provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa de R\$79.469 (R\$80.543 em 2024) em face de que a realização do ativo se dará por eventos futuros incertos não totalmente sob controle da controlada. **ICMS Geração Distribuída** - inclui parcela do ICMS incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição e da tarifa de energia dos consumidores com geração distribuída (GD) que não estão abarcados pela isenção concedida pelos Estados no valor de R\$97.675 (R\$104.766 em 2024), com provisão para perdas estimadas no valor de R\$87.907 em 2025 (R\$9.768 em 2024) reconhecidos em outros resultados e o valor de R\$6.661 reconhecidos em provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa.

Empresa/Origem	Créditos de ICMS a receber dos clientes	
	2025	2024
EMT - ICMS Demanda	79.469	80.543
EMT - ICMS Geração Distribuída	73.471	73.600
EPB - ICMS Geração Distribuída	16.101	15.537
ESE - ICMS Geração Distribuída	166	210
EMR - ICMS Geração Distribuída	1.313	1.323
EAC - ICMS Geração Distribuída	133	1.264
ERO - ICMS Geração Distribuída	6.491	12.617
<b>TOTAL</b>	<b>177.144</b>	<b>185.094</b>

**8. TRIBUTOS A RECUPERAR**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	665.964	591.385
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	327.537	333.153	1.707.977	1.617.183
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	19.803	14.299	459.789	410.072
Contribuições ao PIS e a COFINS	4.970	14.008	263.897	272.695
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS <sup>(1)</sup>	-	-	967.964	1.458.858
Outros	2.125	251	73.197	70.094
<b>Total</b>	<b>354.435</b>	<b>361.711</b>	<b>4.138.788</b>	<b>4.420.287</b>
<b>Circulante</b>	<b>128.972</b>	<b>84.829</b>	<b>1.856.382</b>	<b>1.747.604</b>
<b>Não circulante</b>	<b>225.463</b>	<b>276.882</b>	<b>2.282.406</b>	<b>2.672.683</b>

<sup>(1)</sup> Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS:

Empresas	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Atções judiciais com trânsito em julgado	-	-	136.239	148.654
EPB	-	-	70.203	64.184
ETO	-	-	11.592	10.751
ESE	-	-	403.100	586.838
EMS	-	-	55.024	157.788
EMR	-	-	138.564	200.722
ESS	-	-	153.242	289.921
<b>Total</b>	<b>967.964</b>	<b>1.458.858</b>	<b>360.907</b>	<b>533.308</b>
<b>Circulante</b>	<b>607.055</b>	<b>925.550</b>	-	-
<b>Não Circulante</b>	-	-	-	-

Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R\$2.976.207 em 2021. Em novembro de 2025 na empresa ESS, foi efetuada uma baixa em relação ao saldo inicial R\$ 54.330 (R\$29.314 de valor principal e R\$ 25.216 de SELIC), em decorrência de julgamento da empresa EYP (incorporada da ESS), processada em 5002300-62.2017.4.03.6100, passando a ser considerado o valor total de R\$ 2.946.894 oriundos de ações judiciais transitadas em julgamento de suas controladas. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, resultando ao longo dos exercícios o valor acumulado de R\$1.552.426 (R\$1.485.101 em 2024), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado. As controladas EPB, ETO, ESE, EMT, EMS, ERO, EAC, ESS e EMR tiveram seus créditos habilitados pela RFB e as compensações foram de R\$3.531.356 (R\$3.002.450 em 2024).

**9. REAJUSTES, REVISÕES TARIFÁRIAS E OUTROS ASSUNTOS REGULATÓRIOS - CONSOLIDADO**

**9.1 Distribuição de Energia Elétrica:** Conforme Contrato de Concessão das controladas de distribuição de energia elétrica, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual (RTA) e a Revisão Tarifária Periódica (RTP), ambos previstos no contrato de concessão. As concessionárias de distribuição de energia elétrica também podem solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) sempre que algum evento propositivo significativo desequilibre econômico-financeiro da concessão. **9.1.1 Reajustes Tarifários Anuais:** O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Empresas	Resolução Homologatória	Efeito médio para o consumidor (%)	Data Início
ESS	Resolução 3.480, de 01/07/2025	19,05%	12/07/2025
EMS	Resolução 3.441, de 08/04/2025	1,33%	08/04/2025
EMT	Resolução 3.440, de 01/04/2025	1,79%	08/04/2025
ESE	Resolução 3.444, de 15/04/2025	7,00%	22/06/2025
EPB	Resolução 3.471, de 18/06/2025	3,61%	22/06/2025
EAC	Resolução 3.556, de 09/12/2025	11,54%	13/12/2025
ERO	Resolução 3.560, de 09/12/2025	15,72%	13/12/2025

**9.1.2 Revisões Tarifárias Periódicas:** As Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EPB e (ii) a cada cinco anos na EMT, EMS, ESE, EMR, ESS, ETO, ERO e EAC. Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Neste momento, a ANEEL também calcula toda a Parcela B, isto é, a parte da Receita para cobrir os custos operacionais e investimentos da distribuidora.

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ETO	Resolução 3.479, de 01/07/2025	12,68%	04/07/2025
EPB	Resolução 3.518, de 26/08/2025	13,59%	28/08/2025

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica das Companhias e o efeito referente a remuneração do ativo financeiro indenizável foi reconhecido em outras receitas operacionais. Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, ao final do processo de revisão tarifária, ocorre a convergência com o valor efetivamente homologado pela ANEEL. **9.1.3 Bandeiras Tarifárias:** A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias. As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE. O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por: • Bandeira Tarifária Verde; • Bandeira Tarifária Amarela; e • Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2. A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R\$/kWh REH nº 3.051/2022	Atual R\$/kWh REH nº 3.306/2024 <sup>(1)</sup>
Verde	-	-
Amarela	2,99	1,89
Vermelha 1	6,50	4,46
Vermelha 2	9,80	7,88

<sup>(1)</sup> A ANEEL aprovou, em 5 de março de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.306, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de abril de 2024.

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2025	2024
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Amarela	Verde
Junho	Vermelha Patamar 1	Verde
Julho	Vermelha Patamar 1	Verde
Agosto	Vermelha Patamar 2	Verde
Setembro	Vermelha Patamar 2	Vermelha Patamar 1
Outubro	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2
Novembro	Vermelha Patamar 1	Amarela
Dezembro	Amarela	Verde

**9.1.4 Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:** O Brasil vivenciou nos últimos anos uma situação de sobrecontratação de energia geracionalizada, iniciada em 2016, que afetou grande parte das distribuidoras do país. Esse cenário foi influenciado tanto pelas incertezas no crescimento da demanda, decorrentes de fatores econômicos, quanto pelo aumento das migrações de consumidores cativos para o mercado livre e pela expansão da geração distribuída. Adiciona-se a esses fatores um modelo centralizado de contratação de energia, em que a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo e com pouca flexibilidade. Nesse contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação segue em discussão entre a ANEEL e as Distribuidoras. Os montantes involuntários, necessários para a apuração, foram divulgados pela ANEEL até 2018, por meio do Despacho nº 4.395, de 10 de novembro de 2023. Dessa forma, os resultados conhecidos já foram homologados nos recentes eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2024) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente. Foram contabilizados no exercício findo em 2025 um montante negativo de R\$6.261 (R\$11.292 em 2024) relativos majoritariamente ao resultado do ano, além de R\$52 (R\$1.371 em 2024) de atualização financeira negativa.

Empresas	2024	Principal	Atualização Monetária	2025
EMT	(53.637)	-	(7.783)	(61.420)
EMS	55.127	-	6.264	61.391
ESS	(3.431)	-	(4.960)	(3.921)
EPB	18.991	-	2.712	21.703
ERO	42.551	(6.261)	5.801	42.091
EAC	(41.340)	-	(5.982)	(47.322)
EMR	(4.016)	-	(573)	(4.589)
<b>Saldos - ativos e passivos não circulantes</b>	<b>14.245</b>	<b>(6.261)</b>	<b>(51)</b>	<b>7.933</b>

**9.1.5 Prorrogação das concessões:** Em junho de 2024, foi publicado pela Presidência da República, o Decreto 12.068/2024, possibilitando a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica cujo término dos contratos se dará entre os anos de 2025 e 2031. Tal decreto define as principais diretrizes para os novos contratos de concessão, objetivando a modernização das redes de distribuição e o melhor atendimento à sociedade. Em outubro de 2024, a ANEEL abriu consulta pública visando obter subsídios para o aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica. Em 27 de fevereiro de 2025, foi publicada a decisão da ANEEL aprovando a minuta do termo aditivo. As controladas EMT, EMS, EPB e ESE protocolaram em 28 de março de 2025 os pedidos de antecipação da prorrogação das suas respectivas concessões pelo prazo de 30 anos, em conformidade com o disposto no Decreto nº 12.068/2024. Estes pedidos estão sendo analisados pela ANEEL e se encontram na seguinte situação:

Empresas	Vencimento atual	Novo vencimento	Data aprovação da Anel
EMT	11/12/2027	-	Em análise
EMS	04/12/2027	04/12/2057	17/06/2025
ESE	23/12/2027	23/12/2057	11/11/2025
EPB	21/03/2021	21/03/2061	10/06/2025

A partir da aprovação pela ANEEL, os primeiros processos têm sido encaminhados para análise prévia do TCU - Tribunal de Contas da União, para posterior aprovação do contrato de concessão pelo MME. **9.2 Transmissão de Energia Elétrica:** **9.2.1 Reajustes Tarifários Anuais:** A Resolução Homologatória nº3.481, de 17 de julho de 2025, estabeleceu as RAP's das controladas de transmissão de energia, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026. A RAP das controladas foram reajustadas pelo IPCA em +5,32%. A seguir, RAP das controladas reajustadas sem considerar a parcela de ajuste (PA):

Empresas	concessão	Rede Básica			Rede Fronteiras			Demais instalações			Total	Total
		RBL	RBN1	RME1	RBL	RBN1	RPEC/RCDM	Ciclo 2025-2026	Ciclo 2024-2025	Ciclo 2025-2026		
LMT	009/2008	152.969	91	7.711	2.427	824	164.025	155.320	155.320	155.320	155.320	
EAM	009/2021	24.389	228	-	12.578	4.508	3.836	45.539	30.606	30.606	30.606	
EGO1	024/2017	54.917	-	-	-	-	-	54.917	52.143	52.143	52.143	
EPA I	043/2017	53.638	-	-	10.236	-	4.834	68.708	65.238	65.238	65.238	
EPA II	030/2018	39.015	7.000	-	9.101	-	937	56.053	53.222	53.222	53.222	
ETT II	022/2016	3.262	-	-	8.977	-	1.627	13.866	13.166	13.166	13.166	
ETI I	014/2021	1.092	-	-	3.295	-	1.058	5.445	4.805	4.805	4.805	
ETI II	004/2019	83.709	-	-	4.577	-	1.710	89.996	85.540	85.540	85.540	
LXTE	008/2008	169.853	9.661	-	-	-	-	179.514	170.447	170.447	170.447	
LTTE	020/2011	47.958	8.035	-	6.782	16.317	6.461	85.553	81.231	81.231	81.231	

**9.3 Distribuição de Gás Canalizado:** **9.3.1 Reajustes Tarifários:** O valor da tarifa compreende: (i) o preço da molécula (impactado pelas condições dos contratos de suprimentos, incluindo a cobrança do petróleo (Brent, Henry Hub) ou pelo câmbio); (ii) o transporte, que se refere ao custo para trazer o gás até as redes de distribuição; (iii) a conta gráfica, decorrente do descausamento temporário entre o custo médio do gás repassado pela concessionária aos consumidores cativos através das tarifas homologadas pela ARSP e o custo do gás efetivamente incorrido pela concessionária ao longo do período de vigência das tarifas; (iv) os tributos (PIS/COFINS e ICMS); (v) a margem de distribuição. O Reajuste Tarifário é realizado: (a) trimestralmente com o objetivo de repassar os custos de gás e de transporte e para repassar o saldo acumulado da conta gráfica e (b) anualmente, em agosto na mesma data do reajuste do custo do gás, cumulativamente, ocorre o reajuste da margem de distribuição pelo índice de inflação determinado no contrato de concessão.

Ato Regulatório	Efeitos	Vigência	
		Início	Término
Decisão ARSP 003, de 18/10/2023	Reajuste tarifário segmento não termoeletrício	01/11/2023	31/01/2024
Decisão ARSP 001, de 18/01/2024	Reajuste tarifário segmento não termoeletrício	01/02/2024	30/04/2024
Decisão ARSP 002, de 19/04/2024	Reajuste tarifário segmento não termoeletrício e termoeletrício	01/05/2024	31/07/2024
Resolução ARSP 075, de 17/07/2024	Reajuste tarifário segmento não termoeletrício e margem de distribuição	01/08/2024	31/10/2024
Decisão ARSP 003, de 21/10/2024	Reajuste tarifário segmento não termoeletrício	01/11/2024	31/01/2025
Decisão ARSP/DG 002, de 21/01/2025	Reajuste tarifário segmento não termoeletrício	01/02/2025	30/04/2025
Decisão ARSP/DG 004, de 16/04/2025	Reajuste tarifário segmento termoeletrício	01/05/2025	31/12/2025
Decisão ARSP/DG 004, de 16/04/2025	Reajuste tarifário segmento não termoeletrício	01/05/2025	31/07/2025
Resolução ARSP 091, de 31/07/2025	Reajuste tarifário segmento não termoeletrício e margem de distribuição	01/08/2025	31/10/2025

**9.3.2 Revisões Tarifárias:** A cada 5 (cinco) anos o processo de Revisão Tarifária Ordinária ("RTO") tem como objetivo revisar a margem média de distribuição, considerando a estrutura projetada de custos e de mercado da concessionária, os estímulos à eficiência e à modicidade das tarifas, o plano de investimentos, além das metas de qualidade para o ciclo tarifário em processamento. A nova tabela tarifária foi aprovada mediante Resolução ARSP 091, de 31 de julho de 2025, que estabeleceu, inclusive, a margem média de distribuição aplicável ao segundo ciclo da concessão no valor de R\$ 0,7022/m<sup>3</sup> sem tributos.

**10. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA) - CONSOLIDADO**

	2025			2024		
	Valores em amortização	Valores em constituição	Total	Valores em amortização	Valores em constituição	Total
<b>Ativos financeiros setoriais</b>						
Não circulante	9.125	814.620	823.745	60.816	148.860	209.676
	-	892.356	892.356	-	224.604	224.604
<b>Total</b>	<b>9.125</b>	<b>1.706.976</b>	<b>1.716.101</b>	<b>60.816</b>	<b>373.464</b>	<b>434.280</b>
<b>Passivos financeiros setoriais</b>						
Circulante	575.878	177.357	753.235	881.844	108.081	989.925
Não						



&gt;&gt;&gt;

Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	A receber			
				Recebido	Atualização	2025	2024
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	4.655	1.179	1.439	1.891
Sistema de Transmissão Guariba	em serviço	110.006	57.795	24.810	21.293	54.278	58.704
<b>Total</b>		<b>116.703</b>	<b>62.710</b>	<b>29.465</b>	<b>22.472</b>	<b>55.717</b>	<b>60.595</b>
Circulante						7.770	7.824
Não Circulante						47.947	52.771

**Reembolso CCC (aquisição de energia para o sistema isolado):** os direitos de ressarcimento correspondentes aos custos de aquisição com energia nos Sistemas Isolados e Contratos Bilaterais, cujos valores são custeados pelo Fundo CDE-CCC, gerido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que após aprovados são repassados às controladoras e direcionados para liquidação dos valores correspondentes aos fornecedores envolvidos no processo. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Saldos em 2023 - circulante	EMT	ERO	EAC	Total
Provisão <sup>(1)</sup>	2.485	2.999	43.108	48.592
Recebimento	16.120	32.875	410.292	459.287
Recebimento	(15.095)	(32.838)	(404.782)	(452.715)
<b>Saldos em 2024 - circulante</b>	<b>3.510</b>	<b>3.036</b>	<b>48.618</b>	<b>55.164</b>
Provisão <sup>(1)</sup>	21.379	34.075	96.390	151.844
Recebimento	(20.850)	(34.357)	(137.095)	(192.302)
<b>Saldos em 2025 - circulante</b>	<b>4.039</b>	<b>2.754</b>	<b>7.913</b>	<b>14.706</b>

<sup>(1)</sup> Inclui valores de atualização financeira devido a reprocessamento de saldos.

**Reembolso custo de O&M:** refere-se ao reembolso dos custos de O&M dos SIGFI (Sistema Individual de Geração de Energia Elétrica com Fonte Intermitente) e MIGDI (Microsistema Isolado de Geração e Distribuição de Energia Elétrica), conforme regras estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 1.016/2022. São sistemas destinados a fornecer energia elétrica para áreas isoladas ou de difícil acesso e, em muitos casos, utilizam fontes renováveis e intermitentes. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Saldos em 2023 - circulante	EMT	ETO	ERO	EAC	Total
Provisão	633	-	1.970	2.561	4.564
Recebimento	11.015	-	19.019	36.854	66.888
Recebimento	(8.732)	-	(16.350)	(30.233)	(55.315)
<b>Saldos em 2024 - circulante</b>	<b>2.916</b>	<b>-</b>	<b>4.039</b>	<b>9.182</b>	<b>16.137</b>
Provisão	26.733	30.783	28.554	86.206	172.276
Recebimento	(25.350)	(28.188)	(27.950)	(80.323)	(161.811)
<b>Saldos em 2025 - circulante</b>	<b>4.299</b>	<b>2.595</b>	<b>4.643</b>	<b>15.065</b>	<b>26.602</b>

**Créditos CCC – ICMS óleo diesel a receber:** refere-se a créditos a receber de CDE-CCC reconhecidos pela controladora EAC de ICMS não recuperados incidentes sobre as aquisições de óleo diesel consumidos durante o processo de geração de energia elétrica nos sistemas isolados no interior do Estado do Acre, referente ao período de 2014 a outubro de 2016. Em 9 de dezembro de 2025, a Anel negou o pedido da Energisa Acre, levando a Administração a proceder à baixa dos créditos a receber, em razão da reduzida expectativa de realização. **Subvenção - Baixa Renda:** referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, que conforme Lei 15.235/2025 são famílias inscritas no CadÚnico com renda mensal per capita até ½ salário-mínimo e famílias indígenas e quilombolas que possuem desconto único de 100% no consumo menor igual a 80 kWh. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se às provisões de novembro e dezembro de 2025, com estimativas de recebimento para o próximo exercício, após revisão da ANEEL. Conforme dados históricos, a Administração não espera apurar perdas em sua realização. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Saldos em 2023 - circulante	EMR	ESE	EPB	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Subvenção	6.932	18.869	28.517	15.884	10.441	16.100	5.907	6.579	5.067	114.296
Ressarcimentos	39.910	77.330	175.279	90.203	62.360	96.559	32.693	43.082	35.619	653.035
Ressarcimentos	(40.318)	(83.409)	(174.269)	(91.118)	(62.237)	(96.829)	(33.555)	(42.427)	(34.692)	(658.854)
<b>Saldos em 2024 - circulante</b>	<b>6.524</b>	<b>12.790</b>	<b>29.527</b>	<b>14.969</b>	<b>15.830</b>	<b>5.045</b>	<b>7.234</b>	<b>5.994</b>	<b>108.477</b>	<b>108.477</b>
Subvenção	48.162	108.284	236.848	106.415	86.501	110.341	39.931	55.453	45.658	837.593
Ressarcimentos	(44.498)	(98.422)	(212.508)	(99.295)	(78.502)	(104.055)	(36.451)	(51.398)	(41.910)	(767.639)
<b>Saldos em 2025 - circulante</b>	<b>10.188</b>	<b>22.652</b>	<b>53.867</b>	<b>22.089</b>	<b>18.563</b>	<b>22.116</b>	<b>8.252</b>	<b>11.289</b>	<b>9.742</b>	<b>179.331</b>

**Subvenção CDE – Descontos tarifários:** referem-se às subvenções da CDE para custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como: Carga Fonte Incentivada; Geração Fonte Incentivada; Água, Esgoto e Saneamento; Rural; Irrigante/Aquicultor; e Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida à demonstração do resultado do exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Saldos em 2023 - circulante	EMR	ESE	EPB	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Subvenção	4.000	17.119	17.071	43.129	9.958	29.080	12.135	13.766	3.011	149.269
Subvenção	87.382	74.318	126.733	611.221	138.337	371.794	159.262	113.812	24.827	1.707.686
Ressarcimentos	(72.104)	(70.440)	(112.909)	(448.152)	(108.079)	(233.518)	(125.503)	(59.346)	(11.040)	(1.241.091)
<b>Saldos em 2024 - circulante</b>	<b>19.278</b>	<b>20.997</b>	<b>30.895</b>	<b>206.198</b>	<b>40.216</b>	<b>167.356</b>	<b>45.894</b>	<b>68.232</b>	<b>16.798</b>	<b>615.864</b>
Subvenção	117.716	102.916	175.796	870.262	210.790	546.283	209.885	186.861	45.880	2.466.389
Ressarcimentos	(98.805)	(94.760)	(145.971)	(741.436)	(169.882)	(513.802)	(190.141)	(161.777)	(37.837)	(2.154.412)
<b>Saldos em 2025 - circulante</b>	<b>38.189</b>	<b>29.153</b>	<b>60.720</b>	<b>335.024</b>	<b>81.123</b>	<b>199.837</b>	<b>65.638</b>	<b>93.316</b>	<b>24.841</b>	<b>927.841</b>

**Bônus – Reembolso do Fundo CDE:** saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. **Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA:** são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Empresas	Órgão	Constitutivo	Vigência	Saldo		Resgate		Depósito	Saldo em 2025
				em 2024	Atualização	Juros	SUDAM/SUDENE		
EMT	SUDAM	01/76/2023	01/01/2023 a 31/12/2032	75.222	10.767	-	-	(8.052)	85.989
ETO <sup>(1)</sup>	SUDAM	01/50/2023	01/01/2023 a 31/12/2032	19.498	2.465	-	-	-	13.911
EAC <sup>(2)</sup>	SUDAM	01/80/2021	01/01/2021 a 31/12/2030	2.945	75	-	-	(3.020)	-
EPB <sup>(3)</sup>	SUDENE	0020/2020	01/01/2020 a 31/12/2029	28.782	4.606	-	-	(38.417)	5.029
ESE <sup>(4)</sup>	SUDENE	0043/2023	22/06/2023 a 31/12/2028	3.900	326	-	-	(4.226)	-
<b>TOTAL</b>				<b>130.347</b>	<b>18.239</b>	<b>(53.715)</b>	<b>5.029</b>	<b>99.900</b>	

<sup>(1)</sup> Bônus – Reembolso do Fundo CDE: saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(2)</sup> Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA: são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

<sup>(3)</sup> Bônus – Reembolso do Fundo CDE: saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(4)</sup> Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA: são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

<sup>(5)</sup> Bônus – Reembolso do Fundo CDE: saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(6)</sup> Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA: são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

<sup>(7)</sup> Bônus – Reembolso do Fundo CDE: saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(8)</sup> Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA: são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

<sup>(9)</sup> Bônus – Reembolso do Fundo CDE: saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(10)</sup> Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA: são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

<sup>(11)</sup> Bônus – Reembolso do Fundo CDE: saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(12)</sup> Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA: são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

<sup>(13)</sup> Bônus – Reembolso do Fundo CDE: saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(14)</sup> Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA: são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

<sup>(15)</sup> Bônus – Reembolso do Fundo CDE: saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(16)</sup> Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA: são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

<sup>(17)</sup> Bônus – Reembolso do Fundo CDE: saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(18)</sup> Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA: são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

<sup>(19)</sup> Bônus – Reembolso do Fundo CDE: saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(20)</sup> Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA: são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

<sup>(21)</sup> Bônus – Reembolso do Fundo CDE: saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(22)</sup> Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA: são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

<sup>(23)</sup> Bônus – Reembolso do Fundo CDE: saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(24)</sup> Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA: são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

<sup>(25)</sup> Bônus – Reembolso do Fundo CDE: saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(26)</sup> Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA: são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

<sup>(27)</sup> Bônus – Reembolso do Fundo CDE: saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(28)</sup> Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA: são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

<sup>(29)</sup> Bônus – Reembolso do Fundo CDE: saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(30)</sup> Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA: são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

<sup>(31)</sup> Bônus – Reembolso do Fundo CDE: saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(32)</sup> Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA: são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

<sup>(33)</sup> Bônus – Reembolso do Fundo CDE: saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(34)</sup> Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA: são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

<sup>(35)</sup> Bônus – Reembolso do Fundo CDE: saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(36)</sup> Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA: são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

<sup>(37)</sup> Bônus – Reembolso do Fundo CDE: saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(38)</sup> Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA: são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

<sup>(39)</sup> Bônus – Reembolso do Fundo CDE: saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(40)</sup> Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA: são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

<sup>(41)</sup> Bônus – Reembolso do Fundo CDE: saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(42)</sup> Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA: são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

<sup>(43)</sup> Bônus – Reembolso do Fundo CDE: saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(44)</sup> Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA: são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

<sup>(45)</sup> Bônus – Reembolso do Fundo CDE: saldo a receber pelas controladoras distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(46)</sup> Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA: são valores, efetivados pela CEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

## ENERGISA S.A.

CNPJ nº 00.864.214/0001-06

Controleadoras diretas e indiretas	Serviços administrativos		Atualização mútuos/Comissão aval e rendimento de títulos		Saldo a receber (Clientes, consumidores, concessionárias e outros)		Saldo a receber Comissão de Aval e debentures <sup>(1) a (4)</sup>	
	prestados <sup>(1)</sup>	Compartilhamento <sup>(2)</sup>	(Re					



EPB pelo método linear. <sup>(2)</sup> Intangível – mais-valia – referem-se tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre a mais-valia atribuída ao valor da concessão calculado na combinação de negócios, líquido de R\$108.848 (R\$88.100 em 2024) de realização decorrente da amortização no exercício. <sup>(3)</sup> Refere-se ao Imposto de renda e contribuição social, incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão – VNR reconhecidos pelas controladas EMR e ESS que por terem assinados os novos aditivos dos contratos de concessão que prorrogaram o prazo da concessão até 2045, ERO e EAC que também assinaram os novos aditivos de contratos de concessão tiveram as suas concessões prorrogadas até 2048 e ETO para 2049, respectivamente e transferiram o saldo do ativo financeiro indenizável da concessão apurado até assinatura dos aditivos para o ativo intangível a serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens de acordo com novo prazo de concessão e que resultará nas realizações dos créditos diferidos com base na amortização. <sup>(4)</sup> Ajuste a valor presente - refere-se basicamente ao valor, registrado pelas controladas DENERGE, REDE e EAC, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial.

A realização projetada dos ativos fiscais diferidos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Exercícios		
2026		133.493
2027		164.351
2028		183.982
2029		202.650
2030		203.583
2031 a 2033		676.252
Após 2033		1.270.780
<b>Total</b>	<b>2.835.091</b>	

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.203.921	3.981.593	2.203.921	3.981.593
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	(749.333)	(1.353.742)	(749.333)	(1.353.742)
Ajustes:				
Resultado de equivalência patrimonial	973.666	1.225.932	973.666	1.225.932
Créditos tributários não constituídos no exercício	(213.361)	(63.787)	(213.361)	(63.787)
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(195)	(5.313)	(195)	(5.313)
Outros ajustes	(259)	-4.995	(259)	-4.995
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>10.518</b>	<b>(191.915)</b>	<b>10.518</b>	<b>(191.915)</b>
Alíquota efetiva	0,48%	4,82%	0,48%	4,82%
<b>Consolidado</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	3.334.908	4.375.159	3.334.908	4.375.159
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	(1.133.869)	(1.487.554)	(1.133.869)	(1.487.554)
Ajustes:				
Resultado de equivalência patrimonial	32.463	(2.879)	32.463	(2.879)
Incentivo fiscal – Redução 75% IRPJ e adicionais e depósito para reinvestimento (SUDENE) <sup>(1)</sup>	168.547	150.022	168.547	150.022
Incentivo fiscal – Redução 75% IRPJ e adicionais e depósito para reinvestimento (SUDAM) <sup>(1)</sup>	313.546	229.356	313.546	229.356
Créditos tributários não constituídos no exercício	(312.715)	(160.922)	(312.715)	(160.922)
Créditos tributários líquidos constituídos no exercício	442.765	1.034.077	442.765	1.034.077
Incentivo fiscal – Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica <sup>(2)</sup>	27.800	29.969	27.800	29.969
Incentivo fiscal – Outros <sup>(3)</sup>	80.021	33.254	80.021	33.254
Juros Selic sobre recuperação de indébitos tributários <sup>(4)</sup>	25.834	36.229	25.834	36.229
Efeito do lucro presumido de controladas	57.701	76.354	57.701	76.354
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(19.940)	(14.591)	(19.940)	(14.591)
Reconhecimento de indébitos tributários e outros <sup>(5)</sup>	188.216	351.601	188.216	351.601
Outros ajustes	(65.205)	(13.793)	(65.205)	(13.793)
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>	<b>(194.836)</b>	<b>261.123</b>	<b>(194.836)</b>	<b>261.123</b>

<sup>(1)</sup> As controladas do Grupo, localizadas nas regiões abrangidas pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, utilizam dos seguintes incentivos fiscais:

a) redução fixa de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, base legal: art. 13 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963; art. 23 do Decreto-Lei nº 756, de 11 de agosto de 1969; Decreto-lei nº 1.564, de 29 de junho de 1977; art. 3º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; art. 1º da Lei nº 13.799, de 3 de janeiro de 2019; Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002; e Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008; b) depósitos para reinvestimento, base legal: art. 3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; art. 1º da Lei nº 13.799, de 3 de janeiro de 2019; Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002; inciso I do art. 2º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; inciso II do art. 1º e art. 19 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991; art. 23 da Lei nº 5.508, de 11 de outubro de 1968; e art. 29 do Decreto-Lei nº 756, de 11 de agosto de 1969.

A seguir, demonstra-se a vigência dos laudos construídos, bem como os incentivos reconhecidos pelas controladas:

Empresas	Órgão Constituinte	Nº do Laudo	Vigência	Redução 75% p/ Reinvestimento (30%)	Depósitos	
					2025	2024
EPB	SUDENE	0020/2020	01/01/2020 a 31/12/2029	102.912	100.458	104.301
ESE	SUDENE	0438/2018	01/01/2018 a 31/12/2027	68.089	68.089	45.721
EMT	SUDAM	0176/2023	01/01/2023 a 31/12/2032	113.376	-	113.376
ETO	SUDAM	0150/2023	01/01/2023 a 31/12/2032	109.737	(3.796)	105.941
LMTE	SUDAM	0069/2018	01/01/2018 a 31/12/2027	4.548	-	4.548
LXTE	SUDAM	0204/2018	01/01/2018 a 31/12/2027	5.744	-	5.744
EAC	SUDAM	0018/2021	01/01/2021 a 31/12/2030	10.074	-	10.074
ERO	SUDAM	0065/2021	01/01/2021 a 31/12/2030	73.863	-	73.863
<b>Total</b>				<b>488.343</b>	<b>(6.250)</b>	<b>482.093</b>

<sup>(2)</sup> Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005. <sup>(3)</sup> Refere-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.131/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006. <sup>(4)</sup> Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre indébitos tributários: a Companhia, até o ano-calendário de 2023, optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indébitos tributários – caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. Porém, a partir do ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil – RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal. Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre indébitos tributários caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. **Pat em dobro/Custo de Debêntures/Benefício pós-emprego (unificado):** Inclui créditos tributários de exercícios anteriores utilizados pela Companhia no período, bem como os efeitos do incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com dedução em dobro prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, bem como à adequação do tratamento fiscal dos custos de emissão de debêntures, nos termos do art. 38-B do Decreto-Lei nº 1.598/1977.

<sup>(5)</sup> Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005. <sup>(6)</sup> Refere-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.131/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006. <sup>(7)</sup> Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre indébitos tributários: a Companhia, até o ano-calendário de 2023, optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indébitos tributários – caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. Porém, a partir do ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil – RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal. Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre indébitos tributários caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. **Pat em dobro/Custo de Debêntures/Benefício pós-emprego (unificado):** Inclui créditos tributários de exercícios anteriores utilizados pela Companhia no período, bem como os efeitos do incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com dedução em dobro prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, bem como à adequação do tratamento fiscal dos custos de emissão de debêntures, nos termos do art. 38-B do Decreto-Lei nº 1.598/1977.

<sup>(8)</sup> Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005. <sup>(9)</sup> Refere-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.131/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006. <sup>(10)</sup> Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre indébitos tributários: a Companhia, até o ano-calendário de 2023, optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indébitos tributários – caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. Porém, a partir do ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil – RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal. Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre indébitos tributários caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. **Pat em dobro/Custo de Debêntures/Benefício pós-emprego (unificado):** Inclui créditos tributários de exercícios anteriores utilizados pela Companhia no período, bem como os efeitos do incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com dedução em dobro prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, bem como à adequação do tratamento fiscal dos custos de emissão de debêntures, nos termos do art. 38-B do Decreto-Lei nº 1.598/1977.

<sup>(11)</sup> Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005. <sup>(12)</sup> Refere-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.131/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006. <sup>(13)</sup> Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre indébitos tributários: a Companhia, até o ano-calendário de 2023, optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indébitos tributários – caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. Porém, a partir do ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil – RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal. Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre indébitos tributários caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. **Pat em dobro/Custo de Debêntures/Benefício pós-emprego (unificado):** Inclui créditos tributários de exercícios anteriores utilizados pela Companhia no período, bem como os efeitos do incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com dedução em dobro prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, bem como à adequação do tratamento fiscal dos custos de emissão de debêntures, nos termos do art. 38-B do Decreto-Lei nº 1.598/1977.

<sup>(14)</sup> Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005. <sup>(15)</sup> Refere-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.131/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006. <sup>(16)</sup> Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre indébitos tributários: a Companhia, até o ano-calendário de 2023, optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indébitos tributários – caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. Porém, a partir do ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil – RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal. Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre indébitos tributários caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. **Pat em dobro/Custo de Debêntures/Benefício pós-emprego (unificado):** Inclui créditos tributários de exercícios anteriores utilizados pela Companhia no período, bem como os efeitos do incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com dedução em dobro prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, bem como à adequação do tratamento fiscal dos custos de emissão de debêntures, nos termos do art. 38-B do Decreto-Lei nº 1.598/1977.

<sup>(17)</sup> Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005. <sup>(18)</sup> Refere-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.131/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006. <sup>(19)</sup> Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre indébitos tributários: a Companhia, até o ano-calendário de 2023, optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indébitos tributários – caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. Porém, a partir do ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil – RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal. Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre indébitos tributários caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. **Pat em dobro/Custo de Debêntures/Benefício pós-emprego (unificado):** Inclui créditos tributários de exercícios anteriores utilizados pela Companhia no período, bem como os efeitos do incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com dedução em dobro prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, bem como à adequação do tratamento fiscal dos custos de emissão de debêntures, nos termos do art. 38-B do Decreto-Lei nº 1.598/1977.

<sup>(20)</sup> Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005. <sup>(21)</sup> Refere-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.131/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006. <sup>(22)</sup> Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre indébitos tributários: a Companhia, até o ano-calendário de 2023, optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indébitos tributários – caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. Porém, a partir do ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil – RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal. Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre indébitos tributários caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. **Pat em dobro/Custo de Debêntures/Benefício pós-emprego (unificado):** Inclui créditos tributários de exercícios anteriores utilizados pela Companhia no período, bem como os efeitos do incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com dedução em dobro prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, bem como à adequação do tratamento fiscal dos custos de emissão de debêntures, nos termos do art. 38-B do Decreto-Lei nº 1.598/1977.

<sup>(23)</sup> Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005. <sup>(24)</sup> Refere-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.131/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006. <sup>(25)</sup> Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre indébitos tributários: a Companhia, até o ano-calendário de 2023, optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indébitos tributários – caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. Porém, a partir do ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil – RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal. Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre indébitos tributários caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. **Pat em dobro/Custo de Debêntures/Benefício pós-emprego (unificado):** Inclui créditos tributários de exercícios anteriores utilizados pela Companhia no período, bem como os efeitos do incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com dedução em dobro prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, bem como à adequação do tratamento fiscal dos custos de emissão de debêntures, nos termos do art. 38-B do Decreto-Lei nº 1.598/1977.

<sup>(26)</sup> Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005. <sup>(27)</sup> Refere-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.131/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006. <sup>(28)</sup> Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre indébitos tributários: a Companhia, até o ano-calendário de 2023, optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indébitos tributários – caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. Porém, a partir do ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil – RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal. Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre indébitos tributários caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. **Pat em dobro/Custo de Debêntures/Benefício pós-emprego (unificado):** Inclui créditos tributários de exercícios anteriores utilizados pela Companhia no período, bem como os efeitos do incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com dedução em dobro prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, bem como à adequação do tratamento fiscal dos custos de emissão de debêntures, nos termos do art. 38-B do Decreto-Lei nº 1.598/1977.

<sup>(29)</sup> Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005. <sup>(30)</sup> Refere-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.131/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006. <sup>(31)</sup> Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre indébitos tributários: a Companhia, até o ano-calendário de 2023, optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indébitos tributários – caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. Porém, a partir do ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil – RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal. Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre indébitos tributários caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. **Pat em dobro/Custo de Debêntures/Benefício pós-emprego (unificado):** Inclui créditos tributários de exercícios anteriores utilizados pela Companhia no período, bem como os efeitos do incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com dedução em dobro prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, bem como à adequação do tratamento fiscal dos custos de emissão de debêntures, nos termos do art. 38-B do Decreto-Lei nº 1.598/1977.

<sup>(32)</sup> Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005. <sup>(33)</sup> Refere-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.131/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006. <sup>(34)</sup> Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre indébitos tributários: a Companhia, até o ano-calendário de 2023, optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indébitos tributários – caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. Porém, a partir do ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil – RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal. Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre indébitos tributários caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. **Pat em dobro/Custo de Debêntures/Benefício pós-emprego (unificado):** Inclui créditos tributários de exercícios anteriores utilizados pela Companhia no período, bem como os efeitos do incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com dedução em dobro prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, bem como à adequação do tratamento fiscal dos custos de emissão de debêntures, nos termos do art. 38-B do Decreto-Lei nº 1.598/1977.

<sup>(35)</sup> Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005. <sup>(36)</sup> Refere-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.131/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006. <sup>(37)</sup> Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre indébitos tributários: a Companhia, até o ano-calendário de 2023, optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indébitos tributários – caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. Porém

&gt;&gt;&gt;



ENERGISA S.A.

CNPJ nº 00.864.214/0001-06

Em 02 de setembro 2024 a aquisição foi concluída, com a assunção do controle dos ativos pela controlada Alsol. **Período de mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):** A Administração da controlada efetuou a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos para alocação do preço de aquisição, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", na data da aquisição. A seguir, são apresentados os valores justos dos ativos e passivos preliminares identificáveis adquiridos na data da combinação de negócios:

Valor justo dos ativos adquiridos	63.655	-	-
% de participação	100%	-	-
Valor da participação	63.655	-	-
Valor de aquisição	<b>63.655</b>	-	-
Resultado auferido na combinação de negócios	-	-	-
Data da aquisição	02/09/2024	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	482	-	-
Tributos a recuperar	80	-	-
Outros ativos circulantes	11	-	-
Investimentos	20.577	-	-
Intangível	42.530	-	-
Outros passivos	25	-	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa pago na combinação de negócio</b>	<b>63.655</b>	-	-

**Aquisição da participação na Clarke**

Em 22 de março de 2024 a Companhia adquiriu a participação de 70,04% das ações da Clarke Desenvolvimento de Software S/A, por meio de um investimento total de R\$27.820. A Clarke, startup e primeiro marketplace de Mercado Livre de Energia do Brasil, é uma plataforma independente que conecta clientes aptos a acessarem o mercado livre a mais de 50 comercializadoras e geradoras de forma digital. Com a transação a startup pretende ampliar sua atuação no mercado de comercialização de energia, além da oferta mais completa para a experiência do cliente com a diversificação de produtos. **Período de mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):** A Administração da controlada efetuou a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos para alocação do preço de aquisição, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", na data da aquisição. A seguir, são apresentados os valores justos dos ativos e passivos preliminares identificáveis adquiridos na data da combinação de negócios:

Valor justo dos ativos adquiridos	13.809	-	-
% de participação	70%	-	-
Valor da participação	9.730	-	-
Valor de aquisição	27.820	-	-
Resultado auferido na combinação de negócios	18.090	-	-
Data da aquisição	22/03/2024	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	5.437	-	-
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	604	-	-
Clientes	190	-	-
Devedores diversos	1.004	-	-
Tributos a recuperar	8	-	-
Outros ativos circulantes	21	-	-
Imobilizado	20	-	-
Intangível	2.553	-	-
Outros ativos não circulantes	510	-	-
Fornecedores	322	-	-
Obrigações Trabalhistas	24	-	-
Impostos e contribuições sociais	28	-	-
Outros passivos	243	-	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa pago na combinação de negócio</b>	<b>27.820</b>	-	-

**Movimentação dos investimentos realizadas no exercício de 2025:**

	Aquisição (Alienação de ações)		ILP/ Transações entre sócios <sup>(1)</sup>	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência Patrimonial (**)	Saldo em 2025
	Saldo em 2024	Aumento de capital ou AFAC de					
<b>Distribuição de Energia Elétrica</b>	<b>7.291.879</b>	<b>1.451</b>	<b>5.170</b>	<b>5.957</b>	<b>(278.601)</b>	<b>1.094.659</b>	<b>8.120.515</b>
EMR	373.716	-	580	2.753	(19.730)	83.075	440.394
ESE	783.701	-	433	1.512	(250.083)	378.058	913.621
EAC	2.541.824	415	827	134	(6.577)	(3.051)	2.533.572
ERO	3.584.549	1.036	3.327	1.551	-	635.054	4.225.517
EMT	8.089	-	3	7	(2.211)	1.523	7.411
<b>Geração de Energia Elétrica</b>	<b>959.956</b>	<b>663</b>	<b>6.129</b>	<b>1</b>	-	<b>(74.507)</b>	<b>892.242</b>
SOBR	5.749	560	-	1	-	(153)	6.157
EGUM	6.241	-	-	-	-	1.485	7.726
EGCS-CO	531	99	-	-	-	(4)	626
EGCE-BE	1	1	-	-	-	(1)	1
EGCE-MA	1	1	-	-	-	(1)	1
EGCE-AL	1	1	-	-	-	(1)	1
EGCE-UM	1	1	-	-	-	(1)	1
EGCS-EP1	137.011	-	-	-	-	(1.423)	135.588
EGCS-EP2	113.073	-	-	-	-	173	113.246
ALSOL	697.347	-	6.129	-	-	(74.581)	628.895
<b>Comercialização de Energia Elétrica</b>	<b>21.332</b>	<b>74.863</b>	<b>673</b>	<b>2</b>	-	<b>(66.872)</b>	<b>29.998</b>
ECOM	15.982	74.114	673	2	-	(62.808)	27.963
CLARKE	5.350	749	-	-	-	(4.064)	2.035
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>189.996</b>	<b>1.200</b>	<b>628</b>	<b>890</b>	<b>(4.301)</b>	<b>23.952</b>	<b>212.365</b>
ESOL	186.301	-	614	890	(3.498)	14.728	199.035
ESEA	787	1.200	-	-	-	8.078	10.065
EPLAN	2.908	-	14	-	(803)	1.146	3.265
<b>Holdings e demais Companhias</b>	<b>11.258.555</b>	<b>(319.042)</b>	<b>1.391.002</b>	<b>17.917</b>	<b>(1.636.766)</b>	<b>1.870.221</b>	<b>12.581.887</b>
Dinâmica	1.964	-	-	-	(127)	159	1.996
DENERGE <sup>(1) (b) (c) (d)</sup>	2.434.523	(2.558.240)	153.054	(341)	(834.737)	805.741	-
REDE	7.619	-	1.536	26	(2.313)	2.158	9.026
ETE	3.960.460	646.930	576	(11)	(77.198)	325.044	4.855.801
EPM <sup>(1)</sup>	2.468.597	(1.613.665)	827.114	7.227	(585.224)	372.449	1.476.498
Voltz	66.566	-	57	3	-	43.109	109.735
EBG	58.515	37.035	(3.600)	-	-	(13.945)	78.005
EDG <sup>(1)</sup>	1.406.733	611.455	20.254	-	(17.918)	54.543	2.075.067
EPNE	890.442	(1.990)	(53.164)	1.004	(120.607)	312.162	1.027.847
Nova Denerge <sup>(1)</sup>	-	2.559.433	445.175	10.009	1.358	(31.247)	2.984.728
Resultado não realizado em controladas	(36.864)	-	-	-	-	48	(36.816)
<b>Ágio pago na aquisição de controladas</b>	<b>119.062</b>	<b>(749)</b>	<b>(163)</b>	-	-	<b>(12.184)</b>	<b>105.966</b>
<b>Total</b>	<b>19.840.780</b>	<b>(241.614)</b>	<b>1.403.439</b>	<b>24.767</b>	<b>(1.919.668)</b>	<b>2.835.269</b>	<b>21.942.973</b>

<sup>(1)</sup> Inclui o impacto da reorganização societária.

<sup>(1)</sup> Em novembro de 2025 ocorreu as seguintes reorganizações societárias: a) a controlada Energisa Transmissão de Energia S/A alienou as ações da Nova Denerge (antiga Nova Gemini) para Energisa S/A pelo valor patrimonial de R\$ 34; b) Subsequentemente, em 29 de novembro de 2025, a Energisa S/A aumentou o capital social da Nova Denerge no montante de R\$ 2.559.399, conforme laudo de avaliação preparado por consultores especializados na data base de 30/06/2025, mediante a contribuição de 776.438 (setecentas e setenta e seis mil, quatrocentos e trinta e oito) ações de emissão da Denerge de titularidade da Energisa, representativas de 99,99% do capital social da Denerge. Em virtude dessa transação, a Denerge passou a ser controlada pela Nova Denerge, e a Nova Denerge pela Energisa S/A. c) Adicionalmente, na reserva de capital (transações entre sócios) reconheceu o montante de (R\$ 153.038 mil) referente a variação patrimonial entre a data base de 30/06/2025 e 30/11/2025, data que ocorreu o aumento de capital. <sup>(2)</sup> Em setembro de 2025 acionistas minoritários alienaram ações a Energisa S/A no montante R\$ 1.159 mil. <sup>(3)</sup> Na controlada EPM ocorreram as seguintes movimentações: a) em 17 de setembro de 2025, houve a redução de capital social de R\$ 1.000.000 restituído, em moeda corrente aos acionistas Itau e ESA na proporção de suas participações societárias, conforme acordo de investimento, 72,07% (R\$ 720.700) e 27,93% (R\$ 279.300), respectivamente, conforme acordo de investimento; b) em 12 de dezembro de 2025, o Itau e a Energisa S/A celebraram o contrato de compra e venda de ações e outras Avenças ("SPA"), por meio do qual o Itau alienou a totalidade das ações preferenciais de sua titularidade à Energisa S/A pelo valor pago no montante R\$ 1.034.530, ficando rescindido e totalmente extinto de pleno direito e sem qualquer efeito jurídico para todos os fins, o acordo de acionista vigente até esta data. A Energisa S/A passou a deter 100% da titularidade das ações ordinárias e preferenciais emitidas pela controlada EPM; e c) em 19 de dezembro de 2025, houve a redução de capital social no montante de R\$ 1.927.315, dividido em: (i) R\$ 1.455.000 restituído, em moeda corrente nacional; e (b) entrega de 394.177 ações preferenciais de emissão da EDG, correspondente ao montante de R\$472.315, conforme apurado nos registros contábeis da Companhia na data base de 30 de novembro de 2025. <sup>(4)</sup> Na controlada EDG ocorreram as seguintes movimentações: a) em 27 de junho de 2025 houve o adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 180.000, realizados pela Energisa S/A e EPM, acionistas da EDG, no montante de R\$ 139.140 e R\$ 40.860, respectivamente. Essa movimentação resultou na alienação de participação societária de 50,47% para 77,30% em 19 de dezembro de 2025, com a redução de capital social na EPM, parte da transação envolveu a entrega de ações da EDG de titularidade da EPM para única acionista nessa data, a Energisa S/A, no valor patrimonial de R\$ 472.315, conforme apurado nos registros contábeis na data base de 30 de novembro de 2025, montante que já considera, inclusive, a cessão de crédito de AFAC concedido pela Companhia em favor da EDG, no montante de R\$40.860. A partir dessa transação a Energisa passou a ter 100% das ações da EDG. <sup>(5)</sup> As transações contabilizadas diretamente contra o patrimônio líquido são como segue:

	ILP	Transações entre sócios <sup>(1)</sup>	Outros Resultados	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência Patrimonial (**)	Saldo em 2024
<b>Distribuição de Energia Elétrica</b>	-	-	-	-	-	-
EMR	580	-	-	-	-	580
ESE	433	-	-	-	-	433
EAC	230	-	597	-	-	827
ERO	441	-	2.886	-	-	3.327
EMT	3	-	-	-	-	3
<b>Geração Distribuída</b>	-	-	-	-	-	-
ALSOL	58	-	-	6.071	-	6.129
<b>Comercialização de Energia Elétrica</b>	-	-	-	-	-	-
ECOM	673	-	-	-	-	673
CLARKE	-	-	(163)	-	-	(163)
<b>Prestação de Serviços</b>	-	-	-	-	-	-
ESOL	614	-	-	-	-	614
EPLAN	14	-	-	-	-	14
<b>Holdings e demais Companhias</b>	-	-	-	-	-	-
DENERGE	1.082	-	151.972	-	-	153.054
REDE	6	-	1.530	-	-	1.536
ETE	576	-	576	-	-	1.152
EPM	1.294	-	825.820	-	-	827.114
EBG	667	-	(3.600)	-	-	(3.600)
EPNE	727	-	(53.891)	-	-	(53.164)
EDG	867	-	19.387	-	-	20.254
Nova Denerge (antiga Nova Gemini)	1.150	-	444.025	-	-	445.175
Voltz	57	-	-	-	-	57
<b>Total</b>	<b>8.805</b>	-	<b>1.394.634</b>	-	-	<b>1.403.439</b>

**Movimentação dos investimentos realizadas no exercício de 2024:**

	Aquisição (Alienação de ações)		ILP/ Transações entre sócios <sup>(1)</sup>	Outros Resultados	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência Patrimonial (**)	Saldo em 2024
	Saldo em 2023	Aquisição/Redução/AFAC de					
<b>Distribuição de Energia Elétrica</b>	<b>6.486.468</b>	<b>1.074.398</b>	<b>462</b>	<b>10.174</b>	<b>(1.449.114)</b>	<b>(669.875)</b>	<b>1.839.366</b>
EMR	366.948	-	178	8.654	-	(81.445)	79.381
ESE	775.204	-	(72)	2.519	-	(254.752)	260.802
EPB	1.451.595	-	(1.340)	-	(1.449.114)	331.432	
EAC	1.940.539	561.050	3.752	18	-	36.465	2.541.824
ERO	1.944.931	513.348	(2.056)	(1.040)	-	1.129.366	3.584.549
EMT	7.251	-	-	23	-	(1.105)	8.089
<b>Geração de Energia Elétrica</b>	<b>969.438</b>	<b>24.758</b>	<b>(23.661)</b>	<b>22</b>	-	<b>(292)</b>	<b>(10.309)</b>
SOBR	5.383	840	-	16	-	(490)	5.749
EGUM	7.168	-	-	-	(292)	(635)	6.241
EGCS-CO	536	-	-	-	-	(5)	531
EGCE-BE	1	9	-	-	-	(9)	1
EGCE-MA	1	2	-	-	-	(2)	1
EGCE-AL	1	2	-	-	-	(2)	1
EGCE-UM	1	8	-	-	-	(8)	1
EGCS-EP1	134.273	-	-	-	-	2.738	137.011
EGCS-EP2	109.292	-	-	-	-	3.781	113.073
ALSOL	712.782	23.897	(23.661)	6	-	(15.677)	697.347
<b>Comercialização de Energia Elétrica</b>	<b>43.459</b>	<b>95.821</b>	<b>108</b>	<b>32</b>	-	<b>(118.088)</b>	<b>21.332</b>
ECOM	43.459	87.000	114	32	-	(114.623)	15.982
CLARKE	-	8.821	(6)	-	-	(3.465)	5.350
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>174.632</b>	<b>16.299</b>	<b>(493)</b>	<b>1.274</b>	-	<b>(1.975)</b>	<b>259.189.996</b>
ESOL	169.544	14.130	(498)	786	-	2.339	186.301
ESEA	899	2.169	-	487	-	(2.768)	787
EPLAN	4.189	-	5	1	-	(1.975)	688
<b>Holdings e demais Companhias</b>	<b>7.706.172</b>	<b>1.997.377</b>	<b>398.081</b>	<b>26.619</b>	<b>498.105</b>	<b>(1.289.704)</b>	<b>1.921.905</b>
Dinâmica	1.907	-	-	-	-	(59)	1.848
Denerge	1.981.285	-	176	23.435	-	(555.181)	984.808
CREDE	7.127	-	60	60	-	2.637	7.619
ETE	2.701.181	1.014.445	267	7	-	(76.176)	320.736
EPM	2.575.218	-	34.365	6.519	-	(624.271)	476.766
Voltz	76.737	39.871	-	5	-	(50.047)	66.566
EBG	57.584	10	-	-	-	921	58.515
EDG	370.566	940.291	61.639	-	-	(3.361)	37.598
EPNE	-	2.760	301.634	(3.407)	498.105	(28.451)	119.801
Resultado não realizado em controladas	(65.433)	-	-	-	-	28.569	(36.864)
<b>Ágio pago na aquisição de controladas</b>	<b>114.753</b>	<b>19.000</b>	-	-	-	<b>(14.691)</b>	<b>119.062</b>
<b>Total</b>	<b>15.494.922</b>	<b>3.227.653</b>	<b>374.497</b>	<b>38.121</b>	<b>(951.009)</b>	<b>(1.961.846)</b>	<b>3.618.442</b>

<sup>(1)</sup> A entrega da participação acionária da EPB à EPNE envolveu: i) a transferência de 100% do Patrimônio Líquido da EPB no valor de R\$1.676.562; ii) a absorção da reserva de capital no montante de R\$227.448 referente distribuição de dividendos do resultado auferido pela EPB no período anterior da transferência do controle, iii) a transferência da nota comercial no valor de R\$1.005.008 (R\$1.000.000 de principal e R\$5.008 de juros) e iv) o repasse de caixa de R\$54.000 da Companhia para sua controlada EPNE. <sup>(2)</sup> A equivalência patrimonial no valor de R\$3.739.300, não inclui o valor da perda de R\$12.761 referente a participação no resultado do FIDC, registrada em Outros Investimentos

<sup>(6)</sup> As transações contabilizadas diretamente contra o patrimônio líquido são como segue:

	ILP	Transações entre sócios <sup>(1)</sup>	Total
<b>Controladas</b>	-	-	-
<b>Distribuição de Energia Elétrica</b>	-	-	-
EMR	178	-	178
ESE	(72)	-	(72)
EPB	(1.340)	-	(1.340)
EAC	56	3.696	3.752
ERO	(6)	(2.050)	(2.056)
<b>Geração Distribuída</b>	-	-	-
ALSOL	33	(23.694)	(23.661)
<b>Comercialização de Energia Elétrica</b>	-	-	-
ECOM	114	-	114
Clarke	-	(6)	(6)
<b>Prestação de Serviços</b>	-	-	-
ESOL	(498)	-	(498)
EPLAN	5	-	5
<b>Holdings e demais Companhias</b>	-	-	-

&gt;&gt;&gt;



ENERGISA S.A.

CNPJ nº 00.864.214/0001-06

	Consolidado						
	Taxa média de depreciação	Saldos em 2023	Combinação de Negócios	Adições <sup>(1)</sup>	Transferências <sup>(2)</sup>	Depreciação	Saldos em 2024
<b>Imobilizado em Serviço</b>							
<b>Custo</b>							
Terrenos		2.876	-	-	-	-	2.876
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,93%	2.592	-	-	-	-	2.592
Edificações e benfeitorias	3,30%	336.588	-	-	84.781	-	421.369
Máquinas e equipamentos	11,68%	2.158.488	72.946	20.023	598.024	(5.913)	2.843.568
Veículos	14,27%	95.280	-	1.302	10.089	(10.685)	95.986
Móveis e utensílios	6,25%	103.225	-	1	4.036	(283)	107.238
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>2.699.049</b>	<b>72.947</b>	<b>21.584</b>	<b>696.930</b>	<b>(16.881)</b>	<b>3.473.629</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
Reservatório, Barragens e Adutoras		(488)	-	-	-	(78)	(566)
Edificações e benfeitorias		(30.142)	-	-	-	(22.262)	(52.404)
Máquinas e equipamentos		(380.696)	(3.641)	-	678	(126.841)	(510.500)
Veículos		(60.803)	-	-	8.594	(8.126)	(60.335)
Móveis e utensílios		(70.719)	(1)	-	92	(3.442)	(74.070)
<b>Total depreciação acumulada</b>		<b>(542.846)</b>	<b>(3.642)</b>	<b>-</b>	<b>9.364</b>	<b>(160.749)</b>	<b>(697.875)</b>
<b>Subtotal imobilizado</b>		<b>2.156.201</b>	<b>69.305</b>	<b>21.584</b>	<b>696.930</b>	<b>(7.517)</b>	<b>2.775.754</b>
Imobilizado em curso		696.720	60.722	432.898	(710.045)	-	480.345
<b>Total do imobilizado</b>		<b>2.852.921</b>	<b>130.027</b>	<b>454.482</b>	<b>(13.115)</b>	<b>(7.517)</b>	<b>(160.749)</b>

<sup>(1)</sup> Do montante de R\$376.815 (R\$544.482 em 2024), R\$191.395 (R\$283.156 em 2024) refere-se ao investimento da controlada direta ALSOL e R\$185.420 (R\$171.326 em 2024) de investimentos das demais controladas.

<sup>(2)</sup> Do montante negativo de R\$24.033 (R\$13.115 em 2024), R\$286 refere-se a transferências oriundas do ativo contratual - infraestrutura em construção, o montante de R\$15.115 refere-se a reclassificações para o Intangível- software e outros e R\$9.204 refere-se às reclassificações para o ativo contratual - infraestrutura em construção;

<sup>(3)</sup> O montante de R\$62.537 (R\$7.517 em 2024), refere-se às baixas realizadas no exercício que inicialmente são contabilizados nos Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

## 18. INTANGÍVEL

	Controladora				Consolidado			
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Intangível - contrato de concessão	-	-	-	-	18.099.275	17.829.875	-	-
Direito de concessão	-	-	-	-	331.014	385.830	-	-
Direto de uso	3.320	2.007	127.667	112.219	-	-	-	-
Intangível - software e outros	127.996	88.630	718.884	614.638	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>131.316</b>	<b>90.637</b>	<b>19.276.840</b>	<b>18.942.562</b>				

## 18.1 Intangível - contrato de concessão - Consolidado:

	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Adições	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Amortização <sup>(3)</sup>	Saldos em 2025
	<b>Intangível em serviço</b>						
Custo	4,36%	39.171.388	6.894	2.645.921	(428.171)	-	41.396.032
Amortização acumulada		(17.774.664)	-	(229)	(316.009)	(2.187.966)	(19.646.850)
<b>Total do Intangível</b>		<b>21.396.724</b>	<b>6.894</b>	<b>2.645.692</b>	<b>(112.162)</b>	<b>(2.187.966)</b>	<b>21.749.182</b>

(-) Obrigações vinculadas à concessão

	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Adições	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Amortização <sup>(3)</sup>	Saldos em 2025
	<b>Intangível em serviço</b>						
Custo	4,01%	7.694.577	-	474.924	(35.640)	-	8.133.861
Amortização acumulada		(4.127.728)	-	(204)	-	(356.022)	(4.483.954)
<b>Total das obrigações vinculadas à concessão</b>		<b>3.566.849</b>	<b>-</b>	<b>474.720</b>	<b>(35.640)</b>	<b>(356.022)</b>	<b>3.649.907</b>
<b>Total Intangível - contrato de concessão<sup>(4)</sup></b>		<b>17.829.875</b>	<b>6.894</b>	<b>2.170.972</b>	<b>(76.522)</b>	<b>(1.831.944)</b>	<b>18.099.275</b>

(1) São transferências oriundas do ativo contratual - Infraestrutura em construção. <sup>(2)</sup> O montante de R\$76.522 (R\$78.864 em 2024) refere-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. <sup>(3)</sup> A controladora e suas controladas registraram no exercício créditos de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$68.483 (R\$61.260 em 2024), e não inclui o montante de R\$232 (R\$197 em 2024) referente a despesa de amortização de provisão de incorporação de redes. <sup>(4)</sup> Inclui R\$5.866.764 (R\$6.270.770 em 2024) de mais valia dos ativos apurado em combinação de negócio quando das aquisições das controladas EMT, EMS, ERO, EAC, ESGÁS e EDGNE.

**Obrigações vinculadas a concessão das distribuidoras de energia elétrica:** Os saldos do ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual da infraestrutura em construção e intangível do contrato de concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	Obrigações vinculadas à concessão							
	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Combinação de Negócios	Adições	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Amortização <sup>(3)</sup>	Saldos em 2025
<b>Intangível em serviço</b>								
Custo	4,18%	36.167.252	544.565	13.016	2.824.716	(378.161)	-	39.171.388
Amortização acumulada		(16.132.678)	-	-	(9.932)	278.289	(9.196.343)	(17.774.664)
<b>Total do Intangível</b>		<b>20.034.574</b>	<b>544.565</b>	<b>13.016</b>	<b>2.820.784</b>	<b>(99.872)</b>	<b>(1.916.343)</b>	<b>21.396.724</b>

(-) Obrigações vinculadas à concessão

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Combinação de Negócios	Adições	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Amortização <sup>(3)</sup>	Saldos em 2025
	<b>Intangível em serviço</b>							
Custo	3,91%	7.384.495	-	331.090	(21.008)	-	-	7.694.577
Amortização acumulada		(3.778.701)	-	(3.727)	-	(345.300)	(4.127.728)	-
<b>Total das obrigações vinculadas à concessão</b>		<b>3.605.794</b>	<b>-</b>	<b>327.363</b>	<b>(21.008)</b>	<b>(345.300)</b>	<b>-</b>	<b>3.566.849</b>
<b>Total Intangível - contrato de concessão<sup>(4)</sup></b>		<b>16.428.780</b>	<b>544.565</b>	<b>13.016</b>	<b>2.493.421</b>	<b>(78.864)</b>	<b>(1.571.043)</b>	<b>17.829.875</b>

<sup>(1)</sup> São transferências oriundas do ativo contratual - Infraestrutura em construção. <sup>(2)</sup> O montante de R\$76.522 (R\$78.864 em 2024) refere-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. <sup>(3)</sup> A controladora e suas controladas registraram no exercício créditos de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$68.483 (R\$61.260 em 2024), e não inclui o montante de R\$232 (R\$197 em 2024) referente a despesa de amortização de provisão de incorporação de redes. <sup>(4)</sup> Inclui R\$5.866.764 (R\$6.270.770 em 2024) de mais valia dos ativos apurado em combinação de negócio quando das aquisições das controladas EMT, EMS, ERO, EAC, ESGÁS e EDGNE.

**Obrigações vinculadas a concessão das distribuidoras de energia elétrica:** Os saldos do ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual da infraestrutura em construção e intangível do contrato de concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	Obrigações vinculadas à concessão							
	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Combinação de Negócios	Adições	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Amortização <sup>(3)</sup>	Saldos em 2025
<b>Intangível em serviço</b>								
Custo	4,18%	36.167.252	544.565	13.016	2.824.716	(378.161)	-	39.171.388
Amortização acumulada		(16.132.678)	-	-	(9.932)	278.289	(9.196.343)	(17.774.664)
<b>Total do Intangível</b>		<b>20.034.574</b>	<b>544.565</b>	<b>13.016</b>	<b>2.820.784</b>	<b>(99.872)</b>	<b>(1.916.343)</b>	<b>21.396.724</b>

(-) Obrigações vinculadas à concessão

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Combinação de Negócios	Adições	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Amortização <sup>(3)</sup>	Saldos em 2025
	<b>Intangível em serviço</b>							
Custo	3,91%	7.384.495	-	331.090	(21.008)	-	-	7.694.577
Amortização acumulada		(3.778.701)	-	(3.727)	-	(345.300)	(4.127.728)	-
<b>Total das obrigações vinculadas à concessão</b>		<b>3.605.794</b>	<b>-</b>	<b>327.363</b>	<b>(21.008)</b>	<b>(345.300)</b>	<b>-</b>	<b>3.566.849</b>
<b>Total Intangível - contrato de concessão<sup>(4)</sup></b>		<b>16.428.780</b>	<b>544.565</b>	<b>13.016</b>	<b>2.493.421</b>	<b>(78.864)</b>	<b>(1.571.043)</b>	<b>17.829.875</b>

<sup>(1)</sup> São transferências oriundas do ativo contratual - Infraestrutura em construção. <sup>(2)</sup> O montante de R\$76.522 (R\$78.864 em 2024) refere-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. <sup>(3)</sup> A controladora e suas controladas registraram no exercício créditos de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$68.483 (R\$61.260 em 2024), e não inclui o montante de R\$232 (R\$197 em 2024) referente a despesa de amortização de provisão de incorporação de redes. <sup>(4)</sup> Inclui R\$5.866.764 (R\$6.270.770 em 2024) de mais valia dos ativos apurado em combinação de negócio quando das aquisições das controladas EMT, EMS, ERO, EAC, ESGÁS e EDGNE.

**Obrigações vinculadas a concessão das distribuidoras de energia elétrica:** Os saldos do ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual da infraestrutura em construção e intangível do contrato de concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	Obrigações vinculadas à concessão							
	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Combinação de Negócios	Adições	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Amortização <sup>(3)</sup>	Saldos em 2025
<b>Intangível em serviço</b>								
Custo	4,18%	36.167.252	544.565	13.016	2.824.716	(378.161)	-	39.171.388
Amortização acumulada		(16.132.678)	-	-	(9.932)	278.289	(9.196.343)	(17.774.664)
<b>Total do Intangível</b>		<b>20.034.574</b>	<b>544.565</b>	<b>13.016</b>	<b>2.820.784</b>	<b>(99.872)</b>	<b>(1.916.343)</b>	<b>21.396.724</b>

(-) Obrigações vinculadas à concessão

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Combinação de Negócios	Adições	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Amortização <sup>(3)</sup>	Saldos em 2025
	<b>Intangível em serviço</b>							
Custo	3,91%	7.384.495	-	331.090	(21.008)	-	-	7.694.577
Amortização acumulada		(3.778.701)	-	(3.727)	-	(345.300)	(4.127.728)	-
<b>Total das obrigações vinculadas à concessão</b>		<b>3.605.794</b>	<b>-</b>	<b>327.363</b>	<b>(21.008)</b>	<b>(345.300)</b>	<b>-</b>	<b>3.566.849</b>
<b>Total Intangível - contrato de concessão<sup>(4)</sup></b>		<b>16.428.780</b>	<b>544.565</b>	<b>13.016</b>	<b>2.493.421</b>	<b>(78.864)</b>	<b>(1.571.043)</b>	<b>17.829.875</b>

<sup>(1)</sup> São transferências oriundas do ativo contratual - Infraestrutura em construção. <sup>(2)</sup> O montante de R\$76.522 (R\$78.864 em 2024) refere-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. <sup>(3)</sup> A controladora e suas controladas registraram no exercício créditos de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$68.483 (R\$61.260 em 2024), e não inclui o montante de R\$232 (R\$197 em 2024) referente a despesa de amortização de provisão de incorporação de redes. <sup>(4)</sup> Inclui R\$5.866.764 (R\$6.270.770 em 2024) de mais valia dos ativos apurado em combinação de negócio quando das aquisições das controladas EMT, EMS, ERO, EAC, ESGÁS e EDGNE.

**Obrigações vinculadas a concessão das distribuidoras de energia elétrica:** Os saldos do ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual da infraestrutura em construção e intangível do contrato de concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	Obrigações vinculadas à concessão							
	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Combinação de Negócios	Adições	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Amortização <sup>(3)</sup>	Saldos em 2025
<b>Intangível em serviço</b>								
Custo	4,18%	36.167.252	544.565	13.016	2.824.716	(378.161)	-	39.171.388
Amortização acumulada		(16.132.678)	-	-	(9.932)	278.289	(9.196.343)	(17.774.664)
<b>Total do Intangível</b>		<b>20.034.574</b>	<b>544.565</b>	<b>13.016</b>	<b>2.820.784</b>	<b>(99.872)</b>	<b>(1.916.343)</b>	<b>21.396.724</b>

(-) Obrigações vinculadas à concessão

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Combinação de Negócios	Adições	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Amortização <sup>(3)</sup>	Saldos em 2025
	<b>Intangível em serviço</b>							
Custo	3,91%	7.384.495	-	331.090	(21.008)	-	-	7.694.577
Amortização acumulada		(3.778.701)	-	(3.727)	-	(345.300)	(4.127.728)	-
<b>Total das obrigações vinculadas à concessão</b>		<b>3.605.794</b>	<b>-</b>	<b>327.363</b>	<b>(21.008)</b>	<b>(345.300)</b>	<b>-</b>	<b>3.566.849</b>
<b>Total Intangível - contrato de concessão<sup>(4)</sup></b>		<b>16.428.780</b>	<b>544.565</b>	<b>13.016</b>	<b>2.493.421</b>	<b>(78.864)</b>	<b>(1.571.043)</b>	<b>17.829.875</b>

<sup>(1)</sup> São transferências oriundas do ativo contratual - Infraestrutura em construção. <sup>(2)</sup> O montante de R\$76.522 (R\$78.864 em 2024) refere-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. <sup>(3)</sup> A controladora e suas controladas registraram no exercício créditos de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$68.483 (R\$61.260 em 2024), e não inclui o montante de R\$232 (R\$197 em 2024) referente a despesa de amortização de provisão de incorporação de redes. <sup>(4)</sup> Inclui R\$5.866.764 (R\$6.270.770 em 2024) de mais valia dos ativos apurado em combinação de negócio quando das aquisições das controladas EMT, EMS, ERO, EAC, ESGÁS e EDGNE.

**Obrigações vinculadas a concessão das distribuidoras de energia elétrica:** Os saldos do ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual da infraestrutura em construção e intangível do contrato de concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	Obrigações vinculadas à concessão					
	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Combinação de Negócios			

>>>



ENERGISA S.A.

CNPJ nº 00.864.214/0001-06

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (% a.a.) <sup>(1)</sup>	(Taxa efetiva de SWAP) (% a.a.) <sup>(2)</sup>	Garantias <sup>(3)</sup>	Covenants <sup>(4)</sup>
	2025	2024								
BTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO A	79.575	91.044	IPCA + 1.83% + 3.23%	-	fev/31	Mensal a partir de abr/22	9,32%	-	A + R	2
BTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO B	63.017	60.246	IPCA + 1.83% + 3.23%	CDI + 0,25%	dez/34	Mensal a partir de fev/31	9,32%	14,57%	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	20.935	22.138	INPC IBGE MENSAL (%) + 5.28%	-	jun/33	Mensal a partir de jan/21	9,18%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Funasa BD I	63.469	66.626	INPC IBGE MENSAL (%) + 5.28%	-	nov/33	Mensal a partir de jan/21	9,18%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Funasa BD I	1.381	1.450	INPC IBGE MENSAL (%) + 5.28%	-	nov/33	Mensal a partir de jan/21	9,18%	-	A	NA
BNDES - 23.2.0334-1 SUBCREDITO A	220.244	147.770	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,24%	-	FB	2
(-) Custo com captação	(911)	(1.011)								
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>449.369</b>	<b>353.186</b>								
BAML - LOAN 24032023	-	58.678	USD + 5.03%	CDI + 1,55%	mar/25	Final	-6,11%	15,87%	A	2
SCOTIABANK LOAN 4131 09032023	21.599	24.307	USD + 5.36%	CDI + 1,57%	mar/26	Final	-5,78%	15,89%	A	2
CITIBANK LOAN TRADE 66133	127.388	144.037	SOFR + 0,93%	CDI + 1,25%	jul/26	Final	-5,90%	15,57%	A	2
SANTANDER LOAN CCB 1067308	171.933	193.491	USD + 5,37%	CDI + 1,25%	jul/26	Final	-5,77%	15,57%	A	2
BAML - LOAN 4131 - 05092025	203.902	-	USD + 4,46%	CDI + 0,45%	set/26	Final	-6,68%	14,77%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida <sup>(5)</sup>	(223)	(4.585)								
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>524.599</b>	<b>415.928</b>								
<b>Total EPB</b>	<b>973.968</b>	<b>769.114</b>								
EMR										
BTG PACTUAL - BNDES 2/20	63.662	67.627	IPCA + 1.83% + 3.23%	-	dez/34	Mensal a partir de abr/22	9,32%	-	A + R	2
1ª Nota comercial	53.976	105.916	CDI + 1,55%	-	jul/26	Anual a partir de jul/25	15,87%	-	A	2
BNDES - 23.2.0337-1	119.362	60.279	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,24%	-	FB	2
(-) Custo com captação	(557)	(785)								
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>236.443</b>	<b>233.037</b>								
BAML - LOAN 20052022	-	37.849	USD + 3,98%	CDI + 1,75%	mai/25	Final	-7,16%	16,07%	A	2
BAML - LOAN 24012023	-	125.821	USD + 5,31%	CDI + 1,40%	jan/25	Final	-5,83%	15,72%	A	2
BAML - LOAN 18122024	114.397	128.741	USD + 5,34%	CDI + 1,58%	jan/26	Final	-5,80%	15,90%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 06122024	100.348	113.049	USD + 4,52%	CDI + 1,10%	dez/27	Final	-6,62%	15,42%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida <sup>(5)</sup>	547	(4.306)								
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>215.292</b>	<b>401.154</b>								
<b>Total EMR</b>	<b>451.735</b>	<b>634.191</b>								
EMT										
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	354.116	353.690	TR + 7,00%	-	out/34	Mensal a partir de nov/29	8,97%	-	R	NA
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	296.237	328.116	CDI + 0,70%	-	abr/31	Mensal a partir de mai/21	15,02%	-	R	NA
BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A	58.260	86.034	IPCA + 1.83% + 3.00%	-	out/27	Mensal a partir de abr/22	9,09%	-	A + R	2
BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B	225.530	219.438	IPCA + 1.83% + 3.00%	CDI + 0,02 %	nov/34	Mensal a partir de nov/27	9,09%	14,34%	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	10.143	11.018	INPC IBGE MENSAL (%) + 5.46%	-	dez/31	Mensal a partir de jan/21	9,36%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Risco	1.355	1.371	INPC IBGE MENSAL (%) + 5.17%	-	fev/38	Mensal a partir de abr/22	9,07%	-	A	NA
BNDES - 23-2-0330-1	404.700	203.445	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,24%	-	FB	2
2ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE UNICA	67.523	67.471	CDI + 1,20%	-	dez/27	Final	15,52%	-	A	2
SANTANDER - FRN - CCB Nº 1071684	302.453	301.940	CDI + 1,04%	-	dez/27	Final	15,36%	-	A	NA
(-) Custo com captação	(2.494)	(2.870)								
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>1.721.823</b>	<b>1.569.653</b>								
Merryl Lynch Loan 09022022	-	160.472	EURO + 1,48%	CDI + 1,60%	fev/25	Final	1,99%	15,92%	A	2
Scotiabank Loan 09032023	248.387	279.530	USD + 5,36%	CDI + 1,57%	mar/26	Final	-5,78%	15,89%	A	2
Merryl Lynch Loan 24032023	-	35.207	USD + 5,03%	CDI + 1,55%	mar/25	Final	-6,11%	15,87%	A	2
Safra Loan 157522	-	15.858	USD + 6,42%	CDI + 1,60%	fev/25	Final	-4,72%	15,92%	A	2
Safra Loan 157523	-	295.312	USD + 6,42%	CDI + 1,60%	ago/25	Final	-4,72%	15,92%	A	2
BAML LOAN 17112023	-	152.667	USD + 5,95%	CDI + 1,53%	nov/25	Final	-5,19%	15,85%	A	2
CITIBANK NCE - TRADE 65874	324.540	365.181	SOFR + 1,50%	CDI + 1,25%	jun/28	Final	-5,33%	15,57%	A	2
Scotiabank Loan 4131 30072024	277.039	311.874	USD + 5,03%	CDI + 1,40%	ago/27	Final	-6,11%	15,72%	A	2
J P MORGAN Loan 20092024	-	171.206	USD + 5,27%	CDI + 0,60%	jan/25	Final	-5,87%	14,92%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida <sup>(5)</sup>	2.414	(13.247)								
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>852.290</b>	<b>1.774.060</b>								
<b>Total EMT</b>	<b>2.574.113</b>	<b>3.343.713</b>								
EMS										
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	292.081	291.730	TR + 7,00%	-	out/34	Mensal a partir de nov/29	8,97%	-	R	NA
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	135.186	149.731	CDI + 0,70%	-	abr/31	Mensal a partir de mai/21	15,02%	-	R	NA
BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO A	47.561	70.275	IPCA + 1.83% + 3.00%	-	out/27	Mensal a partir de abr/22	9,09%	-	A + R	2
BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO B	187.381	179.142	IPCA + 1.83% + 3.00%	CDI + 0,02 %	dez/34	Mensal a partir de nov/27	9,09%	14,34%	A + R	2
1ª Nota comercial 1ª série	-	211.396	CDI + 1,40%	-	jul/25	Final	15,72%	-	A	2
1ª Nota comercial 2ª série	107.689	211.545	CDI + 1,55%	-	jul/26	Anual a partir de jul/25	15,87%	-	A	2
BNDES - 23.2.0329-1	150.959	148.324	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,24%	-	FB	2
3ª Nota comercial Série Única	53.455	53.414	CDI + 1,20%	-	dez/27	Final	15,52%	-	A	2
(-) Custo com captação	(1.896)	(2.900)								
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>972.416</b>	<b>1.312.657</b>								
BAML - LOAN 4131 - 16032022	-	72.825	EURO + 1,60%	CDI + 1,60%	mar/25	Final	2,11%	15,92%	A	2
BAML - LOAN 4131 - 24032023	-	82.149	USD + 5,03%	CDI + 1,55%	mar/25	Final	-6,11%	15,87%	A	2
CITIBANK NCE - TRADE 65873	259.727	292.332	SOFR + 1,50%	CDI + 1,25%	jun/28	Final	-5,33%	15,57%	A	2
BAML - LOAN 4131 - 24042024	206.417	232.259	USD + 5,34%	CDI + 1,25%	jul/26	Final	-5,80%	15,57%	A	2
Scotiabank Loan 4131	161.851	182.202	USD + 5,03%	CDI + 1,40%	ago/27	Final	-6,11%	15,72%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida <sup>(5)</sup>	1.721	(8.824)								
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>629.726</b>	<b>852.943</b>								
<b>Total EMS</b>	<b>1.602.142</b>	<b>2.165.600</b>								
ETO										
BNDES - 20.2.0496-1	154.921	164.571	IPCA + 1.83% + 3.00%	-	dez/34	Mensal a partir de abr/22	9,09%	-	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	2.428	2.764	INPC IBGE MENSAL (%) + 4.96%	-	jun/30	Mensal a partir de jan/21	8,86%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Risco	1.723	1.745	INPC IBGE MENSAL (%) + 5.17%	-	fev/38	Mensal a partir de abr/22	9,07%	-	A	NA
1ª Emissão Nota Comercial	-	134.719	CDI + 1,55%	-	set/25	Final	15,87%	-	A	2
3ª EMISSÃO DE NOTA COMERCIAL SÉRIE UNICA	-	157.083	CDI + 1,55%	-	ago/25	Final	15,87%	-	A	2
BNDES - 23-2-0332-1	235.972	118.932	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,24%	-	FB	2
4ª NOTA COMERCIAL SÉRIE UNICA	9.847	9.839	CDI + 1,20%	-	dez/27	Final	15,52%	-	A	2
(-) Custo com captação	(1.352)	(1.785)								
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>403.539</b>	<b>587.868</b>								
BAML - LOAN 4131 - 19032024	112.394	126.530	USD + 5,43%	CDI + 1,35%	mar/26	Final	-5,71%	15,62%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 12082024	174.540	196.483	USD + 4,74%	CDI + 1,40%	ago/27	Final	-6,40%	15,72%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 09122024	118.372	133.355	USD + 4,42%	CDI + 1,10%	dez/27	Final	-6,72%	15,42%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida <sup>(5)</sup>	1.102	(8.542)								
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>406.408</b>	<b>447.826</b>								
<b>Total ETO</b>	<b>809.947</b>	<b>1.035.694</b>								
ESS										
BNDES - 20.2.0497-1	119.265	126.693	IPCA + 2.10% + 3.00%	-	dez/34	Mensal a partir de abr/22	9,36%	-	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	9.480	10.867	INPC IBGE MENSAL (%) + 4.91%	-	abr/30	Mensal a partir de jan/21	8,81%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Elétricas BD I	2.109	2.170	INPC IBGE MENSAL (%) + 4.75%	-	fev/36	Mensal a partir de abr/22	8,65%	-	A	NA
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL	80.965	158.875	CDI + 1,55%	-	jul/26	Anual a partir de jul/25	15,87%	-	A	2
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Elétricas OP	487	519	INPC IBGE MENSAL (%) + 5.04%	-	dez/32	Mensal a partir de jan/23	8,94%	-	A	NA
BNDES - 23.2.0333-1	174.645	88.013	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,24%	-	FB	2
3ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE UNICA	9.847	9.839	CDI + 1,20%	-	dez/27	Final	15,52%	-	A	2
(-) Custo com captação	(1.151)	(1.562)								
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>395.647</b>	<b>395.414</b>								
SANTANDER Loan - CCB	101.880	114.654	USD + 5,40%	CDI + 1,25%	jul/26	Final	-5,74%	15,57%	A	2
Scotiabank Loan - 4131	257.802	290.219	USD + 5,03%	CDI + 1,40%	ago/27	Final	-6,11%	15,72%	A	2
Scotiabank Loan - 4131 - 06122024	45.613	51.386	USD + 4,52%	CDI + 1,10%	dez/27	Final	-6,62%	15,42%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida <sup>(5)</sup>	2.484	(6.942)								
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<									

&gt;&gt;&gt;



ENERGISA S.A.

CNPJ nº 00.864.214/0001-06

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (% a.a.) <sup>(1)</sup>	(Taxa efetiva de SWAP) (% a.a.) <sup>(2)</sup>	Garantias <sup>(3)</sup>	Covenants <sup>(4)</sup>
	2025	2024								
DENERGE										
FI-FGTS (Reestruturado)	403.010	369.792	TR + 4,00%	-	nov/35	Final	5,97%	-	SG	NA
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>403.010</b>	<b>369.792</b>								
<b>Total Denerge</b>	<b>403.010</b>	<b>369.792</b>								
LXTE										
LXTE X BASA - CCB 007-10/0061-5 <sup>(5)</sup>	94.754	110.998	PRÉ + 10,00%	-	out/31	Mensal a partir de mar/15	10,00%	-	R + S	ICSD
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>94.754</b>	<b>110.998</b>								
BOCOM BBM - LOAN Nº 58870	51.980	-	USD + 3,54%	CDI + 0,73%	set/27	Final	-7,60%	15,05%	A	N/A
Marcação à Mercado de Dívida <sup>(6)</sup>	(259)	-								
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>51.721</b>	<b>-</b>								
<b>Total LXTE</b>	<b>146.475</b>	<b>110.998</b>								
LMTE										
LMTE X BASA - CCB 007-10/0062-3 <sup>(5)</sup>	117.993	133.056	PRÉ + 10,00%	-	out/33	Mensal a partir de abr/22	10,00%	-	R + S	ICSD
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>117.993</b>	<b>133.056</b>								
BOCOM BBM - LOAN Nº 58871	89.406	-	USD + 3,54%	CDI + 0,73	set/27	final	-7,60%	15,05%	A	N/A
Marcação à Mercado de Dívida <sup>(6)</sup>	(445)	-								
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>88.961</b>	<b>-</b>								
<b>Total LMTE</b>	<b>206.954</b>	<b>133.056</b>								
EAM										
BASA - CCB 128-22/0001-9 <sup>(5)</sup>	150.443	150.567	IPCA + 4,70%	-	jul/42	Mensal a partir de ago/26	8,96%	-	A + F + R	ICSD
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>150.443</b>	<b>150.567</b>								
<b>Total AMAZONAS</b>	<b>150.443</b>	<b>150.567</b>								
ESGAS										
BANESTES - CCB Nº 22.036559-0	10.693	17.550	CDI + 3,91%	-	fev/27	Mensal a partir de 03/2024	18,23%	-	R	NA
BANESTES CCB Nº 23.0269-0	16.222	21.634	CDI + 3,91%	-	set/27	Mensal a partir de 10/2024	18,23%	-	R	NA
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>26.915</b>	<b>39.184</b>								
BNP LOAN 01072023	-	165.946	EURO + 5,13%	CDI + 1,85%	jun/25	Final	5,64%	16,17%	A	2
JP MORGAN LOAN 26062023	-	343.723	USD + 5,70%	CDI + 1,85%	jun/25	Final	-5,45%	16,17%	A	2
SCOTTIBANK LOAN 30072024	466.549	525.215	USD + 5,03%	CDI + 1,40%	ago/27	Final	-6,11%	15,72%	A	2
JP MORGAN LOAN 4131 - 17062025	154.168	-	USD + 4,53%	CDI + 0,50%	jun/26	Final	-6,61%	14,82%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida <sup>(6)</sup>	3.687	(9.650)								
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>624.404</b>	<b>1.025.234</b>								
<b>Total ESGAS</b>	<b>651.319</b>	<b>1.064.418</b>								
ÂNGULO EMPREENDIMENTO										
BNDES - 22.9.0108-1 SUBCREDITO A	10.563	11.369	PRÉ + 5,23%	-	jan/39	Mensal a partir de set/26	2,52%	-	FB	NA
BNDES - 22.9.0108-1 SUBCREDITO B	11.952	12.299	IPCA + 5,23% + 1,50%	-	jan/39	Mensal a partir de set/26	10,99%	-	FB	NA
(-) Custo com captação	(221)	(256)								
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>22.294</b>	<b>23.412</b>								
<b>Total ÂNGULO 45</b>	<b>22.294</b>	<b>23.412</b>								
AGRIC										
BNDES - CONTRATO 24.9.0146-1	50.451	-	PRÉ + 7,53%	-	fev/40	Mensal a partir de jan/26	7,53%	-	FB	NA
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>50.451</b>	<b>-</b>								
CITIBANK LOAN TRADE 68465	25.768	-	SOFR + 0,53%	CDI + 0,55%	ago/26	Final	-6,30%	14,85%	A	NA
Marcação à Mercado de Dívida <sup>(6)</sup>	(78)	-								
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>25.740</b>	<b>-</b>								
<b>Total AGRIC</b>	<b>76.191</b>	<b>-</b>								
EPM										
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	1.156.027	-	CDI + 0,75%	-	jun/27	Final	15,07%	-	A	2
(-) Custo com captação	(328)	-								
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>1.155.699</b>	<b>-</b>								
<b>Total EPM</b>	<b>1.155.699</b>	<b>-</b>								
LUREAN										
BRDE - CCB Nº67337	2.320	-	TR + 4,24%	-	abr/32	Mensal a partir de out/25	6,21%	-	AF	NA
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>2.320</b>	<b>-</b>								
<b>Total LUREAN</b>	<b>2.320</b>	<b>-</b>								
<b>Em Moeda Nacional</b>	<b>10.491.335</b>	<b>9.051.110</b>								
<b>Em Moeda Estrangeira</b>	<b>5.877.295</b>	<b>7.671.617</b>								
<b>Energisa Consolidada</b>	<b>16.368.630</b>	<b>16.722.727</b>								

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 2025. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 34. (2) A=Aval Energisa S/A, F=Fiança, FB = Fiança Bancária R=Receíveis, S= Seguro. (3) Condições restritivas financeiras (Covenants) - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido		Exigibilidade	
	Menor ou igual a 4,25x até o vencimento		Trimestral e Anual	
Divida Liquidada / EBITDA Ajustado Covenants <sup>(7)</sup>	Menor ou igual a 4,25x até o vencimento		Trimestral e Anual	
(8) EBITDA - Receitas de acréscimos moratórios. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 34). Em 2025, as exigências contratuais foram cumpridas. (9) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de hedge de valor justo ou pela designação como Fair Value Ótimo (vide nota explicativa nº 34). (10) As controladas EPA I, EPA II, ETT, EAM contrataram financiamento junto ao Banco da Amazônia e a ETT com o BNDES. Esses financiamentos possuem apuração de índice financeiro respeitando o seguinte limite de covenants: Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3%, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato. (11) Vide nota explicativa nº 4. (12) As controladas indiretas LMTE e LXTE, possuem as Garantias e Covenants, conforme segue: <b>Garantias:</b> CRSD equivalente a 3x o último serviço da dívida mensal. Penhor de 100% das ações das concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Receitas. <b>Covenants:</b> Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3%, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato. Em 2025 as exigências contratuais foram cumpridas. (13) Os contratos possuem proteção de swap e são avaliados a valor justo, conforme demonstrados na nota explicativa nº 34. <b>Garantias:</b> para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$70.011 (R\$66.618 em 2024), registrado na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo não circulante, consolidado. Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 34). A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:				
<b>Moeda/indicadores</b>			<b>2025</b>	<b>2024</b>
US\$ x R\$			(11,14%)	27,90%
TJP			8,67%	6,19%
CDI			14,22%	10,88%
IPCA			4,26%	4,83%
TR			1,97%	0,81%
IPC-FIPE			3,83%	4,68%
Euro x R\$			0,51%	20,27%
INPC			3,90%	4,77%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora		Consolidado	
2027	199.939	-	5.460.975	-
2028	-	-	1.073.867	-
2029	-	-	550.000	-
2030	-	-	671.238	-
Após 2030	-	-	4.524.306	-
<b>Total</b>	<b>199.939</b>	<b>-</b>	<b>12.291.082</b>	<b>-</b>

## 21. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Moeda Nacional	SalDOS em 2024		Pagamento de principal		Encargos, atualização monetária, cambial e custos		Custos apropriados		Marcação mercado da dívida		SalDOS em 2025	
	em 2024	Captação	em 2024	em 2024	em 2024	em 2024	em 2024	em 2024	em 2024	em 2024	em 2025	
CDI	4.589.470	4.549.661	(2.760.856)	(862.696)	836.556	-	-	6.352.135	-	-	-	
IPCA	6.011.707	-	(350.600)	617.752	617.752	-	-	6.278.859	-	-	-	
(-) Custos com captação	(42.154)	-	-	15.645	15.645	(66.913)	-	(93.422)	-	-	-	
Marcação a mercado	(470.783)	-	-	-	217.544	-	-	(253.239)	-	-	-	
<b>Total Geral</b>	<b>10.088.240</b>	<b>4.549.661</b>	<b>(2.760.856)</b>	<b>(1.213.296)</b>	<b>1.469.953</b>	<b>(66.913)</b>	<b>217.544</b>	<b>12.284.333</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.067.197</b>	
<b>Circulante</b>	<b>410.513</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.217.136</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Não Circulante</b>	<b>9.677.727</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.067.061</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.) <sup>(1)</sup>	(Taxa efetiva de SWAP) (% a.a.) <sup>(2)</sup>	Garantias <sup>(3)</sup>	Covenants <sup>(4)</sup>
	2025	2024										
ESA												
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	32.847	31.469	15/10/2017	2.472 / 2.472	IPCA + 5,11%	-	out/27	Final	9,37%	-	R	1
Debêntures 11ª Emissão	734.175	-	703.649	15/04/2019	500.000 / 500.000	IPCA + 4,62%	abr/26	Final	8,88%	-	SG	1
Debêntures 13ª Emissão	-	-	11.076	25/08/2020	576.396 / 576.396	CDI + 2,30%	ago/25	Anual a partir de ago/23	16,62%	-	SG	2
Debêntures 14ª Emissão 1ª Série	75.753	-	72.579	15/10/2020	55.000 / 55.000	IPCA + 4,23%	out/27	Final	8,49%	-	SG	2
Debêntures 14ª Emissão 2ª Série	585.656	561.107	15/10/2020	425.000 / 425.000	IPCA + 4,47%	CDI-1,54%	out/30	Anual a partir de out/28	8,73%	12,78%	SG	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	412.594	395.275	15/10/2021	330.000 / 330.000	IPCA + 6,09%	-	out/31	Anual a partir de out/29	10,35%	-	SG	2
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	57.104	56.687	15/10/2021	700.000 / 700.000	CDI + 1,64%	-	out/26	Final	15,96%	-	SG	2
Debêntures 15ª Emissão 3ª Série	85.435	307.784	15/10/2021	300.000 / 82.665	CDI + 1,80%	-	out/28	Final	16,12%	-	SG	2
Debêntures 16ª Emissão 1ª Série	363.332	348.081	15/04/2022	309.383 / 309.383	IPCA + 6,16%	-	abr/29	Anual a partir de abr/27	10,42%	-	SG	2
Debêntures 16ª Emissão 2ª Série	223.910	214.509	15/04/2022	190.617 / 190.617	IPCA + 6,28%	-	abr/32	Anual a partir de abr/30	10,54%	-	SG	2
Debêntures 16ª Emissão 3ª Série	68.373	256.331	15/04/2022	250.000 / 66.197	CDI + 1,50%	-	abr/27	Final	15,82%	-	SG	2
Debêntures 17ª Emissão 1ª Série	18.974	562.890	20/10/2022	550.000 / 184.04	CDI + 1,50%	-	out/27	Final	15,82%	-	SG	2
Debêntures 17ª Emissão 2ª Série	103.128	204.745	20/10/2022	200.000 / 100.000	CDI + 1,65%	-	out/29	Final	15,97%	-	SG	2
Debêntures 18ª Emissão 1ª Série	95.287	1.364.298	20/06/2023	1.130.000 / 67.954	CDI + 1,60%	-	jun/26	Final	15,92%	-	SG	2
Debêntures 18ª Emissão 2ª Série	134.284	401.292	20/06/2023	400.000 / 133.774	CDI + 2,10%	-	jun/28	Final	16,42%	-	SG	2
Debêntures 19												



**ENERGISA S.A.**

CNPJ nº 00.864.214/0001-06

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.) <sup>(1)</sup>	(Taxa efetiva de SWAP) (% a.a.) <sup>(2)</sup>	Garantias <sup>(3)</sup>	Covenants <sup>(4)</sup>
	2025	2024										
Debêntures 22ª Emissão 2ª Série	263.702	263.034	15/12/2024	262.000 / 262.000	CDI + 0,95%	-	dez/31	Final	15,27%	-	A	2
Debêntures 22ª Emissão 3ª Série	209.633	200.729	15/12/2024	200.000 / 200.000	IPCA + 7,03%	CDI-0,67%	dez/31	Final	11,29%	13,65%	A	2
Debêntures 23ª Emissão Série Única	831.745	-	25/03/2025	800.000 / 800.000	CDI + 0,75%	-	mar/30	Final	15,07%	-	A	2
Debêntures 24ª Emissão Série Única	365.545	-	15/05/2025	360.000 / 360.000	PRE + 13,70%	CDI+0,16%	mai/32	Final	13,70%	14,16%	A	2
Debêntures 25ª Emissão 1ª Série	565.540	-	15/09/2025	550.000 / 550.000	IPCA + 7,10%	CDI+0,22%	set/35	Final	11,36%	14,10%	A	2
Debêntures 25ª Emissão 2ª Série	462.523	-	15/09/2025	450.000 / 450.000	IPCA + 6,95%	CDI+0,16%	set/40	Final	11,21%	14,16%	A	2
Debêntures 26ª Emissão 1ª Série	200.644	-	15/10/2025	198.000 / 198.000	IPCA + 7,23%	CDI-0,25%	out/35	Final	11,49%	14,07%	A	2
Debêntures 26ª Emissão 2ª Série	133.741	-	15/10/2025	132.000 / 132.000	IPCA + 7,11%	CDI-0,19%	out/40	Final	11,37%	14,13%	A	2
(-) Custos de captação	(94.778)	(8.698)										
<b>Total EMT</b>	<b>5.656.863</b>	<b>3.303.112</b>										
EMR												
Debêntures 10ª Emissão	-	23.534	15/09/2018	50.000 / 50.000	IPCA + 5,08%	-	set/25	Final	9,34%	-	A	1
Debêntures 11ª Emissão 2ª Série	36.296	36.244	10/06/2019	36.000 / 36.000	CDI + 0,83%	-	jun/26	Final	15,15%	-	A	1
Debêntures 14ª Emissão	63.449	62.617	22/08/2022	60.000 / 60.000	CDI + 1,60%	-	ago/27	Final	15,92%	-	A	2
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	63.449	27.464	15/02/2023	26.300 / 26.300	CDI + 1,15%	-	fev/25	Final	15,47%	-	A	1
Debêntures 18ª Emissão Única	191.222	190.556	15/12/2024	190.000 / 190.000	CDI + 0,80%	-	dez/29	Final	15,12%	-	A	2
Debêntures 19ª Emissão 1ª Série	161.123	-	15/10/2025	159.000 / 159.000	IPCA + 7,23%	CDI - 0,25%	out/35	Final	11,49%	14,07%	A	NA
Debêntures 19ª Emissão 2ª Série	107.398	-	15/10/2025	106.000 / 106.000	IPCA + 7,11%	CDI - 0,19%	out/40	Final	11,37%	14,13%	A	2
(-) Custos de captação	(10.812)	(248)										
<b>Total EMR</b>	<b>548.676</b>	<b>340.167</b>										
ETO												
Debêntures 4ª Emissão	-	112.963	15/09/2018	240.000 / 240.000	IPCA + 5,08%	-	set/25	Final	9,34%	-	A	1
Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	163.766	163.534	10/06/2019	162.404 / 162.404	CDI + 1,15%	-	jun/26	Final	15,47%	-	A	1
Debêntures 9ª Emissão	209.043	209.043	15/02/2023	200.000 / 200.000	CDI + 1,40%	-	fev/25	Final	15,72%	-	A	2
Debêntures 12ª Emissão Série Única	337.471	-	25/02/2025	320.000 / 320.000	CDI + 1,00%	-	fev/30	Final	15,32%	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão Série Única	408.707	-	15/05/2025	400.000 / 400.000	IPCA + 7,30%	CDI + 0,078%	mai/35	Final	11,56%	14,40%	A	2
(-) Custos de captação	(12.878)	(603)										
<b>Total ETO</b>	<b>897.066</b>	<b>484.937</b>										
ESS												
Debêntures 4ª Emissão	-	32.948	15/09/2018	70.000 / 70.000	IPCA + 5,08%	-	set/25	Final	9,34%	-	A	1
Debêntures 5ª Emissão	-	62.654	15/02/2020	60.000 / 60.000	CDI + 1,15%	-	fev/25	Final	15,47%	-	A	1
Debêntures 7ª Emissão	100.037	95.838	15/01/2022	81.000 / 81.000	IPCA + 6,10%	CDI + 0,814%	jan/32	Final	10,36%	15,13%	A	2
Debêntures 8ª Emissão	126.897	125.233	22/08/2022	120.000 / 120.000	CDI + 1,60%	-	ago/27	Final	15,92%	-	A	2
Debêntures 12ª Emissão	173.076	170.693	04/09/2024	165.000 / 165.000	CDI + 0,80%	-	set/29	Final	15,12%	-	A	2
Debêntures 14ª Emissão	204.354	-	15/05/2025	200.000 / 200.000	IPCA + 7,30%	CDI + 0,055%	mai/35	Final	11,56%	14,38%	A	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	145.923	-	15/10/2025	144.000 / 144.000	IPCA + 7,23%	CDI - 0,25%	out/35	Final	11,49%	14,07%	A	NA
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	97.266	-	15/10/2025	96.000 / 96.000	IPCA + 7,11%	CDI - 0,19%	out/40	Final	11,37%	14,13%	A	2
(-) Custos de captação	(17.641)	(129)										
<b>Total ESS</b>	<b>829.912</b>	<b>487.237</b>										
EFE												
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	-	105.062	15/12/2018	75.500 / 75.500	IPCA + 4,92%	-	dez/25	Final	9,18%	-	F	1
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	74.753	71.618	15/12/2018	51.462 / 51.462	IPCA + 5,14%	105,15% CDI	dez/28	Final	9,40%	15,06%	F	1
Debêntures 1ª Emissão 3ª Série	-	171.217	15/12/2018	123.038 / 123.038	IPCA + 4,98%	-	dez/25	Final	9,24%	-	F	1
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	79.059	75.746	15/10/20	57.400 / 57.400	IPCA + 4,23%	-	out/27	Final	8,49%	-	A	2
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	113.824	109.053	15/10/2020	82.600 / 82.600	IPCA + 4,47%	CDI - 1,54%	out/30	Final	8,73%	12,78%	A	2
(-) Custos de captação	(1.774)	(2.692)										
<b>Total EFE</b>	<b>265.862</b>	<b>529.999</b>										
ERO												
Debêntures 9ª Emissão	288.813	286.710	15/04/2024	280.000 / 280.000	CDI + 0,85%	-	abr/29	Final	15,17%	-	A	2
Debêntures 12ª Emissão 1ª Série	350.764	349.359	15/12/2024	348.500 / 348.500	CDI + 0,95%	-	dez/29	Final	15,27%	-	A	2
Debêntures 12ª Emissão 2ª Série	51.838	51.629	15/12/2024	51.500 / 51.500	CDI + 1,10%	-	dez/31	Final	15,42%	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão	294.467	-	15/05/2025	290.000 / 290.000	PRE + 13,70%	CDI - 0,16%	mai/32	Final	13,70%	14,16%	A	2
Debêntures 14ª Emissão 1ª Série	267.545	-	15/10/2025	264.000 / 264.000	IPCA + 7,29%	CDI - 0,20	out/35	Final	11,55%	14,12%	A	2
Debêntures 14ª Emissão 2ª Série	178.335	-	15/10/2025	176.000 / 176.000	IPCA + 7,17%	CDI - 0,16%	out/40	Final	11,43%	14,16%	A	2
(-) Custos de captação	(26.427)	(811)										
<b>Total ERO</b>	<b>1.405.335</b>	<b>686.887</b>										
EAC												
Debêntures 6ª Emissão	140.910	140.553	15/12/2024	140.000 / 140.000	CDI + 0,95%	-	dez/29	Final	3,22%	-	A	2
(-) Custos de captação	(547)	(464)										
<b>Total EAC</b>	<b>140.363</b>	<b>140.089</b>										
ALSOL												
Debêntures 2ª Emissão	-	134.910	15/03/2021	130.000 / 130.000	CDI + 2,35%	-	mar/25	Final	16,67%	-	A	NA
(-) Custos de captação	-	(49)										
<b>Total ALSOL</b>	<b>-</b>	<b>134.861</b>										
LTTE												
Debêntures 5ª Emissão	483.072	489.540	15/10/2020	410.000 / 410.000	IPCA + 5,09%	-	out/38	Final	9,35%	-	A	2
(-) Custos de captação	(22.394)	(24.139)										
<b>Total LTTE</b>	<b>460.678</b>	<b>465.401</b>										
LXTE												
Debêntures 1ª Emissão <sup>(7)</sup>	422.701	466.274	27/01/12	602.447.753 / 602.447.753	TJLP + 1,00%	-	out/30	Semestral a partir de out/22	9,67%	-	R + S + B	ICSD
Debêntures 2ª Emissão	160.277	159.432	15/03/2021	120.000 / 120.000	IPCA + 5,83%	-	out/36	Semestral a partir de abr/23	10,09%	-		2
(-) Custos de captação	(8.722)	(10.122)										
<b>Total LXTE</b>	<b>574.256</b>	<b>615.584</b>										
(Debêntures 2ª Emissão)												
<b>Total LXTE</b>	<b>574.256</b>	<b>615.584</b>										
LMTE												
Debêntures 1ª Emissão <sup>(7)</sup>	397.693	438.687	27/01/12	569.568.025 / 569.568.025	TJLP + 6,00%	-	out/30	Semestral a partir de out/22	9,67%	-	SG	ICSD
(-) Custos de captação	(4.751)	(5.733)										
<b>Total LMTE</b>	<b>392.942</b>	<b>432.954</b>										
<b>TOTAL</b>	<b>29.432.526</b>	<b>20.002.491</b>										
(-) Custos de captação (déb. Espelho)	(121.422)	(200.558)										
(-) Custos de captação (déb. Não espelho)	(418.022)	(106.164)										
<b>Total dos (-) Custos de captação</b>	<b>(539.444)</b>	<b>(306.722)</b>										
Marcação à Mercado de Dívida	(365.333)	(900.755)										
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>28.527.749</b>	<b>18.795.014</b>										
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>28.527.749</b>	<b>18.795.014</b>										

(1) R = Recebíveis, A = Aval Energisa S/A, F = Fiança e SG = Sem Garantia, S = Seguro; B = CRSD equivalente aos últimos 6 meses de serviço da dívida. Penhor de 100% das ações das concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas. (2) Eliminado para fins de consolidação. (3) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 2025. (4) Condições de covenants: As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os listados abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado Covenants <sup>(1)</sup>	(2) Menor ou igual a 4,0x de março de 2021 para emissões até março de 2021	Trimestral e Anual
(1) EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.	(2) Menor ou igual a 4,25x até o vencimento para as demais emissões	

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 2025, as exigências contratuais foram cumpridas. Para as debêntures da LTTE e LXTE, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis: Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,20, apurado anualmente, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas. Na última data de mensuração, em 31 de dezembro de 2025, as exigências contratuais foram cumpridas. (5) Os contratos possuem proteção de swap e são avaliados a valor justo, conforme demonstrados na nota explicativa nº 34. (6) Em 2025, foram baixadas 2.750.259 debêntures, liquidando o financiamento e o valor total de R\$3.202.398, correspondente ao principal e aos juros. (7) As debêntures da 1ª emissão das controladas indiretas LXTE e LMTE possuem cláusulas de conversibilidade das ações e garante a estas controladas o direito de comprar estas mesmas ações, a qualquer tempo, pelo preço de conversão das ações, conforme condições descritas na escritura pública de emissão das debêntures. As controladas mensuraram o valor justo do instrumento de opção de compra, conforme definido na escritura das debêntures, e na melhor estimativa efetuada pela Administração das controladas, em 2025, não há montante a reconhecer deste instrumento. **Vencimentos:** Em 2025, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2027	28	



**ENERGISA S.A.**  
CNPJ nº 00.864.214/0001-06

Empresa	Tipo	Processo	Objeto	2025	2024
LMTE/GEMINI	Ações consumeristas - Apagão Amapá	5/N	Discute demandas de cunho indenizatório decorrentes de prejuízos oriundos do incidente do dia 03 de novembro de 2020, devido a ocorrência de um curto-circuito interno culminou no incêndio do Transformador 01 - 230/69/13,8 kV (7TR01) da Subestação Macapá (SE Macapá), e, por sobrecarga, no desligamento automático do Transformador 03 - 230/69/13,8 kV (7TR03). Processo teve o valor alterado após reavaliação de risco realizada pelo consultor jurídico.	78.567	112.288
LMTE	Ação Criminal	1008725-07.2020.4.01.3100	Em curso na 4ª Vara Federal Criminal de Macapá, foi instaurado pela Polícia Federal do Amapá para apurar possível(is) ocorrência(s) prevista(s) no(s) artigos 250, §2º (incêndio culposo), e artigo 265 (atentar contra a segurança ou funcionamento de serviço de utilidade pública) do Código Penal Brasileiro, além de outras que porventura sejam constatadas no curso da investigação, também relacionadas ao apagão, teve o prognóstico alterado de possível para remoto. Em abril 25 foi proferida decisão para o arquivamento da ação. Processo encerrado sem ônus para LMTE.	-	78.571
LMTE	Ação Civil Pública Apagão	1001396-65.2025.4.01.3100	Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal, envolvendo discussão sobre a interrupção no fornecimento de energia elétrica, ocorrida em 2020, no Estado do Amapá	103.898	100.000

**Fiscal:** As ações de natureza fiscal e tributárias referem-se basicamente às discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (iv) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (v) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica alocados no ativo permanente da empresa; (vi) escrituração de documento fiscal; (vii) multa não escrituração CIAP; (viii) ICMS em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda; (ix) os reflexos das perdas não técnicas na base de cálculo do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL; (x) exigência de IOF em decorrência de operações de adiamento para futuro aumento de capital - AFAC; (xi) ISS sobre a suposta contratação de serviços para construção de linha de transmissão de energia elétrica; (xii) PERDCOMP sobre restituição de crédito advindo de saldo negativo de CSLL. **Principais processos:**

Empresa	Tipo	Processo	Objeto	2025	2024
Companhia	Execução Fiscal	1003121-36.2020.4.01.3821	Trata-se de processo no qual se discute a exigência de IOF em operações de AFAC, em razão da Receita Federal do Brasil sustentar que a operação seria, em verdade, mútuo realizado com subsidiárias. Processos teve o prognóstico alterado de remoto para possível após reavaliação de risco.	98.886	-
EMR	Execução Fiscal	0087729-97.2016.8.13.0153	Discussão sobre ICMS exigido em razão da quebra do diferimento.	54.469	46.383
EMR	Procedimento Administrativo	13136.72006/2020-19	Trata-se de auto de infração de IRPJ e CSLL, referente a 2015/2016, de operações por contratos de SWAP, que não teria a finalidade de hedge e tratamento regulado pelo art. 77 da Lei 8981/95. Processo teve o prognóstico alterado após reavaliação de risco realizada pelo consultor jurídico.	65.471	-
ESE	Auto de Infração	0801303-84.2019.4.05.8500	Discute a base de cálculo IRPJ/CSLL envolvendo valor da receita oriunda de recomposição tarifária extraordinária-RTe. O processo teve seu prognóstico alterado para remoto, baseado na reavaliação de assessores jurídicos.	-	116.609
ESE	Auto de Infração	201942403	O Estado de Sergipe sustenta a suposta falta de recolhimento de ICMS incidente sobre operações de vendas de energia elétrica ao órgão da administração pública direta e suas fundações e autarquias. Este processo teve prognóstico alterado para remoto, após decisão proferida pelo judiciário.	-	52.405
ESE	Execução Fiscal	0029302-74.2018.8.25.0001	Discussão sobre suposto aproveitamento indevido de créditos de ICMS (imobilizado - CIAP), decorrente da aquisição de mercadorias, bens e serviços não vinculados à atividade de distribuição de energia	30.302	26.583
EPB	Auto de Infração	93300008-09.00002840/2021-87	Discute não recolhimento de ICMS sobre operações de fornecimento de energia elétrica, supostamente declaradas como isentas.	43.171	37.873
EPB	Auto de Infração	10480.729848/2019-31	Discute anulação de multa envolvendo discussão sobre impactos nas apurações de PIS/COFINS e IRPJ/CSLL das perdas não técnicas.	42.256	37.070
EMS	Execução Fiscal	5009015-61.2019.4.03.6000	Ação proposta pela Energisa Mato Grosso do Sul para discussão sobre cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que foram restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL. Processo com prognóstico remoto, após reavaliação do risco realizada pelo consultor jurídico.	-	107.450
EMT	Execução Fiscal	0010774-95.2017.4.01.3600	Envolve discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da EMT no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, ocorrido em 2011, com a respectiva perda dos benefícios concedidos. Processo teve o prognóstico alterado de possível para remoto, após decisão proferida pelo TRF.	-	170.314
EMT	Processo administrativo	14094.720008/2018-36	Relacionado a uma homologação das alterações realizadas nas DCTF do período de 2014 a 2016.	132.990	116.669
EMT	Processo administrativo	14041.720061/2020-77	Proposto pela Receita Federal para discussão sobre IRPJ, CSLL, PIS E COFINS sobre perdas não técnicas.	39.524	34.674
EMT	Execução fiscal	1026238-64.2022.8.11.0041	Processo envolvendo discussão sobre recolhimento de ICMS DIFAL.	79.482	69.727
ESS	Auto de Infração	4.034.268-2	Questionamento sobre a incidência de ICMS sobre valores recebidos a título de subvenção econômica da subclasse Baixa Renda (ICMS da subclasse baixa-renda 2008/2009, cujo valor é depositado em ação coletiva	36.146	31.710
ESS	Auto de Infração	4.140.041-0	Auto de infração lavrado em razão do suposto creditamento indevido de ICMS, mediante escrituração em seu registro de entradas de notas fiscais emitidas a título de apropriação de crédito pela aquisição de bens integrados ao Ativo Imobilizado (CFOP 1.604), sem comprovação de origem, pois não localizados os documentos fiscais e/ou seus itens correspondentes. Discussão encerrada na esfera administrativa e iniciada na esfera judicial no processo 1076078-82.2025.8.26.0053.	-	23.892
ERO	Auto de Infração	10240-722.819/2020-12	Reduziu o valor de prejuízo fiscal (IRPJ) e base de cálculo negativa de CSLL, referente à glosa de despesa relacionada às perdas não técnicas do período de 2016 e 2017.	567.249	497.633
ERO	Auto de Infração	10240-721.054/2020-95	Referente à cobrança de supostos débitos da contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social ("COFINS") decorrentes da glosa de créditos das contribuições relacionadas às perdas não técnicas e da incidência das contribuições sobre os valores recebidos a título de reembolso da CCC (Conta de Consumo de Combustível). Em 2025, o processo foi liquidado compensando prejuízo fiscal da controlada, impactando o resultado na linha de despesa com pise e cofins no montante de R\$107.186, sem juros e multa, conforme acordo.	-	349.374
ERO	Auto de Infração	7006275-51.2023.8.22.0000	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito de óleo diesel do ano de 2016. Processo teve o prognóstico e a estimativa de valor envolvido alterados passando para risco provável após reavaliação do risco e expectativa de perda realizada pelo consultor jurídico.	-	254.804
ERO	Auto de Infração	20202700100099	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito de óleo diesel do ano de 2016. Processo teve o prognóstico encerrado administrativamente após propositura da ação judicial 7002079-67.2025.8.22.0000.	-	84.403
ERO	Execução Fiscal	7002079-67.2025.8.22.0000	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito de óleo diesel do ano de 2016. Processo teve o prognóstico alterado de remoto para possível, após encerramento da discussão na esfera administrativa.	95.068	-
ERO	Auto de Infração	7006273-81.2023.8.22.0000	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito de óleo diesel do ano de 2015. Processo teve o valor alterado, em função da aplicação da taxa Selic para atualização de débitos fiscais conforme regulamento do estado de Rondônia.	48.075	63.791
ERO	Auto de Infração	10280-731.896.2023-21	Decorrente da glosa de créditos IRPJ/CSLL das contribuições relacionadas às perdas não técnicas.	39.458	34.616
ERO	Execução Fiscal	7006272-96.2023.8.22.0000	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito de óleo diesel do ano de 2014. Processo teve o prognóstico e a estimativa de valor envolvido alterados após encerramento da discussão na esfera administrativa, passando para risco provável após reavaliação do risco e expectativa de perda realizada pelo consultor jurídico, passando a compor o total provisionado na execução fiscal.	-	280.793
EAC	Auto de Infração	2535/2002-3842/2011	Processo relacionado a discussão sobre multa de mora envolvendo crédito de ICMS liquidado em 06/12/2005, conforme termo de compromisso.	33.198	29.123
EAC	Auto de Infração	11.314/2018 (2018/81/46743)	Discute questões relacionadas à cobrança de diferença de base de cálculo, diferencial de alíquota, livro CIAP e estorno de crédito de óleo diesel.	74.650	65.489
EAC	Auto de Infração	2019/81/33314 (A1 12.0097)	Lavrado pelo Estado do Acre que formaliza lançamento de crédito tributário de ICMS por "recolhimento a menor de ICMS em relação ao exercício de 2015 decorrente de apropriação indevida de créditos fiscais, diferença na base de cálculo das operações de venda de energia elétrica e recolhimentos mensais inferiores ao devido". De acordo com a fiscalização, a Contribuinte incorreu nas seguintes ocorrências: (i) estornos de créditos de ICMS do Óleo Diesel; (ii) parcela isenta (inc. I do art. 35 da LCE 55/1997); (iii) perda de energia elétrica (V do art. 35 da LCE 55/1997); (iv) valor de venda inferior ao custo de aquisição (inc. V do art. 35 da LCE 55/1997); (v) valor referente a provisão (débito) e compensação (crédito) do diferencial de alíquota; (vi) não homologação da totalidade dos cancelamentos conforme ocorrências verificadas e previstas no § VIII da cláusula primeira do Convênio ICMS nº30/2004, pela verificação de créditos prescritos (§1º do art. 33 da LCE 55/1997), situações que impem a manutenção de tais créditos fiscais na escrituração do contribuinte; (vii) diferenças na base de cálculo em relação a energia elétrica efetivamente vendida ao consumidor final; e (viii) diferença de ICMS a recolher para o exercício de 2015. A controlada apresentou impugnação em 20 de setembro de 2019. Em 06/11/2025 houve o julgamento na 2ª instância administrativa que julgou parcialmente procedente o Recurso voluntário.	53.431	46.874
EAC	Auto de Infração	15.022	Auto de infração lavrado pelo Estado do Acre, envolvendo discussão sobre: (i) diferença na base de cálculo de ICMS (tarifa homologada Aneel) e (ii) não homologação de créditos dos cancelamentos do convênio. 30/04, créditos de CIAP e créditos DIFAL referente ao exercício de 2020. Processo teve o prognóstico alterado após reavaliação de risco realizada pelo consultor jurídico.	32.888	-
EAC	Procedimento Administrativo	39910/2020	Processo envolve questões relacionadas a supostas incorreções no cálculo de ICMS e utilização de créditos fiscais no tocante à: i) apuração dos estornos referentes à aquisição de óleo diesel para fins de produção de energia elétrica, parcela isenta, perda de energia e diferença de valor de venda; ii) incongruência dos valores correspondentes a provisão e compensação do diferencial de alíquota mensalmente apurado; iii) não homologação cancelamentos realizados pelo contribuinte; iv) diferença da base de cálculo em relação à energia produzida e efetivamente vendida ao consumidor final. Processo teve o prognóstico alterado após reavaliação de risco realizada pelo consultor jurídico.	86.545	-
LXTE	Execução Fiscal	0001307-30.2019.8.14.0075	Ajuizada em 12 de fevereiro de 2019 pela prefeitura de Porto do Moz, referente à suposta contratação de serviços para a obra de construção das Linhas de Transmissão que passarão em aquela localidade. A posição da controlada é que os serviços foram prestados através de mão de obra própria, não sendo hipótese de incidência de ISS. O processo ainda aguarda julgamento.	56.629	49.679
DENERGE	Execução Fiscal	0001954-81.2016.4.03.6182	Cobrança de multa isolada no percentual de 75% (setenta e cinco por cento), com fundamento no art. 16, § 2º, da Lei nº 10.833/2003, sob a alegação de que seriam improcedentes compensações pretendidas pela Embargante no período de dezembro de 2003 a dezembro de 2004.	34.457	30.228

**Ambiental:** As controladas indiretas transmissoras de energia elétrica LMTE, LXTE e LTTE estão envolvidas nos processos administrativos relacionados a suposto

descumprimento de condicionantes para o licenciamento. **Regulatória:** As controladas distribuidoras de energia elétrica EMT, EMS, ETO, ESS, ERO e EAC possuem processos junto à ANEEL decorrente principalmente de penalidade aplicada em razão de Autos de Infração oriundos de fiscalizações; e A controlada indireta transmissora de energia elétrica LITE, possui ação envolvendo discussão sobre suposto descumprimento de prazo regulatório. **Principais Processos:**

Empresa	Tipo	Processo	Objeto	2025	2024
LITE	Processo administrativo	48500.006110/2017-27	A ANEEL busca a execução da garantia de fiel cumprimento do contrato em virtude do atraso na entrega do empreendimento. A controlada defende a inoportunidade das condições contratuais para a execução da garantia, tendo em vista a existência de fatos justificadores do atraso.	51.194	58.599

**25. INCORPORAÇÃO DE REDES - CONSOLIDADO**

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO, EMR e ERO até o ano que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrarem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado. Sobre os saldos das incorporações de redes incluem encargos de atualização e mora de acordo com o estabelecido nas resoluções aplicáveis a cada caso. Segue as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2025	2024
<b>Saldos em 2024 e 2023 - circulante</b>	<b>260.471</b>	<b>254.902</b>
Adição no exercício	159.417	168.429
Atualização monetária e juros	40.830	80.238
Pagamentos	(212.496)	(243.098)
<b>Saldos em 2025 e 2024 - circulante</b>	<b>248.222</b>	<b>260.471</b>

**26. OUTROS PASSIVOS**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Participações de empregados e administradores	38.556	35.086	187.885	192.466
Salários a pagar	9.694	8.504	46.183	45.870
Outros benefícios a pagar	1.901	4.898	14.393	42.076
Prêmio de seguros	55	19	12.676	3.986
Créditos de clientes/consumidores <sup>(1)</sup>	9.012	11.311	136.473	221.632
Retenção de caução contratual empreitadas	77	77	35.340	34.392
Taxa fiscalização ANELL - contribuição mensal	-	-	4.398	4.914
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	18.166	18.166
Ressarcimento AIC - Eletrobrás <sup>(2)</sup>	-	-	32.829	68.752
Ressarcimento EBP - Salto Paraíso <sup>(3)</sup>	-	-	57.136	58.548
Bônus de redução voluntária do consumo <sup>(4)</sup>	-	-	5.262	5.339
Provisão para Desmobilização <sup>(5)</sup>	-	-	151.643	139.176
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS <sup>(6)</sup>	-	-	679.610	1.328.698
Outras contas a pagar <sup>(7)</sup>	3.313	2.649	456.139	392.928
<b>Total</b>	<b>62.608</b>	<b>62.544</b>	<b>1.838.133</b>	<b>2.556.943</b>
<b>Circulante</b>	<b>53.523</b>	<b>54.659</b>	<b>871.482</b>	<b>1.130.046</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>9.085</b>	<b>7.885</b>	<b>966.651</b>	<b>1.426.897</b>

<sup>(1)</sup> Inclui o valor do Bônus de Itaipu homologado por meio da Resolução Homologatória nº 3.420, de 26 de novembro de 2024, repassado às Unidades Consumidoras elegíveis ao recebimento, nas faturas de energia emitidas em janeiro de 2025. <sup>(2)</sup> Ressarcimento do Ativo Imobilizado em curso - AIC - Eletrobrás refere-se a parcela a ser ressarcida pelas controladas ERO e EAC à Eletrobrás, prevista no contrato de compra e venda das aquisições do controle acionário, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valorização das bases de remuneração regulatória, homologadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL, que aprovaram a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC, respectivamente, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 13 de outubro de 2020. Os pagamentos foram acordados em 60 parcelas, onde a controlada EAC iniciou o pagamento em outubro de 2021 e a controlada ERO em fevereiro de 2022.

	ERO		EAC		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>Saldos em 2024 e 2023</b>	<b>54.394</b>	<b>80.503</b>	<b>14.358</b>	<b>23.795</b>	<b>68.752</b>	<b>104.298</b>
Pagamento	(32.944)	(34.294)	(10.968)	(11.647)	(43.912)	(45.941)
Atualização financeira - Selic	6.835	8.185	1.154	2.210	7.989	10.395
<b>Saldos em 2025 e 2024</b>	<b>28.285</b>	<b>54.394</b>	<b>4.544</b>	<b>14.358</b>	<b>32.829</b>	<b>68.752</b>
<b>Circulante</b>	<b>24.244</b>	<b>25.105</b>	<b>4.544</b>	<b>8.049</b>	<b>28.788</b>	<b>33.154</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>4.041</b>	<b>29.289</b>	<b>-</b>	<b>6.309</b>	<b>4.041</b>	<b>35.598</b>

<sup>(3)</sup> Refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela controlada EMT a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD"). O saldo é atualizado mensalmente com aplicação da variação do índice IPCA com liquidações mensais, iniciadas em junho de 2016. <sup>(4)</sup> Saldo a repassar aos consumidores das controladas distribuidoras de energia elétrica relacionado Programa de Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia. <sup>(5)</sup> Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - consolidado. Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal - STF decidiu em repercução geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições. Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente tese firmada em Repercução Geral (tema 69) - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS", consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado nas notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69. Transitaram em julgado em seus respectivos Tribunais Federais decisões favoráveis nos processos das subsidiárias, tendo ocorrido no ano de 2019 nos meses de maio, junho e julho referente à EPB, EBO e ETO e, no ano de 2020, nos meses de maio e junho, referente à Companhia Força e Luz do Oeste (empresa incorporada pela ESS em 2017) e ESE. Em 17 de agosto de 2021, 21 de setembro de 2021, 22 de outubro de 2021, 12 de novembro de 2021 e 06 de dezembro de 2021, respectivamente, transitaram em julgado as ações judiciais propostas pelas controladas ESS (incorporada EBR), EMT, ERO, EAC e EMR (nova denominação social da EMG, incorporou ENF). Em 14 de fevereiro de 2022 transitou em julgado a ação da controlada Companhia Nacional de Energia Elétrica (empresa incorporada pela ESS em 2017). Os demais processos nos quais são discutidos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS estão em andamento. Amparada nas avaliações de seus assessores jurídico e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021-ME, as controladas reconheceram os passivos relacionados, líquidos de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. Em 27 de junho de 2022 foi promulgada a Lei 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica. O Art 3º da referida Lei também prevê que a Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionadas às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica devedora dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB"). A destinação dar-se-á em nos processos tarifários anuais, pós ao requerimento realizado perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB"). O resumo dos impactos são como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Saldos em 2024 e 2023</b>	<b>1.328.698</b>	<b>1.933.861</b>
Atualização financeira	55.114	107.722
Repasses de custos com honorários, consultoria e tributos	(2.798)	(4.546)
Baixa Trânsito em Julgado EVP <sup>(8)</sup>	(29.314)	(5.466)
Baixa ERO e EAC	(9.657)	(708.339)
(9) Transfêrencia para passivo financeiro setorial - repasse aos Consumidores	(662.433)	(679.810)
<b>Saldos em 2025 e 2024</b>	<b>679.810</b>	<b>1.328.698</b>
<b>Circulante</b>	<b>275.505</b>	<b>404.823</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>404.105</b>	<b>923.875</b>

<sup>(8)</sup> Valores estimados de uma desmobilização dos ativos de geração que serão incorridos pelas controladas na desmontagem de equipamentos e recuperação/restauração do site onde se encontram instalados as usinas fotovoltaicas, quando do encerramento dos contratos de arrendamentos. A estimativa foi mensurada com base no valor presente dos custos esperados para a ligação a obrigação, utilizando uma taxa de desconto que reflete o risco do negócio, com base na melhor estimativa da Administração. <sup>(9)</sup> Inclui o valor dos créditos relacionados a geração distribuída. <sup>(10)</sup> Em novembro de 2025, a Companhia realizou uma baixa de créditos de PIS e Cofins sobre a base de ICMS devido ao trânsito em julgado do processo nº 5002300-62.2017.4.03.6100, o qual determinou a taxa parcial dos créditos que haviam sido apurados pela Companhia, gerando uma baixa de R\$54.530, sendo R\$29.314 referentes ao registro inicial e R\$ 25.216 referentes a atualização monetária. Para os créditos registrados, a Companhia possuía passivo correspondente, referente aos montantes a serem repassados aos consumidores, o qual também foi baixado na mesma proporção não impactando o resultado da Companhia.

**27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**27.1 Capital social:** O capital social em 2025 é de R\$10.876.550 (R\$7.540.743 em 2024), representando 2.518.367,130 (2.289.424.665 em 2024) ações nominativas, sendo 975.954.372 (887.231.247 em 2024) ações ordinárias e 1.542.412.758 (1.402.193.416 em 2024) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertidas em unidades certificadas de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia é de 383.183.049 (348.310.836 em 2024). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2025, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$588.497, em razão do atingimento do limite legal de parte do saldo de reservas de lucro, mediante a capitalização de parte de reserva de lucro sem a emissão de ações e sem alteração do valor nominal das mesmas. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de novembro de 2025, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 2.747.310, em razão do atingimento do limite legal de parte do saldo de reservas de lucro mediante a capitalização de parte de reserva de lucro, com a emissão de 228.942.467 novas ações, sendo 88.723.125 ações ordin



ENERGISA S.A.

CNPJ nº 00.864.214/0001-06

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas controladas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda		Incentivo fiscal de Reinvestimento	
			2025	2024	2025	2024
EPB	SUDENE	20/2020	102.912	95.836	2.454	8.465
ESE	SUDENE	438/2018	68.089	45.464	-	257
EMT	SUDAM	0176/2023	113.376	150.196	-	1.649
ETO	SUDAM	0150/2023	109.737	73.472	3.796	4.039
EAC	SUDAM	0018/2021	10.074	-	-	-
ERO	SUDAM	0065/2021	73.863	-	-	-
LMTE	SUDAM	0069/2018	4.548	-	-	-
LXTE	SUDAM	204/2018	5.744	-	-	-
Total			<b>488.343</b>	<b>364.968</b>	<b>6.250</b>	<b>14.410</b>

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica "Imposto de renda e contribuição social corrente" no consolidado e foram destinados à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido das controladas. **27.10 Outros resultados abrangentes:** Refere-se a contabilização dos planos de benefícios a empregados líquidos de impostos, da Companhia e suas controladas. Os referidos saldos estão contabilizados em atendimento ao CPC 26 (IAS 01) - Apresentação das demonstrações contábeis. Segue movimentação realizada nos exercícios:

	2025	2024
<b>Saldos em 2024 e 2023</b>	<b>(67.285)</b>	<b>(108.984)</b>
Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego (reflexo)	24.616	41.699
<b>Saldos em 2025 e 2024</b>	<b>(42.669)</b>	<b>(67.285)</b>

**27.11 Participação de acionistas não controladores:** Movimentação da participação de acionistas não controladores:

Participação acionária e no capital votante	Saldo acionistas em 2024	Resultado atribuído aos acionistas não controladores		Outros resultados abrangentes		Aumento/(Redução) de capital e Alienação de ações		Transações entre sócios e ILP		Saldo em 2025
		Dividendos	Prescritos	Dividendos	Prescritos	Aumento/(Redução) de capital e Alienação de ações	Transações entre sócios e ILP			
EMT	2,31%	101.542	19.114 (27.763)	19	78	-	40	-	93.030	
ETO	23,33%	311.382	100.686 (68.429)	-	471	-	250	-	344.360	
EMS	0,07%	851	234 (295)	-	5	-	1	-	796	
Rede Power (2)	0,00%	46	13 -	-	-	-	(59)	-	-	
CTCE	0,00%	(52)	(2)	-	-	-	54	-	-	
MULTI	0,10%	33	20 (10)	2	-	-	-	-	45	
REDE	0,20%	10.429	2.952 (2.599)	-	34	-	1.537	-	12.353	
ERO	0,49%	21.360	3.288 0	-	8	-	(3.902)	-	20.754	
EAC	0,23%	6.993	(10) (15)	-	-	-	(989)	-	5.979	
ESS	0,74%	4.680	1.041 (248)	1	32	-	4	-	5.510	
EPM (3)	0,00%	3.017.173	478.682 (716.443)	-	(126)	(1.313.650)	(1.465.636)	-	-	
DENERGE (2)	0,00%	591	169 -	-	-	-	(760)	-	-	
NOVA DNERGE (3)	0,01%	-	(4)	-	1	366	64	-	427	
GEMINI	31,62%	200.899	22.650 (6.854)	-	(1)	-	6	-	216.700	
ALSOL	10,30%	80.076	(8.564)	-	-	-	665	-	72.177	
AGRIC	16,67%	10.726	(1.315)	-	-	-	-	-	9.411	
LUREAN	48,00%	-	565 -	-	-	15.857	-	-	16.422	
EPNE	45,00%	726.285	255.405 (174.693)	-	822	-	32.517	-	840.336	
CLARKE	29,96%	2.288	(1.738)	-	-	-	320	-	870	
EDGNE (2)	49,00%	368.422	52.447 (41.297)	-	-	-	(3.217)	-	346.955	
Total		<b>4.863.724</b>	<b>925.633 (1.038.646)</b>	<b>22</b>	<b>1.324</b>	<b>(1.297.427)</b>	<b>(1.468.505)</b>	<b>1.986.125</b>		

(1) Em 17 de setembro de 2025, houve a redução de capital social na controlada EPM, restituído, em moeda corrente ao acionista minoritário na proporção de suas participações societárias, o montante de R\$ 279.300, conforme acordo de investimento e em dezembro de 2025 o acionista minoritário alienou a titularidade das suas ações preferências a Companhia, passando a EPM ser 100% da Energisa S/A, no montante de R\$ 1.034.350; (2) Companhias incorporadas: Rede Power incorporada pela Rede Energia e EDGNE incorporada pela EDG; (3) Em novembro de 2025, a controlada Energisa Transmissão de Energia S/A alienou as ações da Nova Denerge (antiga Nova Gemini) para Energisa S/A, subseqüentemente, em 29 de novembro de 2025, a Energisa S/A aumentou o capital social da Nova Denerge no montante de R\$ 2.559.399, mediante a contribuição de 776.438 (setecentas e setenta e seis mil, quatrocentos e trinta e oito) ações de emissão da Denerge de titularidade da Energisa, representativas de 99,99% do capital social da Denerge. Em virtude dessa transação, a Denerge passou a ser controlada pela Nova Denerge, e a Nova Denerge pela Energisa S/A.

Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2023	Resultado atribuído aos acionistas não controladores		Outros resultados abrangentes		Transações entre sócios		Aumento de Capital		Saldo em 2024
		Dividendos	Prescritos	Dividendos	Prescritos	Aumento de Capital	Transações entre sócios			
EMT	2,30%	91.025	24.110 (13.874)	21	286	(5)	-	-	101.542	
ETO	23,33%	269.756	87.761 (48.426)	-	2.265	26	-	-	311.382	
EMS	0,07%	851	363 (369)	-	6	-	-	-	851	
Rede Power	0,01%	47	21 (22)	-	-	-	-	-	46	
CTCE	0,02%	(48)	(4)	-	-	-	-	-	(52)	
MULTI	0,10%	20	13	-	-	-	-	-	33	
REDE	0,25%	9.755	3.609 (3.018)	-	83	-	-	-	10.429	
ERO	0,76%	12.262	7.052 -	-	(6)	2.052	-	-	21.360	
EAC	0,63%	10.496	208 -	-	-	(3.711)	-	-	6.993	
ESS	0,74%	4.595	1.099 (1.091)	-	77	-	-	-	4.680	
EPM	55,00%	3.147.486	582.716 (677.328)	8.227	(43.928)	-	-	-	3.017.173	
DENERGE	0,02%	481	238 (134)	-	6	-	591	-	-	
GEMINI	31,62%	180.110	18.098 2.689	-	-	2	200.899	-	-	
ALSOL	0,10%	82.124	(1.803)	-	1	(246)	-	-	80.076	
AGRIC	0,17%	9.226	(402)	-	-	1.902	-	-	10.726	
EPNE	45,00%	-	98.019 (23.279)	-	(2.787)	(345.668)	1.000.000	-	726.285	
CLARKE	29,96%	-	(1.482)	-	-	(3.752)	7.522	-	2.288	
EDGNE (1)	49,00%	-	26.988 (19.800)	-	-	361.234	-	-	368.422	
Total		<b>3.818.186</b>	<b>846.604 (784.652)</b>	<b>8.158</b>	<b>(32.094)</b>	<b>1.007.522</b>	<b>4.863.724</b>			

(1) Refere-se à participação já existente do acionista não controlador na Norgás, no contexto da operação de aquisição da EDGNE, que detém as participações societárias em distribuidoras de gás canalizado.

## 28. RECEITA OPERACIONAL

### 28.1 Receita operacional bruta – controladora

	2025	2024
Receita operacional		
Serviços especializados (1)		454.472
Deduções à receita operacional		418.440
PIS		(7.474)
COFINS		(34.425)
ISS		(11.640)
Receita operacional líquida		<b>369.347</b>

(1) Refere-se aos serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos prestados às controladas.

### 28.2 Receita operacional – consolidada

	2025		2024	
	Nº de consumidores (1)	MWh (1+2)	Nº de consumidores (1)	MWh (1+2)
Residencial	7.684.840	16.082.709	15.365.971	7.451.283
Industrial	39.037	907.786	1.033.280	39.039
Comercial	547.439	4.104.120	4.534.228	553.754
Rural	634.174	3.020.030	2.986.229	649.937
Poder público	79.316	1.954.410	1.851.849	77.372
Iluminação pública	9.833	1.439.627	831.611	8.346
Serviço público	10.950	684.990	587.786	10.366
Consumo próprio	1.795	46.717	-	1.796
<b>Subtotal</b>	<b>9.007.384</b>	<b>28.240.389</b>	<b>27.190.954</b>	<b>8.791.893</b>
Suprimento de energia a concessionárias	2	2.426.605	783.236	2.496.634
Fornecimento não faturado líquido	-	(69.007)	138.252	(2.090)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	9.709	-	4.129.618	6.243
Energia comercializada com clientes livres	-	9.969.516	1.959.646	8.369.240
Receita de construção da infraestrutura	-	-	5.383.701	-
Receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão	-	-	72.841	-
Ganhos/perdas de eficiência implementação da infraestrutura	-	-	28.639	-
Receita das margens da obrigação de performance da construção	-	-	51.957	-
Remuneração do ativo de contrato - transmissão de energia elétrica	-	-	795.346	-
Serviços especializados	-	-	561.631	-
Penalidades regulatórias	-	-	(161.786)	-
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	630.301	-
Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	-	-	2.590.504	-
Subvenções vinculadas ao serviço concedido (CDE e baixa-renda)	-	-	3.303.982	-
Receita atividade de distribuição gás canalizado (1)	-	-	830.737	-
Outras receitas operacionais (2)	-	-	412.072	-
<b>Total – receita operacional bruta</b>	<b>9.017.095</b>	<b>40.567.503</b>	<b>48.701.638</b>	<b>8.798.138</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>				
ICMS	-	-	5.833.706	-
PIS	-	-	615.932	-
COFINS	-	-	2.836.954	-
CPRB	-	-	5.207	-
ISS	-	-	38.906	-
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	116.174	-
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	-	-	25.622	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	-	3.607.766	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	-	-	58.404	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	51.068	-
Ministério de Minas e Energia - MME	-	-	25.541	-
Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica – TFSEE	-	-	45.005	-
<b>Total – deduções da receita operacional</b>			<b>13.260.285</b>	
<b>Total – receita operacional líquida</b>	<b>9.017.095</b>	<b>40.567.503</b>	<b>35.441.353</b>	<b>8.798.138</b>

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes. (2) **MWh:** refere-se ao mercado cativo, sem a parcela compensada de MMDG do tipo II/III. (3) Do total Receita de construção da infraestrutura da concessão, o montante de R\$5.006.832 (R\$4.859.982 em 2024) refere-se a receita de construção das controladas distribuidoras de energia elétrica, R\$262.615 (R\$498.157 em 2024) refere-se a receita de construção das controladas transmissoras de energia elétrica e R\$114.254 (R\$79.880 em 2024) refere-se a receita de construção da controlada distribuidora de gás. Adicionalmente, o total do custo de construção do seguimento de distribuição de energia elétrica e gás é o mesmo valor da receita de construção dos seguimentos. (4) Receita da atividade de distribuição de gás canalizado, incluindo receita de construção.

	2025		2024	
	Volume (mil m³) (1)	R\$	Volume (mil m³) (1)	R\$
Receita Bruta				
Residencial Individual	796	5.807	662	5.000
Residencial Coletivo	6.028	36.767	5.514	33.436
Industrial (2)	658.363	575.050	603.754	1.723.524
Comercial	4.649	25.610	4.234	24.179
Climatização	162	1.187	107	449
Materia Prima (3)	13.874	283	12.601	37.701
Cogeração	-	-	443	1.750
Veicular	19.640	61.842	23.164	86.541
Térmica	88.864	91.532	40.398	40.324
Serviços prestados de assistência técnica	-	-	230	3.778
Encargos de capacidade (Ship or pay)	-	-	1.973	-
Receita variação de tarifa ToP recuperável de clientes	-	-	5.412	-
Receita de construção	-	-	114.254	-
Conta Gráfica - Custo gás natural na tarifa	-	-	2.025	-
Custo da disponibilidade - PRC das usinas térmicas	-	-	3.833	-
Encargos de capacidade (Mercado Livre) (4)	-	-	18.244	-
Custo de capacidade de Distribuição (5)	-	-	1.444	-
Abatimentos	-	-	(502)	-
<b>Totais – receita operacional bruta</b>	<b>792.376</b>	<b>944.991</b>	<b>690.877</b>	<b>2.055.587</b>
<b>Deduções da Receita Operacional</b>				
ICMS	-	-	(69.520)	-
PIS	-	-	(12.615)	-
COFINS	-	-	(58.108)	-
ISS	-	-	(9.158)	-
<b>Totais – deduções da receita operacional</b>			<b>(149.401)</b>	
<b>Totais – receita operacional líquida</b>	<b>792.376</b>	<b>795.590</b>	<b>690.877</b>	<b>1.627.587</b>

(1) Não examinadas pelos auditores independentes. (2) Receitas contratuais em razão da migração de clientes para o mercado livre. (3) A retração dos valores de receita em relação ao ano de 2025, ocorreu em razão do reflexo da migração de clientes para o mercado livre. (4) Inclui a receitas de aluguel mútuo de poste, serviços taxados, comissão de administração e outras. (5) Receita da atividade de distribuição de gás canalizado, incluindo receita de construção.

## 29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora		Consolidado	
	Prestado a Terceiros	Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	2025	2024
Pessoal e administradores	212.574	58.613	271.187	253.750
Programa de remuneração variável (ILP)	-	2.897	2.897	1.203
Benefícios pós emprego	877	6.137	7.014	6.298
Material	2.335	1.862	4.197	4.072
Serviços de terceiros	39.926	49.196	89.122	75.644
Depreciação e amortização				



**ENERGISA S.A.**  
CNPJ nº 00.864.214/0001-06

Unibanco S/A ("Itaú") regulando o tempo e condições gerais para o ingresso da instituição financeira como acionista preferencialista no quadro acionário da controlada EPM. O acordo previa que a Companhia detinha o direito de recompra da totalidade das ações preferenciais de emissão da EPM, o qual poderia ser exercida entre o 1º de fevereiro de 2027 e 31 de dezembro de 2032, como também definia que todo e qualquer dividendo, fosse pago primeiramente as ações preferenciais, até que o total pago correspondesse 55% do lucro líquido auferido pela EPM, conforme acordo de acionistas. Em 12 de dezembro de 2025, o Itaú e a Companhia celebraram o contrato de compra e venda de ações e outras Avenças ("SPA"), por meio do qual o Itaú alienou, a totalidade das ações preferenciais de sua titularidade da controlada EPM à Companhia, no montante de R\$ 1.034.350, ficando rescindido e totalmente extinto de pleno direito e sem qualquer efeito jurídico para todos os fins, o acordo de acionista vigente até esta data. A Companhia passou a deter 100% da titularidade das ações ordinárias e preferenciais emitidas pela EPM e a baixa do instrumento financeiro – opção de compra de ações correspondente. **Banco Bradesco S/A:** Em 11 de setembro de 2024 a Companhia celebrou acordo de investimento e outras avenças com o Banco Bradesco S/A, regulando os termos e condições gerais para o ingresso do Bradesco como acionista preferencialista no quadro acionário da controlada Energia Participações Nordeste S/A (EPNE). Os direitos e obrigações da Companhia e do Bradesco, na qualidade de acionistas da EPNE, foram disciplinados por meio de acordo de acionistas celebrado entre as partes. O Acordo assegurou, à Companhia, uma opção de compra da totalidade das ações preferenciais de titularidade do Bradesco, exercível entre o 4º (quarto) e o 10º (décimo) aniversário da conclusão da operação, como também definiu que todo e qualquer dividendo, seja pago primeiramente as ações preferenciais, até que o total pago equivalha 45% do lucro líquido auferido pela EPNE. Com a efetivação da operação, o Bradesco passou a ser titular da totalidade das ações preferenciais de emissão da EPNE, correspondentes a 23,64% do seu capital social total. A Companhia, por sua vez, é titular da totalidade das ações ordinárias de emissão da EPNE, passando a deter 76,36% de participação no seu capital total. A mensuração do valor justo destes instrumentos é baseada em dados não observáveis uma vez que, para essas ações, existe uma opção de compra cujo valor é calculado com base no aporte realizado pelo acionista minoritário, corrigido por 100% do CDI acrescido de um spread mensal em seus dividendos distribuídos (strike). O modelo utilizado para mensurar o valor justo das opções de compra é uma variante do modelo de Monte Carlo, geralmente empregada e reconhecida pelo mercado para esse tipo de opção, que oferece a flexibilidade necessária para incorporar todas as condições contratuais. Os dados empíricos desses cálculos foram obtidos de fontes confiáveis e de mercado, tais como o B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e BACEN, sempre que aplicável. O acionista minoritário não detém a opção de venda, sendo que o risco de investimento (*equity risk*) do minoritário está sob o controle da controladora, que exerce ou não a sua opção de compra. Em 2025 os instrumentos financeiros de Nível 3 mensurados a valor justo demonstra o montante de R\$188.183 (R\$1.351.032 em 2024) correspondente ao valor justo apurado pela Administração, reconhecido no resultado financeiro da controladora e no consolidado. **34.2 Categoria dos instrumentos financeiros: Hedge Accounting:** A Companhia e suas controladas efetuam a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo *swap* (instrumento de *hedge*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como *hedge accounting*. Essas operações, assim como as dívidas (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *hedge* de valor justo. Em tais designações de *hedge* a Companhia e suas controladas documentaram: (i) a relação do *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *hedge*. Os contratos de *swap* são designados e efetivos como *hedge* de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o *hedge* foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxa de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como *hedge* foi impactado em R\$535.422 (R\$1.228.881 em 2024) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado. **Fair Value Option:** A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de dívidas contratadas no exercício, para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (*Fair Value Option*) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 2025, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado têm quaisquer ganhos ou perdas, resultantes de sua re-mensuração, reconhecidos no resultado da Companhia. Durante o exercício de 2025, o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$85.220 (devedor) (R\$7.424 devedor em 2024) e reconhecido no resultado financeiro consolidado no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado financeiro.

**34.3 Gerenciamento dos riscos: Administração financeira de risco:** O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas. O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro. **a) Risco de Capital:** O índice de endividamento no final do exercício são:

	Consolidado	
	2025	2024
Dívida (1)	44.896.379	35.517.741
Caixa e equivalentes de caixa	(1.386.005)	(899.139)
<b>Dívida líquida</b>	<b>43.510.374</b>	<b>34.618.602</b>
Patrimônio líquido	19.198.419	17.279.498
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>2,27</b>	<b>2,00</b>

(1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívida (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme, detalhado nas notas explicativas nº 20 e 21.

**b) Risco de liquidez:** A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas. As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados até os vencimentos contratuais originais e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Controladora						
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		51.013	-	-	-	6.881	57.894
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	14,99%	1.701.279	627.221	3.618.071	8.429.573	6.401.352	20.777.496
Instrumentos Financeiros Derivativos		8.206	8.615	24.625	65.898	300.264	407.608
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	-	-	-	(188.183)	(188.183)
<b>Total</b>		<b>1.760.498</b>	<b>635.836</b>	<b>3.642.696</b>	<b>8.495.471</b>	<b>6.520.314</b>	<b>21.054.815</b>

	Consolidado						
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		2.892.486	-	-	-	165.764	3.058.250
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	14,10%	5.418.682	4.997.529	16.450.316	25.613.627	31.025.350	83.505.504
Instrumentos Financeiros Derivativos		318.038	95.852	(150.011)	(33.206)	223.095	453.768
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	40.233	-	-	(170.864)	(130.631)
<b>Total</b>		<b>8.629.206</b>	<b>5.133.614</b>	<b>16.300.305</b>	<b>25.580.421</b>	<b>31.243.345</b>	<b>86.886.891</b>

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pelas distribuidoras de energia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o adiantamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pelas controladas distribuidoras de energia elétrica em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição dessas controladas quanto a variação no custo da energia. **c) Risco de crédito:** A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política. O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber de clientes, consumidores, concessionárias e outros, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes. O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Constituinte, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. Os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber das suas controladas distribuidoras de energia elétrica. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. **Exposição a Riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2024
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	352.524	134.301	1.386.005
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	8.944.119	7.181.014	9.562.086
Clientes, consumidores, concessionárias e outros	7	77.246	79.213	5.194.740
Títulos de créditos a receber	-	25	25	10.684
Ativos financeiros setoriais	10	-	-	1.716.101
Ativo financeiro indenizável da concessão	14	-	-	17.715.205
Instrumentos financeiros derivativos	34	-	37.173	720.187

**d) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio:** As dívidas da Companhia e suas controladas são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações. O montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia e suas controladas em 2025, excluídos os efeitos dos custos com captação, é de R\$45.456.573 (R\$35.850.274 em 2024), e R\$5.877.295 (R\$7.671.617 em 2024) estão representados em moedas estrangeiras conforme notas explicativas nº 20 e nº 21. Para os contratos suscetíveis às variações de moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerre o exercício findo em dezembro de 2025 com redução de 11,14% sobre dezembro de 2024, cotado a R\$5,5024/USD (R\$6,1923/USD em 2024). A volatilidade histórica do dólar norte-americano em dezembro de 2025 era de 10,12%, enquanto em dezembro de 2024 foi de 14,51%. O balanço patrimonial da controladora e o consolidado apresentam os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e às taxas de juros, que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo circulante	-	37.173	117.256	565.220
Ativo não circulante	188.183	1.351.032	791.114	2.596.230
<b>Total do ativo</b>	<b>188.183</b>	<b>1.388.205</b>	<b>908.370</b>	<b>3.161.450</b>
Passivo circulante	16.821	2.248	571.379	530.338
Passivo não circulante	390.787	463.928	660.128	762.351
<b>Total do passivo</b>	<b>407.608</b>	<b>466.176</b>	<b>1.231.507</b>	<b>1.292.689</b>

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. Essas proteções estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Empresa / Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
<b>ESA - Controladora</b>					
Resolução 4131 - Citibank	45.353 (SOFR + 0,53%) x 117,647%		CDI + 0,50%	17/06/2026	Fair Value Option
<b>EMR</b>					
Resolução 4131 - Bank of America	20.243 USD + 6,2824%		CDI + 1,58%	29/01/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	18.197 USD + 5,3160%		CDI + 1,10%	16/12/2027	Fair Value Option
<b>EMT</b>					
Resolução 4131 - Scotiabank	44.265 USD + 6,31%		CDI + 1,57%	09/03/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	49.201 USD + 5,9150%		CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	58.824 USD + 1,50%		CDI + 1,25%	14/06/2028	Fair Value Option
<b>ETO</b>					
Resolução 4131 - Merrill Lynch	20.070 USD + 6,3882%		CDI + 1,35%	20/03/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	31.071 USD + 5,5755%		CDI + 1,40%	16/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	21.466 USD + 5,1955%		CDI + 1,10%	16/12/2027	Fair Value Option
<b>ESS</b>					
Resolução 4131 - Santander	18.007 USD + 6,38%		CDI + 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	45.784 USD + 5,9150%		CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	8.271 USD + 5,3160%		CDI + 1,10%	16/12/2027	Fair Value Option
<b>ERO</b>					
Resolução 4131 - Santander	53.626 USD + 6,35%		CDI + 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300 USD + 5,9150%		CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	39.548 SOFR + 0,5806%		CDI + 0,45%	28/09/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	41.376 SOFR + 1,47%		CDI + 1,10%	14/06/2027	Fair Value Option
<b>ECOM</b>					
Resolução 4131 - BOCOM BBM	7.820 USD + 7,24%		CDI + 1,42%	27/05/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - BOCOM BBM	9.195 USD + 5,56%		CDI + 1,15%	05/09/2028	Fair Value Option
Resolução 4131 - BOCOM BBM	6.421 USD + 5,10%		CDI + 0,60%	17/12/2026	Fair Value Option
<b>EMS</b>					
Resolução 4131 - Bank of America	36.495 USD + 6,2824%		CDI + 1,25%	24/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	28.744 USD + 5,9150%		CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	47.809 SOFR + 1,50%		CDI + 1,25%	14/06/2028	Fair Value Option
<b>ESE</b>					
Resolução 4131 - Citibank	71.560 (SOFR + 0,93%) x 117,647%		CDI + 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
<b>ALSOL</b>					
Resolução 4131 - Scotiabank	33.096 USD + 5,36%		CDI + 0,95%	21/01/2028	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	30.840 (SOFR + 0,52%) x 117,647%		CDI + 0,55%	06/03/2026	Fair Value Option
<b>EPB</b>					
Resolução 4131 - Scotiabank	3.849 USD + 6,31%		CDI + 1,57%	09/03/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Santander	30.388 USD + 6,35%		CDI + 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	12.540 (SOFR + 0,93%) x 117,647%		CDI + 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	36.456 USD + 5,2471%		CDI + 0,45%	10/09/2026	Fair Value Option
<b>ES GÁS</b>					
Resolução 4131 - Scotiabank	82.857 USD + 5,9150%		CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 - J.P. Morgan	27.248 USD + 5,3294%		CDI + 0,50%	23/06/2026	Fair Value Option
<b>ETE</b>					
Resolução 4131 - Bank of America	15.690 USD + 6,1882%		CDI + 0,69%	22/12/2026	Fair Value Option
<b>LXTE</b>					
Resolução 4131 - BOCOM BBM	9.432 USD + 5,22%		CDI + 0,73%	16/09/2027	Fair Value Option
<b>LMTE</b>					
Resolução 4131 - BOCOM BBM	16.223 USD + 5,22%		CDI + 0,73%	16/09/2027	Fair Value Option
<b>AGRIC</b>					
Resolução 4131 - Citibank	4.577 (SOFR + 0,53%) x 117,647%		CDI + 0,55%	10/08/2026	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de *swap* de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TLP, dentre outras) associada ao notional de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de *swap* de juros estão relacionadas a seguir:

Empresa / Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
<b>ESA - Controladora</b>					
XP	164.485	IPCA + 6,1666%	CDI + 0,65%	16/09/2030	Fair Value Hedge
XP	443.968	IPCA + 6,4526%	CDI + 0,90%	15/09/2033	Fair Value Hedge
BTG Pactual	289.778	IPCA + 6,4526%	CDI + 0,88%	15/09/2033	Fair Value Hedge
Bradesco	289.778	IPCA + 6,4526%	CDI + 0,891%	15/09/2033	Fair Value Hedge
XP	592.806	IPCA + 6,1581%	CDI + 0,15%	15/04/2031	Fair Value Hedge
Bradesco	725.037	IPCA + 6,4045%	CDI + 0,44%	15/04/2039	Fair Value Hedge
XP	521.719	IPCA + 4,4744%	CDI - 1,54%	15/10/2030	Fair Value Hedge
BTG Pactual	689.259	IPCA + 6,4364%	CDI + 0,04%	15/09/2034	Fair Value Hedge
<b>EMR</b>					
J.P. Morgan	1.261	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Bradesco	159.000	IPCA + 7,2318%	CDI - 0,25%	15/10/2035	Fair Value Hedge
Bradesco	106.000	IPCA + 7,1146%	CDI - 0,19%	15/10/2040	Fair Value Hedge
<b>EMT</b>					
J.P. Morgan	3.657	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú	181.887	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	Não Designada
BR Partners	351.475	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,705%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners	164.437	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,717%	15/04/2029	Fair Value Hedge
BR Partners					

&gt;&gt;&gt;



ENERGISA S.A.

CNPJ nº 00.864.214/0001-06

## Consolidado

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) <sup>(1)</sup>	Cenário II (Deterioração de 25%) <sup>(2)</sup>	Cenário III (Deterioração de 50%) <sup>(3)</sup>
Divida em moeda local – Taxa de Juros Swap de juros	(14.146.209)		(14.146.209)	(14.146.209)	(14.146.209)
Posição ativa					
Instrumentos financeiros derivativos – Pré e Pós	15.488.732	Alta do CDI	15.488.732	15.488.732	15.488.732
Posição passiva					
Instrumentos financeiros derivativos - CDI	(15.745.502)		(15.745.502)	(18.511.556)	(21.905.624)
Varição	(256.770)		(256.770)	(2.766.054)	(6.160.122)
Subtotal	(14.402.979)		(14.402.979)	(17.169.033)	(20.563.101)
Total líquido	(14.402.979)		(14.402.979)	(17.169.033)	(20.563.101)

<sup>(1)</sup> O cenário provável é calculado a partir da expectativa do CDI futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de IPCA é mantida constante e a curva de CDI é recalculada.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros em 31 de dezembro de 2025 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) <sup>(1)</sup>	Cenário II (Deterioração de 25%) <sup>(2)</sup>	Cenário III (Deterioração de 50%) <sup>(3)</sup>
<b>Instrumentos financeiros ativos:</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	9.562.086	Alta CDI	1.171.356	1.464.195	1.757.034
<b>Instrumentos financeiros passivos:</b>					
Swap	(6.073.827)	Alta CDI	(744.044)	(930.055)	(1.116.066)
	(15.518.731)	Alta CDI	(1.901.045)	(2.376.306)	(2.851.568)
	(820.394)	Alta TLP	(75.148)	(93.935)	(112.722)
	(20.281.887)	Alta IPCA	(864.008)	(1.080.010)	(1.296.012)
	(115.169)	Alta INPC	(4.492)	(5.615)	(6.738)
	(1.051.527)	Alta TR	(20.715)	(25.894)	(31.073)
	(43.861.535)		(3.609.452)	(4.511.815)	(5.414.179)
Subtotal <sup>(2)</sup>	(34.299.449)		(2.438.096)	(3.047.620)	(3.657.145)
Total -perdas <sup>(2)</sup>	(34.299.449)		(2.438.096)	(3.047.620)	(3.657.145)

<sup>(1)</sup> Considera o CDI e SELIC de 31 de dezembro de 2026 (12,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2025, TR 1,97% ao ano, TJP 9,16% ao ano, INPC 3,90% ao ano e IPCA 4,26% ao ano. <sup>(2)</sup> Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$ 1.595.038

## 35. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

## 35.1 Composição dos saldos do déficit atuarial dos planos de aposentadoria e pensão, prêmio/gratificação de aposentadoria e plano de saúde

Empresas	Prêmio / Gratificação Aposentadoria	Plano de previdência					Total	
		Planos de saúde	Contratos de dívida / Serviço Passado			Planos de previdência	2025	2024
			Passivo atualial - Plano BD	Plano BD	Plano CD			
ESA - Controladora	7.321	6.579	-	-	-	13.900	12.123	
EMR	8.323	5.163	-	-	-	13.486	15.564	
ESE	4.937	35.540	23.974	14.038	29.251	67.263	163.078	
EPB	-	6.985	-	66.509	20.935	87.444	103.853	
EMT	-	12.350	-	1.355	10.143	11.498	23.848	
EMS	-	8.485	-	-	-	8.485	18.118	
ESS	-	20.201	-	2.596	9.480	12.076	32.277	
ETO	486	13.097	-	1.723	2.428	4.151	17.734	
ERO	-	6	21.153	-	-	21.153	23.051	
EAC	-	13	-	-	-	13	16	
EAM	-	1	-	-	-	1	4	
ESOL	1.255	664	-	-	-	1.919	2.726	
ALSOL	-	-	-	-	-	-	1	
ESOLC	-	-	-	-	-	-	66	
MULTI	-	359	-	-	-	359	6	
LMTE	-	3	-	-	-	3	-	
LTTE	-	2	-	-	-	2	-	
LXTE	-	7	-	-	-	7	-	
ETT I	-	12	-	-	-	12	-	
ECOM	2	8	-	-	-	10	10	
VOLTZ	-	3	-	-	-	3	3	
EPLAN	2	-	-	-	-	2	2	
SOBR	15	15	-	-	-	30	27	
<b>Total Consolidado</b>	<b>22.341</b>	<b>109.493</b>	<b>45.127</b>	<b>86.221</b>	<b>72.237</b>	<b>203.585</b>	<b>335.419</b>	
<b>Circulante</b>	<b>2.452</b>	<b>14.221</b>	<b>2.962</b>	<b>8.444</b>	<b>21.461</b>	<b>32.867</b>	<b>49.539</b>	
<b>Não circulante</b>	<b>19.889</b>	<b>95.272</b>	<b>42.165</b>	<b>77.777</b>	<b>50.776</b>	<b>170.718</b>	<b>285.880</b>	
<b>Benefícios pós-emprego</b>						<b>176.961</b>	<b>230.288</b>	
<b>Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas</b>						<b>158.458</b>	<b>192.388</b>	

<sup>(1)</sup> Refere-se a uma contribuição extraordinária, de caráter opcional, para custeio de tempo de serviço passado, coberta de forma paritária pelo patrocinador e pelos participantes do Plano Energia Rondônia CD que atendiam o critério de inscritos no Plano CD até 30 de setembro de 2017, e que tinham ingressado no quadro de empregados do patrocinador em data anterior a setembro de 2011.

**35.2 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão Plano de suplementação de aposentadoria e pensão:** A Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para beneficiários de risco vinculado a plano de contribuição variável e plano de contribuição definida. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Já os planos na modalidade contribuição definida não estão sujeitos à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação no âmbito do CPC 33 (R1) / IAS 19. A administração desses planos é realizada por meio das instituições elencadas a seguir: • Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar; • INERGIUS - Instituto Energisa de Seguridade Social, pessoa jurídica de direito privado, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 3.761, de 20/05/1986 do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar, responsável pela gestão apenas do plano Plano BD-1 patrocinado pela ESE. Os planos de benefício patrocinados pela Companhia e suas controladas são:

Plano	Modalidade do plano	Patrocinadora (as)	Data Status Instituição	Benefício
Plano BD-1 - Inergius	BD	ESE	Fechado 20/05/1986	Assegura benefícios suplementares: • Aposentadoria por tempo de serviço/idade; • Aposentadoria por invalidez, auxílio-doença; • Aposentadoria especial; • Abono anual; • Pensão por morte; • Auxílio-reclusão.
Plano Sergipe Saldado	BD	ESE	Fechado 18/12/2008	• Complementação de aposentadoria saldada por tempo de serviço; • Complementação de aposentadoria saldada especial; • Complementação de aposentadoria saldada por idade; • Complementação de aposentadoria saldada por invalidez; • Pensão saldada por morte e pecúlio saldado por morte; • Abono saldado anual; • Auxílio-reclusão saldado.
Plano Sergipe CD	CD	ESE	Fechado 18/12/2008	• Benefício programado; • Benefício de renda por invalidez; • Benefício de pensão por morte; • Abono anual.
Plano Elétricas BD	BD	ETO e ESS	Fechado 01/08/1986	Assegura benefícios suplementares: • Aposentadoria por tempo de serviço/idade; • Aposentadoria por invalidez, auxílio-doença; • Aposentadoria especial; • Abono anual; • Pensão por morte e pecúlio por morte.
Plano Elétricas OP	CV	ETO, ESS e EMS	Fechado 01/01/1999	• Renda Mensal, com reversão aos beneficiários; • Pecúlio por Invalidez ou Morte.
Plano Cemate BD-I	BD	EMT	Fechado 01/01/1994	• Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; • Complementação de aposentadoria especial; • Complementação de aposentadoria por idade; • Complementação de aposentadoria por invalidez; • Complementação de pensão por morte; e • Complementação de abono anual.
Plano Cemate OP	CV	EMT	Fechado 01/01/1999	• Renda Mensal, com reversão aos beneficiários; • Pecúlio por Invalidez ou Morte.
Plano I	BD	EMS	Fechado 18/07/1989	• Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; • Complementação de aposentadoria especial; • Complementação de aposentadoria por idade; • Complementação de aposentadoria por invalidez; • Complementação de pensão por morte; e • Complementação de abono anual.
Plano II	CV	EMS	Fechado 01/05/2002	• Aposentadoria normal ou antecipada; • Aposentadoria por invalidez; • Pensão por morte de ativo; e • Pensão por morte de aposentado.
Plano Risco	BD	ETO, ESS, EMS e EMT	Fechado 01/08/1986	• Suplementação da aposentadoria por invalidez; • Suplementação do auxílio-doença; • Abono Anual; • Suplementação da pensão por morte; e • Pecúlio por morte.
Plano Funasa PO	BD	EPB	Fechado 25/02/1987	Assegura benefícios suplementares: • Aposentadoria por tempo de contribuição/idade; • Aposentadoria por invalidez; • Aposentadoria especial; • Abono anual; • Pensão e pecúlio por morte.
Plano Funasa PCD	CD	EPB	Fechado 19/12/2008	• Complementação de aposentadoria saldada por tempo de contribuição; • Complementação de aposentadoria saldada especial; • Complementação de aposentadoria saldada por idade; • Complementação de aposentadoria saldada por invalidez; • Pensão saldada por morte e pecúlio saldado por morte; • Abono saldado anual.
Plano Funasa Saldado	BD	EPB	Fechado 19/12/2008	• Complementação de aposentadoria por tempo de serviço; • Complementação de aposentadoria por idade; • Complementação de aposentadoria por invalidez; • Complementação de pensão por morte; • Complementação de abono anual; • Aposentadoria; • Benefício por invalidez; • Pensão por morte.
Plano Energia Sudeste	CV	ESEA e SOBR	Fechado 01/07/1981	• Pensão por morte.
Plano Energia Rondônia	CD	ERO	Fechado 26/07/2011	Plano encerrado.
Plano Energia Acre	CD	EAC	Fechado 26/11/2008	Plano encerrado.
Plano Energia CD	CD	ESA, EMT, ETO, ESS, EMS, EMR, ESOL, ECOM, EPLAN, EPB, ESE, ESOLC, ERO, EAC, ESEA, SOBR, EGO, EPA, ALSOL, ETT, GE-MINI, ES GÁS	Aberto 07/04/2017	• Aposentadoria; • Benefício por invalidez; • Pensão por morte.

O custeio dos planos Sergipe Saldado, Risco e Funasa Saldado é realizado exclusivamente pela Patrocinadora. Os demais planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento. Atualmente apenas o Plano Energia CD está aberto para novas adesões e o número de participantes desse plano está apresentado a seguir:

Plano Energia CD	Consolidado
	2025
Ativos	13.449
Autopatrocinações	44
Benefício Proporcional Diferido - BPD	421
Assistidos	1.868
<b>Total</b>	<b>15.782</b>
	2024
Ativos	13.068
Autopatrocinações	45
Benefício Proporcional Diferido - BPD	319
Assistidos	1.952
<b>Total</b>	<b>15.384</b>

**35.2.1 Situação financeira dos planos de benefícios definido – avaliação atuarial:** Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2025, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

## a. Número de participantes/beneficiários:

	Consolidado
2025	2024
Ativos	160
Assistidos	568
Beneficiários Pensionistas	467
<b>Total</b>	<b>1.195</b>
	<b>1.216</b>

## b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

I - Premissas Biométricas	Avaliação atuarial 2025											
	BD-1 - INERGIUS	SERGIPE SALDADO	FUNASA PO	FUNASA SALDADO	SUDESTE	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	Plano I	Plano II
Tábua de Mortalidade Geral <sup>(1)</sup>	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo (4)	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	Aplicável	Não LIGHT (Frac)	N/A	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	Aplicável	Aplicável (Frac)	LIGHT (Frac)
Tábua de Mortalidade de Invalídos <sup>(1)</sup>	MI 85	MI 85	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	N/A	MI-85 por sexo	MI-85	Aplicável	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Composição Familiar (Ativos)	Não aplicável	Não aplicável	Aplicável	Não aplicável	Aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
<b>II - Variáveis Econômicas</b>												
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	7,33%	7,12%	7,54%	7,12%	7,54%	7,12%	7,33%	7,12%	7,33%	7,33%	7,54%	7,12%
Expectativa de Inflação Futura	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	11,62%	11,40%	11,84%	11,40%	11,84%	11,40%	11,62%	11,40%	11,62%	11,62%	11,84%	11,40%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100%	100%	100%	Aplicável	Não	Nula	Nula	100%	Nula	Nula	100%	100%
Taxa de Crescimento Real de Salários	aplicável	aplicável	2,19%	Aplicável	Aplicável	Não	Não	Aplicável	2,19%	Aplicável	Aplicável	2,19%
0%Taxa de Rotatividade	0%	0%	0%	0%	Aplicável	Aplicável	Aplicável	Aplicável	0%	0%	0%	0%
<b>III - Regime Financeiro de Capitalização</b>	<b>Crédito Unitário</b>	<b>Crédito Unitário</b>	<b>Crédito Unitário</b>	<b>Crédito Unitário</b>	<b>Crédito Unitário</b>	<b>Crédito Unitário</b>	<b>Crédito Unitário</b>	<b>Crédito Unitário</b>	<b>Crédito Unitário</b>	<b>Crédito Unitário</b>	<b>Crédito Unitário</b>	<b>Crédito Unitário</b>
Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado

## III - Regime Financeiro de Capitalização

I - Premissas Biométricas	Avaliação atuarial 2024											
	BD-1 - INERGIUS	SERGIPE SALDADO	FUNASA PO	FUNASA SALDADO	SUDESTE	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	Plano I	Plano II
Tábua de Mortalidade Geral <sup>(1)</sup>	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo (4)	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	Aplicável	Não LIGHT (Frac)	N/A	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	Aplicável	Aplicável (Frac)	LIGHT (Frac)
Tábua de Mortalidade de Invalídos <sup>(1)</sup>	MI 85	MI 85	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	N/A	MI-85 por sexo	MI-85	Aplicável	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Composição Familiar (Ativos)	Não aplicável	Não aplicável	Aplicável	Não aplicável	Aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
<b>II - Variáveis Econômicas</b>												
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial (*)	6,85%	6,79%	6,85%	6,71%	6,79%	6,71%	6,79%	6,71%	6,79%	6,79%	6,85%	6,79%
Expectativa de Inflação Futura	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos (**)	11,12%	11,06%	11,13%	10,97%	11,06%	10,97%	11,06%	10,97%	11,06%	11,06%	11,13%	11,06%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100%	100%	100%	Aplicável	Nula	Nula	Nula	100%	Nula	Nula	100%	100%



**ENERGISA S.A.**  
CNPJ nº 00.864.214/0001-06

**Plano de benefícios e contribuições definidas:** Os saldos dos planos de benefícios e contribuições definidas das controladas, é como segue:

Empresas	Contribuição anual	
	2025	2024
ESA	6.254	5.299
EMR	2.484	2.139
ESOL	1.671	1.743
ESE	3.059	3.056
EPB	5.147	4.307
ECOM	436	380
EPLAN	52	52
EMT	8.878	7.786
EAE	-	11
EMS	5.110	4.705
ETO	5.059	4.631
ESS	3.436	3.017
EAC	1.902	1.649
ERO	4.318	3.785
ESOLC	422	402
MULTI	99	31
GOIAS I	59	47
PARA I	28	19
ETT	47	27
EAM	367	317
ALSOL	533	274
LMTE	241	126
ESGAS	683	488
EPT	2	1
PARA II	43	18
EBIOGAS	143	-
EDISGAS	14	-
VOLTIZ	1	-
REDE ENERGIA	-	3
LTTE	194	86
LTXE	239	121
Total	<b>50.941</b>	<b>44.520</b>

Em 2025 foi reconhecido um crédito na despesa de pessoal em contrapartida um ativo a receber do Fundo Patronal do plano de previdência, no montante de R\$250 (R\$130 em 2024) na controladora e R\$435 (R\$1.208 em 2024) no consolidado, valor originado da parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo e que possuía alguma restrição desse resgate das contribuições patronais. **35.2.2 Plano BD Inergus – avaliação atuarial:** Nos últimos anos o contingente de obrigações do plano BD-1 – Inergus vinha crescendo desde a última migração em 2018 e a dívida dos participantes junto ao plano atingiu volumes expressivos, sendo necessário o funcionamento do Instituto Inergus, gestor do plano, por meio de fluxo de caixa garantido por adiantamentos da patrocinadora. Diante desse contexto, o Instituto Inergus submeteu e obteve aprovação em 2018 e a dívida dos participantes em valores destinados à celebração de acordos com participantes e assistidos, e assim iniciar as negociações voltadas ao encerramento dos processos judiciais e à finalização do vínculo dos participantes com o Instituto (Plano BD-1). As negociações envolveram 111 participantes e assistidos, sendo que foram aceitas 90 propostas e recusadas 21. Os acordos firmados somaram R\$62.021, incluindo os honorários advocatícios. O Instituto Inergus aguarda a liberação dos alvarás para levantamento dos depósitos judiciais relacionados aos processos negociados nos acordos e os valores levantados serão direcionados à patrocinadora. Considerando as negociações realizadas, com a finalização do vínculo dos participantes e assistidos, consequentemente a redução das obrigações futuras refletidas nas provisões matemáticas, o resultado da mensuração da avaliação atuarial no âmbito do CPC 33 (R1) / IAS 19, gerou na patrocinadora o valor de R\$32.756 reconhecido como *encurtamento/curtailment* do plano. **35.3 Prêmio/Gratificação de aposentadoria e indenização por tempo de serviço:** A Companhia e suas controladas EMR, ESOL, ETO, ESE, ECOM, EPLAN e Parque Eólico Sobradinho, em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, prêmio/gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS). Na controladora indireta ETO a gratificação varia de 2,0 a 5,5 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 5 anos e teto de 35 anos), quando do direito do benefício – aposentadoria requerida. Os colaboradores admitidos após 1º de maio de 1997, não terão direito à essa gratificação. Na Companhia e demais controladas o referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício – aposentadoria requerida. Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio. A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial:

Posição líquida em 2024 e 2023	Controladora	
	2025	2024
Efeito no ORA	<b>5.609</b>	<b>6.697</b>
Contribuições da patrocinadora/Pagamentos vertidos no ano	1.048	(1.974)
Efeito no Resultado do Exercício	663	886
<b>Posição líquida em 2025 e 2024</b>	<b>7.320</b>	<b>5.609</b>
<b>Circulante</b>	<b>802</b>	<b>663</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>6.518</b>	<b>4.946</b>
<b>Consolidado</b>		
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Efeito no ORA	<b>20.270</b>	<b>21.803</b>
Contribuições da patrocinadora/Pagamentos vertidos no ano	(26)	(4.196)
Efeito no Resultado do Exercício	2.341	2.718
<b>Posição líquida em 2025 e 2024</b>	<b>22.341</b>	<b>20.270</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.452</b>	<b>2.342</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>19.889</b>	<b>17.928</b>

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2026, segundo critérios do CPC33 (R1) (IAS 19):

Custo do serviço corrente	Controladora	
	2026	2025
Custo dos juros	248	554
Total de despesa a ser reconhecida	<b>802</b>	<b>802</b>
<b>Consolidado</b>		
	2026	2025
Custo do serviço corrente	651	651
Custo dos juros	1.801	1.801
Total de despesa a ser reconhecida	<b>2.452</b>	<b>2.452</b>

**35.4 Plano de saúde:** A Companhia e suas controladas mantêm benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento: **Pós pagamento:** As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação. **Pré pagamento:** As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitada. A Companhia e suas controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 2025 as despesas com o plano de saúde foram de R\$183.661 (R\$102.592 em 2024), no consolidado. Inclui R\$3.718 (R\$3.686 em 2024) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego. Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

Valor presente das obrigações no início do exercício	Controladora	
	2025	2024
Custo do serviço corrente	6.514	8.708
Juros sobre obrigação atuarial	136	243
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	747	869
<b>Valor das obrigações calculadas no final do exercício</b>	<b>6.579</b>	<b>6.514</b>
<b>Circulante</b>	<b>843</b>	<b>883</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>5.736</b>	<b>5.631</b>
<b>Consolidado</b>		
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Valor presente das obrigações no início do exercício	<b>131.556</b>	<b>162.093</b>
Custo do serviço corrente	3.718	6.520
Custos dos juros	15.358	16.162
(Ganhos)/Perdas atuariais - ORA	(41.139)	(53.219)
<b>Valor das obrigações calculadas no final do exercício</b>	<b>109.493</b>	<b>131.556</b>
<b>Circulante</b>	<b>14.221</b>	<b>19.081</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>95.272</b>	<b>112.475</b>

Demonstração das despesas para os exercícios de 2026, segundo critérios do CPC33(R1) / (IAS 19):

Custo do serviço corrente	Controladora	
	2026	2025
Custo dos juros	761	843
Total de despesa a ser reconhecida	<b>843</b>	<b>843</b>
<b>Consolidado</b>		
	2026	2025
Custo do serviço corrente	1.564	1.564
Custo dos juros	12.657	12.657
Total de despesa a ser reconhecida	<b>14.221</b>	<b>14.221</b>

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médica são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. **a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:**

	2025			2024		
	UNIMED NACIONAL	BRADESCO	HAPVIDA	UNIMED NACIONAL	BRADESCO	HAPVIDA
<b>I - VARIÁVEIS ECONOMICAS</b>	Plano II	Plano R	Plano R	Plano II	Plano R	Plano R
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	7,27%	7,40%	7,27%	7,40%	7,40%	7,46%
Expectativa de Inflação Futura	4,00%	4,00%	4,00%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,56%	11,70%	11,56%	11,70%	11,70%	12,30%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%	8,68%	8,68%	8,68%	8,68%	8,68%
Taxa de Rotatividade	(*)	(*)	28%	(*)	(*)	28,00%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator Envelhecimento	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS						
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021
Tábua de Invalidez	M-85 por sexo	BR-EMS 2021	M-85 por sexo	M-85 por sexo	M-85 por sexo	M-85 por sexo
Entradas de Invalidez	LIGHT (Frac)	M-85 por sexo	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário	LIGHT (Frac)	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário

(\*) As taxas de rotatividade entre as empresas com o mesmo plano apresentam variações. Em 2025 o intervalo foi de 6,00% a 18,50%, e em 2024 a variação foi de 6,00% a 18,50%.

**36. COBERTURA DE SEGUROS**

A política de seguros da Companhia e de suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes. As principais coberturas são:

Ramos de seguros	Data de vencimento	Importância	
		Segurada (R\$ mil)	Total Prêmio - Controladora
Responsabilidade Civil geral	23/06/2027	90.000	-
Riscos Operacionais	22/06/2026	90.000	194
Auto – Frota	23/10/2026	Até 1.000/veículo	28
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2028	269.774	664
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2026	100.000	2
<b>Total (*)</b>		<b>962</b>	<b>1.038</b>
<b>Total Prêmio - Consolidado</b>			
		<b>2025</b>	<b>2024</b>
Seguro de Proteção de dados e Responsabilidade cibernética	25/08/2026	50.000	1.161
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	743
Riscos operacionais	15/09/2027	200.000	18.508
Responsabilidade civil geral	10/02/2028	10.000	86
Responsabilidade civil obras	11/10/2027	90.000	7.080
Auto – Frota	31/12/2026	20.000	479
Responsabilidade civil geral a 2º risco	23/10/2026	Até 1.000/veículo	1.570
Aeronáutico – responsabilidade civil (RETA)	23/06/2027	10.000	206
Responsabilidade Civil Profissional (*)	-	-	2
Vida em grupo acidentes pessoais	31/01/2028	269.774	4.392
Transporte nacional	30/07/2026	Até 5.000/ viagem	147
Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O)	05/08/2026	100.000	216
Aeronáutico – casco/LUC (*)	-	-	489
Responsabilidade do explorador ou transporte – R.E.T.A. (Drones)	30/06/2026	1.157/drone	85
Riscos diversos (RD) equipamentos (*)	-	-	2.000
Compreensivo Empresarial	11/11/2026	20.375	28
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	30/06/2028	188.818	1.710
<b>Total (*)</b>		<b>36.411</b>	<b>49.841</b>

(\*) Certos contratos a importância assegurada foi atualizada e substituída e o ramo de seguro aeronáutico não será mais renovado.

**37. COMPROMISSOS – CONSOLIDADOS**

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo: **37.1 Venda de energia elétrica**

ECOM	Contrato de venda de energia - reais mil					
	Vigência	2025	2026	2027	2028	Após 2029
2025 a 2039	1.118.699	631.750	458.324	307.606	1.313.478	-

**37.2 Compra de energia elétrica:** Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo em 31 de dezembro de 2025 e foram homologados pela ANEEL.

EMR	Contrato de compra de energia- reais mil (1)					
	Vigência	2025	2026	2027	2028	Após 2028
2025 a 2054	507.847	476.658	475.202	471.166	4.621.622	-
2025 a 2054	974.904	920.328	899.645	889.989	11.508.278	-
2025 a 2054	612.015	583.399	575.698	572.649	6.896.335	-
2025 a 2054	2.550.456	2.351.210	2.240.203	2.170.894	20.758.141	-
2025 a 2054	572.821	549.210	541.672	538.330	6.604.016	-
2025 a 2054	1.283.816	1.177.318	1.126.295	1.129.589	13.194.933	-
2025 a 2054	862.630	816.288	810.803	807.010	7.190.755	-
2025 a 2039	1.147.798	625.908	440.998	292.213	1.306.115	-
2025 a 2054	1.002.525	927.753	893.870	890.979	14.147.968	-
2025 a 2054	323.058	305.045	294.930	292.961	4.594.942	-
<b>Total</b>	<b>9.837.870</b>	<b>8.733.117</b>	<b>8.299.317</b>	<b>8.055.781</b>	<b>90.823.104</b>	-

(1) Não inclui os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

**37.3 Locação de áreas para a implantação de usinas fotovoltaicas**

ALSOL	Locação de áreas para a implantação de usinas					
	Vigência	2025	2026	2027	2028	Após 2028
2025 a 2051	4.121	4.155	4.101	4.152	71.134	-

Refere-se aos valores dos contratos de locação das áreas para implantação das Usinas Fotovoltaicas.

**37.4 Contratos de suprimento de gás natural - segmento não térmico:** Para distribuição do gás canalizado aos clientes ligados a rede de distribuição, a controlada ESGÁS possui Contratos de Compra e Venda de Gás Natural na Modalidade Fime Inflexível. Com a possibilidade de redução de volume nos contratos de fornecimento de gás devido à migração de clientes para o mercado livre, em novembro de 2024 ocorreram alterações nas Quantidades Diárias Contratada (QDC) de todos os contratos. A redução foi aplicada de forma proporcional a cada um, conforme as tabelas atualizadas abaixo:

QDC (m³/Dia)	Volume (m³/Dia)					
	2025	2026	2027	2028	Após 2029	
332.000	371.999	372.000	372.000	372.000	1.383.198	
100.000	-	-	-	-	-	
<b>Total (m³/Dia)</b>	<b>432.000</b>	<b>371.999</b>	<b>372.000</b>	<b>372.000</b>	<b>372.000</b>	<b>1.383.198</b>

**37.5 Contratos de suprimento de gás natural - segmento térmico:** Para o segmento termelétrico no mercado cativo, a ES GÁS mantém um contrato de fornecimento de gás celebrado para fornecimento de gás canalizado:

Mercado Cativo	Volume (m³/Dia)
Mercado Livre	<b>1.100.000</b>
	<b>800.000</b>

**38. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA**

Em 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	2025	2024
<b>Outras transações não caixa</b>		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	2.654.222	2.265.701
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	630.301	616.718
Remuneração do ativo de contrato - transmissão de energia elétrica	795.346	931.315
Receita de construção, margens e ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	98.419	146.048
<b>Atividades operacionais</b>		
Fornecedores a prazo - Distribuidoras e demais empresas	402.498	445.796
Fornecedores a prazo - Transmissoras	24.929	65.588
Incorporação de redes	159.417	168.429
Arrendamento mercantil	37.159	57.275
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aplicações no imobilizado, intangível e ativo contratual - Infraestrutura em construção - Distribuidoras e demais empresas	(402.498)	(445.796)
Aplicações em linhas de transmissão de energia	(24.929)	(44.038)
Incorporação de redes	(159.417)	(168.429)
Intangível	(37.159)	(57.275)
Provisão encerramento de obra	-	21.550
<b>Combinação de negócios</b>		
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-	604
Clientes, consumidores e concessionárias	500	1.241
Estoque	217	750
Devedores diversos	282	1.004
Tributos a recuperar	833	115
Outros ativos circulantes	-	18.384
Outros ativos não circulantes	-	510
Investimentos	-	396.555
Imobilizado	27.723	62.531
Intangível - contrato de concessão	-	544.565
Intangível - softwares e outros	-	64.436
Fornecedores	-	805
Passivos operacionais	743	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	3.018	3.132
Obrigações trabalhistas	-	24
Impostos e contribuições sociais	4.728	

&gt;&gt;&gt;

**ENERGISA S.A.**

CNPJ nº 00.864.214/0001-06

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

(Eleição na AGO 2025)

**Omar Carneiro Cunha Sobrinho** - Presidente  
**Ricardo Perez Botelho** - Vice-Presidente  
**Jose Antonio de Almeida Felippo** - Conselheiro Independente  
**Rogério Sekeff Zampronha** - Conselheiro Independente  
**Luciana Oliveira Cezar Coelho** - Conselheiro Independente  
**Armando de Azevedo Henriques** - Conselheiro Independente  
**Luiz Eduardo Fróes do Amaral Osorio** - Conselheiro Independente

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**Ricardo Perez Botelho** - Diretor Presidente  
**Maurício Perez Botelho** - Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores  
**Fernando Cezar Maia** - Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia  
**José Marcos Chaves de Melo** - Diretor de Suprimentos e Logística  
**Daniele Araújo Salomão Castelo** - Diretora de Gestão de Pessoas

**CONTADOR**

**Rodolfo da Paixão Lima**  
 Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial - CRC RJ 107.310/O-0 "S" MG

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**Aos Administradores e Acionistas da Energisa S.A. **Cataguases - MG**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Energisa S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Energisa S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede de energia:** Por que é um PAA: Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 28 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas concessionárias de distribuição registram mensalmente no consolidado o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade da rede de energia por meio da emissão das faturas de contas de energia elétrica, conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processamentos sistêmicos complexos que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização da quantidade de energia faturada deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pelas controladas incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo do faturamento e reconhecimento de energia elétrica; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento com o sistema contábil; (c) execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confronto dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurado pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilização da rede de energia estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios Por que é um PAA:** Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem diversos processos e/ou questionamentos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios (doravante "provisão

para riscos"), cujos desfechos não estão totalmente sob controle delas e deverão ser solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Administração, em conjunto com seus advogados, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos e/ou questionamentos, cujas perdas são consideradas prováveis. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a mensuração da provisão para riscos e a elaboração das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos principais processos e/ou questionamentos em curso, em base amostral; (c) conciliação e verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia e de suas controladas com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus advogados sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (e) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificados ajustes materiais não corrigidos, que resultaram em deficiências nos controles internos relacionados ao reconhecimento da provisão para riscos. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando sua natureza e extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das

demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as respectivas salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 12 de março de 2026

**Deloitte**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJAntônio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC nº 1 RJ 065976/O-4

energisa.com.br

# ANUNCIE NO DIÁRIO DO COMÉRCIO

## O ponto de encontro, análise e debate sobre a economia em Minas Gerais.

31 9 9959-2706 / 3469-2007  
 comercial@diariodocomercio.com.br  
 diariodocomercio.com.br



Diário do Comércio



diariodocomercio



Documento assinado e  
 certificado digitalmente  
 Conforme MP nº 2.200-2  
 de 24/08/2001.  
 A autenticidade pode ser  
 conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 25/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para  
 acessar a página de Publicidade Legal no portal  
 do Jornal Diário do Comércio. Acesse também através do link:  
<https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/25-03-2026-p1/>

